

ATA Nº 3/2026

SESSÃO ORDINÁRIA DE

24/ 06 / 2026

“Nos termos do art.º 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações dos órgãos das autarquias locais, bem como as decisões dos respetivos titulares destinadas a ter eficácia externa, devem ser publicadas em edital, afixado nos lugares de estilo durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação ou decisão, bem como no sítio da internet, no boletim da autarquia e nos jornais regionais editados ou distribuídos na área da autarquia, tendo em vista garantir a publicidade necessária à eficácia externa das decisões”.

---- Ao vigésimo quarto dia do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Mira, no “Atrium Raúl Almeida”, sob a presidência da Ex.^{ma} Senhora Madalena Santos, secretariada pela 1.º Secretária, Senhora Telma Salvador e 2.º Secretário, Senhor Pedro Jorge Laranjeiro com a seguinte Ordem: -----

----- **PONTO UM:** Para conhecimento - Relatório do Senhor Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. -----

----- **PONTO DOIS:** Para votação – Prestação de contas consolidadas do ano económico de 2025. -----

----- **PONTO TRÊS:** Para votação - Aprovação da 2.ª Revisão Orçamental e 2.ª Revisão às GOPs do ano 2026. -----

----- **PONTO QUATRO:** Para conhecimento – Relatório anual de avaliação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do ano de 2025. -----

----- **PONTO CINCO:** Para conhecimento - Apreciação das contas do exercício de 2025 da Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque. -----

----- **PONTO SEIS:** Para conhecimento - Apreciação das contas do exercício de 2025 da Águas do Baixo Mondego e Gândara, EIM, SA. -----

----- **PONTO SETE:** Para conhecimento - Tomada de conhecimento - Assunção de compromissos plurianuais. -----

----- **COMPOSIÇÃO DA MESA:** A mesa ficou constituída pela sua Presidente Madalena Santos, pela primeira secretária, Telma Salvador e pelo segundo secretário, Pedro Jorge Laranjeiro. -----

----- **PRESENÇA DO EXECUTIVO:** Por parte do Executivo estiveram presentes nesta sessão o Presidente da Câmara Municipal, Prof Artur Jorge Ribeiro Fresco,

e os Vereadores Dr. Tiago Daniel Castro Cruz, Dr.^a Sara Margarida Damas Milheirão, Dr. Bruno Calisto Maduro. -----

----- **PRESENÇA DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA:** Por parte dos membros da Assembleia estiveram presentes nesta sessão os Senhores: José Firmino da Rocha Diniz; João de Jesus Cruz; Anabela Miranda Veríssimo, Maria de Lurdes Mesquita, Andreia Petornilho Sofia Petornilho, Pedro Jorge Morais Laranjeiro; Vasco Mingatos, em substituição de Rodrigo Trinco, Mauro Seiça, Raquel Arribança, Francisco José Camarinha, Helder Jesus, em substituição de Eurico Martins, Maria Clara Simões Clemente, Zélia Morais, Sónia Sofia Braguez; José Carlos Neves, Paulo Azeiteiro em substituição de Daniela Caetano, António Teixeira em substituição de Albano Rocha Lourenço, Luís Manuel Jesus Lourenço; Celestino Sebastião Almeida, e os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia de Mira, Carlos Alberto Costa, da Praia de Mira, Pedro Morins, do Seixo, Fernanda Seabra, dos Carapelhos, Carla Santos.-----

----- **HORA DE ABERTURA:** A reunião teve início às dezasseis horas, tendo sido declarada aberta a sessão pela Presidente da Mesa da Assembleia, verificando-se a existência de quórum com as presenças e as ausências anteriormente referidas.-----

----- **APROVAÇÃO DA ATA:** -----

----- Foi posta à aprovação a ata da sessão ordinária realizada a 27 de fevereiro de 2026, tendo sido dispensada a sua leitura, pelo facto do respetivo texto ter sido disponibilizado na plataforma “ARQUIVO”, em 16 de junho de 2026, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- A Senhora Presidente deu início ao período antes da ordem do dia, concedendo a palavra à Senhora Deputada Andreia Petornilho. -----

----- A Senhora Deputada Andreia Petornilho Petornilho perguntou se tinha sido rececionado um pedido de voto de pesar que enviara na segunda ou terça-feira para o apoio aos órgãos e para a Senhora Presidente da Assembleia. Referiu que colocava a questão por ter verificado que outro e-mail seu não tinha sido rececionado, pretendendo confirmar se havia conhecimento do referido pedido.

----- A Senhora Presidente informou que o pedido não tinha sido rececionado pela Presidência e questionou os serviços de apoio sobre se o mesmo havia sido rececionado. Acrescentou que, caso assim o entendesse, a Senhora Deputada poderia dar seguimento ao assunto e prestar essa informação. -----

----- A Senhora Deputada Andreia Petornilho Petornilho passou a ler a seguinte proposta: -----

“Proposta de voto de pesar pelo falecimento do Professor João Maria dos Santos Palmela. Os Deputados Municipais do Partido Socialista apresentam o presente voto de pesar pelo falecimento do Professor João Maria dos Santos Palmela, figura marcante da vida cívica e autárquica do concelho de Mira. O Professor João Maria Palmela dedicou uma parte significativa da sua vida ao serviço da comunidade, tendo exercido as funções de Presidente da Junta de Freguesia de Mira durante dois mandatos consecutivos, na sequência das vitórias alcançadas nas eleições autárquicas de 1993 e de 1997. Assumiu funções em janeiro de 1994, concluindo o seu mandato em janeiro de 2002. Ao longo desse percurso autárquico, pautou a sua ação por elevados princípios de responsabilidade, dedicação e proximidade às populações, colocando sempre o interesse público e o desenvolvimento da freguesia acima de qualquer outra consideração. O seu empenho e compromisso com a causa pública deixaram um legado de trabalho e de serviço à comunidade que importa reconhecer e valorizar. Para além das funções autárquicas que desempenhou, o Professor João Maria Palmela será

recordado como um homem íntegro, honesto, respeitado e profundamente ligado à sua terra e ao concelho de Mira. As suas qualidades humanas, o seu espírito de serviço e a sua disponibilidade para com os outros mereceram-lhe a estima, o respeito e a consideração de sucessivas gerações de mirenses. Neste momento de profunda tristeza para a sua família, amigos e todos aqueles que tiveram o privilégio de com ele conviver, cumpre prestar homenagem à sua memória e reconhecer publicamente o seu relevante contributo para a vida da nossa comunidade. Assim, os Deputados Municipais do Partido Socialista propõem à Assembleia Municipal de Mira que delibere: Aprovar um voto de pesar pelo falecimento do Professor João Maria dos Santos Palmela; Apresentar à sua família as mais sentidas condolências da Assembleia Municipal de Mira, de forma muito particular à Vereadora Maria do Rosário Palmela e à sua irmã, Mónica; Guardar um minuto de silêncio em sua homenagem e memória; Fazer constar o presente voto de pesar da ata da sessão e dele dar conhecimento à família." -----

----- A Senhora Deputada Maria de Lurdes Mesquita informou que o PSD se associava ao voto de pesar proposto pelo Partido Socialista, por reconhecer que o Professor João Maria Palmela foi um autarca exemplar e um senhor na política, manifestando o desejo de se associar à referida homenagem. -----

----- A Senhora Presidente submeteu à Assembleia a proposta de voto de pesar à aprovação, considerando-a unanimemente aprovada. De seguida, convidou os presentes a guardar um minuto de silêncio em honra do Professor João Maria Palmela. Concluído o minuto de silêncio, informou que o voto de pesar seria remetido à família, em nome de todas as bancadas da Assembleia Municipal, expressando igualmente as mais sentidas condolências à família. Por fim, deu continuidade aos trabalhos, prosseguindo com o período antes da ordem do dia,

dando a palavra a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, Carla Santos. -----

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia dos Carapelhos cumprimentou os presentes e começou por felicitar todas as marchas e marchantes participantes nas Marchas de Mira 2026, bem como o Município pela organização do evento e pelo espetáculo proporcionado à população. Felicitou igualmente todos os envolvidos na atribuição da 40.^a Bandeira Azul, considerando tratar-se de um reconhecimento que dignifica o trabalho desenvolvido ao longo dos anos em matéria de qualidade ambiental e de valorização do território. Referiu, contudo, que essa imagem de excelência contrasta, por vezes, com situações do quotidiano relacionadas com os resíduos urbanos, nomeadamente o depósito indevido de lixo nos contentores e junto dos mesmos, a falta de separação de resíduos, o abandono de monos em caminhos e pinhais e outros comportamentos reveladores de falta de civismo ambiental, muitas vezes motivados pelo exemplo de terceiros ou pela ausência de hábitos de reciclagem. Salientou que este não é um problema exclusivo das freguesias ou do concelho de Mira, mas sim uma realidade transversal ao país. Ainda assim, considerou que tal não deve conduzir à normalização da situação, mas antes à adoção de medidas, sugerindo a reflexão sobre o modelo de recolha de resíduos, o reforço da informação dirigida aos munícipes e a eventual introdução ou alargamento de sistemas mais eficazes, como a recolha seletiva porta a porta, por entender que esta poderá contribuir para melhorar os níveis de reciclagem e promover uma maior responsabilização individual. Acrescentou que acredita que apenas com medidas estruturais, acompanhadas de ações contínuas de sensibilização, trabalho que a Junta de Freguesia tem vindo a desenvolver, será possível alinhar os comportamentos da população com a excelência ambiental

que o território já demonstra em muitos outros domínios. Referiu ainda que, com o início do verão, a população do concelho de Mira aumenta significativamente, tendo-se verificado algumas falhas na recolha de resíduos. Questionou, por isso, se está previsto o reforço deste serviço em todas as povoações do concelho durante esta época do ano. Por último, apesar de reconhecer o estado do asfalto de algumas vias da freguesia, questionou se está prevista a remarcação da sinalização horizontal, pelo menos nas vias de maior tráfego, por considerar que tal contribuirá para reforçar a segurança dos condutores e dos restantes utilizadores da via pública. -----

----- A Senhora Presidente agradeceu a intervenção e concedeu, de seguida, a palavra à Senhora Presidente da Junta de Freguesia do Seixo, Fernanda Seabra. -----

----- A Senhora Presidente da Junta de Freguesia do Seixo cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta, os Senhores Deputados Municipais e os restantes presentes. Começou por felicitar o Município pela excelente organização das Marchas Populares de Mira 2026, considerando tratar-se de um evento que voltou a demonstrar a vitalidade das associações, o empenho dos participantes e a forte ligação das comunidades às suas tradições. Salientou que a iniciativa proporcionou momentos de convívio, alegria e orgulho coletivo, valorizando a identidade cultural do concelho, felicitando todos os que contribuíram para o sucesso do evento. Em nome da Marcha do Seixo, associou-se a essas felicitações e agradeceu a todos os que contribuíram para que a marcha desfilasse, designadamente marchantes, costureiras, músicos e coreógrafos. Destacou ainda a realização da 5.ª edição do Trail Terras da Gândara, agendada para o domingo seguinte, referindo que

este evento da Freguesia do Seixo se afirmou já como uma referência no panorama desportivo local e regional. Em nome da Junta de Freguesia do Seixo, agradeceu ao Município de Mira o apoio disponibilizado para a organização da prova, considerando que a colaboração institucional é, uma vez mais, fundamental para garantir as condições necessárias à realização de um evento desta dimensão. Manifestou satisfação pelo facto de, pelo segundo ano consecutivo, a prova ter ultrapassado a marca dos mil participantes, resultado que, no seu entender, reflete o crescimento sustentado do evento, a qualidade da organização e a atratividade do território. Informou que, à data da sessão, o número de inscrições atingia os 1 100 participantes, o que permite afirmar que o Trail Terras da Gândara é atualmente uma das maiores provas desportivas realizadas no concelho no âmbito das iniciativas promovidas por uma associação ou junta de freguesia, atraindo atletas, acompanhantes e visitantes de vários pontos do país e contribuindo para a promoção da prática desportiva, bem como para a divulgação das paisagens, da cultura e da economia local. Concluiu referindo que este sucesso resulta do trabalho conjunto de diversas entidades, associações, voluntários e patrocinadores, a quem dirigiu uma palavra de reconhecimento e agradecimento, manifestando o compromisso de continuar a trabalhar para que o evento continue a crescer e a dignificar o nome da Freguesia do Seixo e do concelho de Mira. -----

----- A Senhora Presidente agradeceu a intervenção e concedeu, de seguida, a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, Pedro Morins. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira cumprimentou todos os presentes e aqueles que acompanhavam a sessão através da transmissão online. Referiu que o presente ano trouxe, uma vez mais, uma vaga

de reconhecimento ao concelho, sendo a Freguesia da Praia de Mira o principal alvo dessas distinções, com destaque para a Bandeira Azul. Felicitou as pequenas e grandes ações que têm vindo a ser desenvolvidas, nomeadamente o projeto “Bola Sempre Azul”, que, no seu entender, reforça a imagem de marca da freguesia. No entanto, salientou que, para além dos prémios, existe um trabalho de base e estrutural que continua por realizar e que tem sido, lamentavelmente, negligenciado. Referiu que a época balnear já teve início e que a freguesia regista grandes afluências, principalmente aos fins de semana, persistindo, contudo, problemas crónicos, considerando que nem tudo se deve à falta de civismo, existindo também falta de soluções que, por vezes, promovem e facilitam esses comportamentos. Relativamente à gestão de resíduos, referiu que os ecopontos se encontram regularmente lotados, situação que demonstra, no seu entender, que os circuitos de recolha não estão adaptados à procura real durante o verão. Acrescentou que as zonas de maior fluxo turístico continuam sem papeleiras e sem cinzeiros, resultando na acumulação de lixo no chão. Quanto à manutenção dos passadiços, afirmou que os passadiços de norte a sul se encontram degradados e, em alguns casos, obstruídos por vegetação. Referiu ainda o incidente ocorrido nesse fim de semana com um visitante junto ao restaurante, ou ex-restaurante, Aquário, que sofreu ferimentos após tropeçar numa tábua levantada. Relativamente ao trânsito e à sinalética, referiu que se mantém mais um verão sem qualquer medida para controlar o trânsito em zonas críticas, afetando o quotidiano de centenas de moradores. Informou que, desde janeiro, tem vindo a reportar a falta de sinalização rodoviária e que o último levantamento realizado em maio já se encontra desatualizado, questionando se existe alguma medida ou ação planeada para esta situação. Abordou igualmente a questão da poluição visual e das legalidades, considerando inadmissível que

as boas-vindas à terra sejam feitas através de estruturas de outdoors degradadas. Referiu que o outdoor de entrada da Praia de Mira se encontra ferrugento e sem comunicação, que o do Poço da Cruz é uma estrutura privada e ferrugenta e que o do Miravillas permanece degradado há vários anos. Salientou que todas estas estruturas mencionadas se encontram ilegais e questionou por que motivo não são resolvidas, considerando que bastaria proceder à sua remoção. No que respeita à degradação do espaço público, referiu que os bancos de jardim se encontram degradados, tendo a Junta de Freguesia já reportado algumas situações. Indicou, como exemplo, que há mais de um mês existe um banco junto às bombas de gasolina que se encontra virado ao contrário e que assim permanecerá, uma vez que, se for retirado, será mais um banco que não será repostado. Expôs também a situação dos estragos provocados pelos madeireiros, assunto que, segundo referiu, já foi abordado em assembleias e em reuniões de gestão florestal das quais faz parte. Informou que os madeireiros já abandonaram o local e apenas repararam parte dos estragos no Miroásis, tendo a Junta de Freguesia, para cumprir as suas obrigações de limpeza das bermas, contratado uma empresa externa para proceder ao nivelamento das mesmas. Contudo, referiu que o pavimento da estrada de entrada do Miroásis continua em mau estado, situação que atribuiu ao peso da maquinaria utilizada pelos madeireiros e dos camiões carregados. Acrescentou que, de igual forma, o acesso ao segundo paredão também sofreu danos provocados pelos madeireiros, que terão acelerado a degradação existente, permanecendo a situação sem alterações. Para terminar, afirmou que o Miroásis e o Miravillas necessitam urgentemente de uma ciclovia e de passeios, referindo que quem frequenta aqueles locais conhece a forma como os veículos circulam. Recordou que não há muito tempo ocorreu ali uma perda de vida e manifestou

a esperança de que não seja necessária uma segunda ocorrência para que sejam tomadas medidas. -----

----- A Senhora Presidente agradeceu a intervenção e informou que iria dar ainda a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mira, Carlos Costa, após confirmação do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mira cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Doutora Madalena Santos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mira, Artur Fresco, e, na sua pessoa, todo o Executivo. Cumprimentou igualmente todos os Deputados Municipais, os Presidentes de Junta, os elementos dos gabinetes, os Chefes de Divisão que prestam apoio à Assembleia, a comunicação social e todos os que acompanhavam a sessão a partir de casa. Questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a previsão para a conclusão do calcetamento do passeio junto à rotunda da Escola dos Leitões, referindo que a obra se encontra praticamente concluída, faltando apenas essa parte para ficar resolvida. Questionou igualmente se existe alguma previsão para o arranjo da vala da Rua do Alagadinho e para a continuidade da Rua da Fonte até à pista, referindo que se trata de uma necessidade que reconhece não ser fácil de resolver, mas que deverá ser analisada no sentido de encontrar a melhor solução, uma vez que esta situação já tem vindo a ser alertada há algum tempo. Relativamente à situação existente na Lagoa, na Avenida Central Sul, junto ao Café Santos, referiu que foi colocada massa para tapar os buracos, mas que essa intervenção já não se mantém. Salientou que tem conhecimento de que a intervenção foi realizada pela EDP, mas considerou que a via não se encontra em condições adequadas para circulação. Acrescentou que, na mesma via, junto à casa da Esmeralda, foi efetuado um rasgo que levou à colocação de massa fria, tendo

esta abatido cerca de quatro centímetros. Referiu que, para quem circula de motorizada ou de bicicleta, essa situação provoca um impacto que poderá originar uma queda, considerando-a perigosa para quem ali passa. Abordou ainda a questão dos contentores de lixo e dos monos, referindo que, se se pretende ter um concelho limpo e cuidado, deverá existir maior respeito por todos, uma vez que todos acabam por suportar as consequências dos erros cometidos por outros. Recordou que existe um serviço de recolha porta a porta, bastando efetuar uma chamada e agendar a recolha, considerando uma situação lamentável a existência de colchões abandonados junto aos contentores, bem como restos de camas, podas e outros resíduos que não devem ser colocados nos contentores. Concluiu apelando ao bom senso, referindo que, mesmo após a recolha de resíduos, no dia seguinte surge frequentemente novo depósito no mesmo local. -----

----- A Senhora Presidente informou que iria dar, de seguida, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu à Senhora Presidente e cumprimentou os restantes elementos da mesa, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados Municipais, os Chefes e colaboradores do Município e o público que acompanhava a sessão, desejando a todos uma boa tarde. Antes de iniciar a resposta às questões colocadas, informou que, na última reunião de Câmara, foram também aprovados dois votos de pesar pelo falecimento do Professor João Palmela, os quais foram transmitidos à sua família. Em nome do Executivo Municipal, apresentou os sentidos pêsames pela perda de uma pessoa que destacou pelo homem que foi e pelo desempenho que teve, não só nas associações, na Junta de Freguesia de Mira e no desporto, mas também pelos valores que representava. Referiu que esse sentido de pesar foi

igualmente manifestado em reunião de Câmara. De seguida, respondeu transversalmente às intervenções das Juntas de Freguesia de Carapelhos e do Seixo, relativamente às saudações dirigidas às Marchas Populares. Referiu que as Marchas Populares do concelho apresentam um nível extremamente elevado, salientando que quem conhece e frequenta outros locais reconhece a qualidade dos trajes, das coreografias, dos elementos participantes e das músicas. Considerou que se trata de um trabalho fantástico, desenvolvido ao longo de muito tempo, que implica também uma despesa significativa, mas cujo resultado final é muito positivo. Referiu que, tanto na Praia de Mira, na semana anterior, no sábado, dia 13, como no passado dia 20, em Mira, o resultado final foi excelente, deixando os cumprimentos às associações e a todos aqueles que colaboram para que este evento seja possível. Informou que, este ano, foram colocadas mais bancadas para permitir que mais pessoas pudessem assistir, considerando que essa medida também teve um resultado positivo. Salientou que o Município tem uma preocupação acrescida, tendo em conta o investimento realizado pelas associações e por todos aqueles que desenvolvem este trabalho, procurando dar uma resposta adequada. Saudou o Senhor Vice-Presidente e toda a equipa responsável pela área dos eventos, considerando que se tratou de mais um grande evento bem organizado, manifestando a convicção de que esse é o caminho certo. Relativamente à Bandeira Azul, referiu que esta questão foi transversal às intervenções das Juntas de Freguesia de Carapelhos e da Praia de Mira. Salientou que a atribuição da 40.ª Bandeira Azul enche o Município de orgulho, mas também de responsabilidades, concordando com as intervenções realizadas, uma vez que este reconhecimento valoriza e premeia o trabalho desenvolvido pelos trabalhadores do Município, pelas Juntas de Freguesia, pela população, pelo Agrupamento de Escolas, pelas forças de segurança, pelos

Bombeiros, pela Proteção Civil, pela Capitania e por todos os envolvidos. Considerou tratar-se de um trabalho com quatro décadas, que tem vindo a apresentar estes resultados, felicitando todos os intervenientes e agradecendo, em nome do Município, o contributo prestado. Referiu, contudo, que este reconhecimento também aumenta as responsabilidades, nomeadamente relativamente aos pontos menos positivos referidos pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, aos quais iria responder mais detalhadamente posteriormente. Saudou todos os que trabalham para a conquista da Bandeira Azul, da Praia Qualidade Ouro e de todos os restantes galardões alcançados ao longo dos anos, destacando a importância do trabalho conjunto. Referiu que a questão da falta de civismo relativamente ao lixo acumulado e aos resíduos urbanos deixados em locais inadequados foi igualmente transversal às intervenções das Juntas de Freguesia de Carapelhos, Praia de Mira e Mira. Salientou que estes comportamentos têm impacto no ambiente, na imagem visual do território e na salubridade pública. Considerou que todos devem contribuir para que estas situações deixem de acontecer, referindo que é necessário otimizar as rotas de recolha. Informou que o Município alerta regularmente as empresas responsáveis por estes serviços, nomeadamente a ERSUC e a SUMA, mas recordou que existe também um serviço de recolha porta a porta, bastando efetuar um telefonema para que os monos sejam recolhidos junto das habitações. Apelou, uma vez mais, à população para utilizar este serviço, indicando o dia e a hora pretendidos para a recolha, evitando o depósito destes objetos junto aos contentores de lixo, vias públicas ou caminhos, por considerar que não é essa a forma correta de proceder. Respondendo diretamente à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carapelhos, informou que não está prevista nenhuma intervenção

de pintura de asfalto em estradas municipais. Referiu que recentemente foi realizada uma intervenção na Estrada Nacional n.º 109, mas que, relativamente às estradas municipais, poderá haver lugar a pinturas aquando do asfaltamento de algumas vias que necessitem dessa intervenção, sendo posteriormente realizada uma empreitada para essas pinturas. Dirigiu também os parabéns à Junta de Freguesia do Seixo pela organização ou coorganização do 5.º Trail Terras da Gândara, considerando-o uma referência e felicitando pela ultrapassagem da barreira dos mil inscritos, manifestando o desejo de que tudo decorra da melhor forma. Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira, referiu ter registado diversas necessidades de manutenção, nomeadamente nos passadiços, no trânsito e na sinalética. Informou que foi transmitido que existe um levantamento dos sinais necessários e que os mesmos serão disponibilizados para aplicação. Quanto aos outdoors degradados, bancos de jardim e outras situações identificadas, referiu que será necessário colocar as equipas municipais no terreno para verificar os locais concretos onde deverão ser realizadas intervenções. Manifestou também uma preocupação acrescida relativamente às intervenções dos madeireiros, referindo que estes transportam grandes quantidades de madeira, provocando degradação dos pavimentos e das bermas das estradas, para além dos resíduos deixados no local. Acrescentou que, por vezes, ocorre a acumulação de produtos e biorresíduos em zonas problemáticas, que permanecem depositados durante longos períodos, podendo representar um risco acrescido, especialmente numa fase em que se aproxima o período de incêndios. Referiu que é necessário chamar a atenção para que estas situações não voltem a acontecer, indicando que os locais estão identificados e que será desenvolvido esse trabalho. Relativamente à ciclovía e aos passeios envolventes ao Mira Villas e ao Miroáis,

informou que já foi iniciada a intervenção, pelo menos na parte da entrada do lado direito de quem entra no Mira Villas, onde já é visível uma faixa destinada ao início da construção da ciclovia, que posteriormente terá continuidade no interior daquela zona. Acrescentou que a intenção do Município é também desenvolver essa intervenção na zona do Miroásis. Por último, relativamente aos cortes de estrada mencionados pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mira, na Rua Central Sul, na Lagoa, esclareceu que muitos desses cortes foram executados por entidades externas ao Município, nomeadamente a E-REDES e a ABMG, para servir intervenções relacionadas com loteamentos e fornecimento de energia. Referiu que será reforçado o pedido para a correção dessas intervenções e concluiu reiterando a importância da questão da recolha de lixo e da cidadania, à qual já tinha respondido anteriormente, agradecendo à Senhora Presidente. -----

----- A Senhora Presidente agradeceu a intervenção e informou o Senhor Presidente da Junta de que o seu tempo já tinha terminado, solicitando que fosse rápido. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira referiu, relativamente à gestão de resíduos, que, conforme já tinha feito questão de mencionar, nem todas as situações resultam de falta de civismo. Indicou, em concreto, os ecopontos junto à GNR, afirmando que são utilizados essencialmente pelo comércio, uma vez que praticamente não existem moradores naquela zona. Acrescentou compreender que a situação seja frustrante e referiu já ter abordado o assunto com alguns comerciantes, salientando que, quando os ecopontos estão cheios, estes não têm onde colocar os resíduos durante dois ou três dias. Considerou que aquele local é apenas um exemplo de uma situação que se repete por toda a freguesia. Relativamente às

placas de sinalização, informou que, na última reunião realizada com o Vice-Presidente, Tiago, referiu que já não era possível prestar a colaboração anteriormente disponibilizada. No entanto, explicou que, no levantamento efetuado, fez questão de identificar as situações mais urgentes, solicitando que, pelo menos essas, fossem resolvidas através da empreitada ou de outra solução, com a maior brevidade possível. Quanto aos outdoors, afirmou que, se necessário, dispõe de quem os retire de imediato. Defendeu que o outdoor existente à entrada da Praia deve ser legalizado e aproveitado, recordando que, salvo erro, a última comunicação ali colocada dizia respeito ao Aquabike. Observou que, estando o evento a uma semana de se realizar, aquele espaço poderia ter constituído um bom meio de divulgação durante os meses anteriores. Relativamente ao Miravilas, questionou a razão pela qual os trabalhos na faixa executada foram interrompidos e perguntou quando está prevista a sua conclusão, de forma a permitir a construção da ciclovia. -----

----- A Senhora Presidente questionou se podia prosseguir ou se o Senhor Presidente pretendia intervir. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que, tendo sido permitido ao Senhor Presidente da Junta usar da palavra, também gostaria de ter direito a resposta. Relativamente aos outdoors, registou a questão, referindo que, por lapso, não se tinha pronunciado anteriormente sobre esse assunto. Esclareceu que existe um procedimento de publicidade que carece de concurso e que a permanência das respetivas estruturas no local se deve ao facto de ser necessário apurar se o anterior detentor desse concurso, independentemente de vir ou não a vencer o novo procedimento, terá ou não de proceder à sua remoção. Quanto à pista, informou que os trabalhos foram iniciados, mas que não foi possível concluí-los antes da época balnear. Acrescentou que, assim que

houver disponibilidade de pessoal, é intenção do Município dar continuidade aos trabalhos. Terminou agradecendo à Senhora Presidente. -----

----- A Senhora Presidente, dando continuidade ao período antes da ordem do dia, passou a palavra a Deputada Raquel, do CHEGA. -----

----- A Deputada Raquel Arribança cumprimentou os presentes e o público que acompanhava a sessão. Relativamente à limpeza das valas, parques e espaços públicos, referiu que os trabalhos estão finalmente a ser realizados. No entanto, salientou que voltam a ocorrer com grande atraso, numa altura em que o concelho já se encontra em plena época de maior risco de incêndios florestais. Afirmou que todos os anos se verifica a mesma situação, com acumulação de vegetação, valas por limpar, parques degradados e inúmeras reclamações por parte dos munícipes, sendo posteriormente necessário um elevado esforço humano e financeiro para recuperar o que poderia ser mantido ao longo do ano através de um plano de manutenção contínuo. Defendeu que uma gestão preventiva e regular destes espaços permitiria reduzir os riscos associados aos incêndios, bem como garantir um concelho mais limpo, mais seguro e mais atrativo durante todo o ano, evitando igualmente muitas das queixas legítimas da população. Relativamente às escolas, considerou que o período de interrupção letiva, durante as férias escolares, constitui uma oportunidade adequada para a realização de intervenções de manutenção, reparação e melhoria nos estabelecimentos de ensino. Defendeu que o Município deveria aproveitar esse período para identificar e resolver as necessidades existentes nos edifícios escolares, garantindo que alunos, professores e funcionários encontrem melhores condições de trabalho e aprendizagem no início do próximo ano letivo. Chamou ainda a atenção para a falta de equipamentos lúdicos em alguns recreios escolares, referindo que existem escolas onde as crianças

dispõem de poucas ou nenhuma estruturas de recreio que promovam a brincadeira saudável, a atividade física e o convívio entre colegas. Considerou que a ausência desses equipamentos contribui para que muitas crianças passem os intervalos sem uma ocupação adequada, situação que pode favorecer conflitos, discussões e comportamentos menos apropriados. Acrescentou que se têm registado episódios de agressões e situações que chegaram a exigir assistência hospitalar. Propôs, por isso, que o Município avalie a instalação de equipamentos recreativos e zonas de lazer adequadas em todas as escolas do concelho, proporcionando espaços mais seguros e estimulantes para as crianças, recordando que existe, salvo erro, uma verba de trinta mil euros atribuída ao Agrupamento de Escolas de Mira para esse efeito. Informou ainda que a sua bancada iria entregar à Mesa três propostas que considera importantes para a melhoria da qualidade de vida da população. A primeira proposta diz respeito ao reforço e à renovação da sinalética horizontal em várias localidades do concelho, nomeadamente na Lentisqueira, Corujeira, Cavadas, Ramalheira e Ermida, referindo que, em diversas localidades, a sinalização horizontal se encontra bastante desgastada, comprometendo a visibilidade e a segurança de condutores e peões. A segunda proposta visa a valorização, preservação e proteção do Arco do Solar dos Tavares, localizado nas traseiras da Igreja da Presa, considerando tratar-se de um elemento patrimonial de relevante valor histórico e cultural para a comunidade, merecedor de maior atenção por parte das entidades públicas. A terceira proposta consiste na criação de pontos de água filtrada nas escolas e jardins de infância de todo o concelho de Mira, considerando que esta medida incentivará o consumo de água, promoverá hábitos de vida saudáveis, reduzirá a utilização de garrafas de plástico descartáveis e proporcionará benefícios ambientais e económicos para

as instituições e para as famílias. Concluiu afirmando que estas três propostas representam investimentos úteis, realistas e com impacto positivo na vida das populações, esperando que mereçam a melhor atenção e consideração por parte do Executivo Municipal, agradecendo de seguida a atenção dispensada. –

----- A Senhora Presidente agradeceu a intervenção e concedeu a palavra à Deputada Zélia Morais, do Partido Socialista (PS). -----

----- A Deputada Zélia Morais cumprimentou os presentes e os órgãos de comunicação social que acompanhavam a sessão. Transmitiu a preocupação manifestada por vários habitantes relativamente ao estado das bermas e valetas em diversas ruas do concelho, nomeadamente na Rua dos Salgueiros, Chão de Riba, Casal Sobreiro, Bairro Novo, Rua Luísa de Gusmão, Ramalheiro e outras zonas. Referiu que as ervas se encontram muito altas, dificultando a circulação e reduzindo a visibilidade, situação que pode constituir um problema para a segurança da circulação. Solicitou, por isso, que seja efetuada a limpeza destas áreas com a maior brevidade possível. Concluiu agradecendo a atenção. -----

----- A Senhora Presidente agradeceu a intervenção e concedeu a palavra à Deputada Lurdes Mesquita, do Partido Social-Democrata (PSD). -----

----- A Deputada Lurdes Mesquita cumprimentou a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, os Senhores Vereadores, os colaboradores, chefes de unidade, chefes de divisão, colegas e o público que acompanhava a sessão presencialmente e em casa. Iniciou a sua intervenção referindo que abordaria um tema desagradável, mas que considera necessário ser discutido, salientando que outros já o tinham abordado e que a sua intervenção constituiria um reforço dessa preocupação. Referiu-se à questão do lixo, afirmando que, por vezes, nesta Assembleia se discutem grandes projetos, grandes investimentos e estratégias para o futuro do concelho,

esquecendo-se algo mais básico: o respeito pelo espaço que pertence a todos. Referiu que, nos últimos meses, têm sido observadas, com demasiada frequência, situações de deposição indevida de resíduos junto aos contentores, em bermas, valetas, caminhos florestais e outros espaços públicos. Considerou que não se trata de um problema de falta de serviços ou de falta de alternativas, mas muitas vezes de falta de civismo. Recordou que o Município dispõe de um Centro Circular de Resíduos, onde podem ser entregues diversos tipos de resíduos, que existe um serviço gratuito de recolha de monos ao domicílio e que existem regras definidas. Considerou que, por vezes, parece faltar vontade para cumprir essas regras. Afirmou não ser aceitável deixar um colchão junto a um contentor, abandonar restos de obras em espaços públicos ou exigir um concelho limpo e, simultaneamente, contribuir para agravar o problema. Salientou que existem responsabilidades do Município, mas também responsabilidades que pertencem exclusivamente a cada cidadão. Referiu que manter Mira limpa não depende apenas dos serviços municipais que diariamente recolhem resíduos, limpam ruas e resolvem problemas criados por outros, mas também das escolhas que cada pessoa faz. Defendeu que esta mensagem deve ser transmitida sem receios, pois quem não respeita as regras prejudica toda a comunidade. Considerou positivo o reforço da fiscalização e a aplicação das coimas previstas na lei sempre que se justifique. Referiu que a sensibilização é importante e que a pedagogia é necessária, mas que não se podem continuar a normalizar comportamentos que prejudicam a imagem do concelho e desrespeitam quem cumpre as regras. Afirmou que Mira merece mais, nomeadamente ruas limpas, espaços públicos cuidados e cidadãos conscientes de que viver em comunidade implica direitos, mas também deveres. Concluiu que este compromisso não depende apenas da Câmara Municipal ou das Juntas

de Freguesia, mas de todos. Prosseguindo para temas mais agradáveis, referiu que as últimas semanas trouxeram exemplos concretos da vitalidade do concelho e da forma como Mira continua a afirmar a sua identidade, acompanhando as transformações da sociedade. Relativamente às marchas populares, salientou que estas voltaram a constituir uma demonstração dessa realidade, tendo sido já referido que a organização foi positiva, com melhorias nas condições dos participantes e de quem assistiu ao evento. Considerou tratar-se de uma atividade que respeita a tradição e acompanha o desenvolvimento global da sociedade. Referiu ainda a apresentação da edição de 2026 das Festas de São Tomé, considerado o maior evento anual do concelho. Indicou que o programa divulgado evidencia uma aposta clara na diversidade da oferta cultural, na valorização do património local e na capacidade de atrair diferentes públicos. Num ano particularmente simbólico, em que se assinalam os quarenta anos consecutivos da Bandeira Azul na Praia de Mira, destacou a forte ligação do programa à identidade marítima do concelho, através de exposições, espaços temáticos e iniciativas que ajudam a contar a história e a valorizar aquilo que distingue Mira. Salientou igualmente o destaque dado ao Dia das Comunidades, considerando tratar-se de uma iniciativa com crescente relevância numa realidade local atualmente mais diversa e multicultural. Referiu que Mira acolhe cidadãos de diferentes nacionalidades que aqui trabalham, vivem e contribuem para a construção do futuro do concelho. Neste contexto, valorizou o trabalho desenvolvido através dos cursos de Português Língua de Acolhimento, promovidos em articulação com outras entidades, considerando que estes têm desempenhado um papel importante na aprendizagem da língua portuguesa, na integração social e profissional e na aproximação entre comunidades. Concluiu afirmando que a integração se concretiza através de medidas concretas, mas

também através do reconhecimento de que a diversidade pode constituir um fator de enriquecimento para o território. Referiu que estas iniciativas refletem a visão de um concelho aberto, inclusivo e preparado para os desafios do presente, contribuindo para fortalecer os laços entre as pessoas, valorizar a identidade de Mira e criar condições para que todos se sintam parte desta comunidade. Terminou agradecendo. -----

----- A Senhora Presidente agradeceu a intervenção e concedeu a palavra ao Senhor Presidente. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu à Senhora Presidente e iniciou a sua intervenção respondendo às questões colocadas pela Deputada Raquel Arribança. Relativamente à limpeza de valas, parques e espaços públicos, reconheceu que os trabalhos referidos como estando atrasados podem causar algum transtorno, sobretudo tendo em conta a época que se aproxima. Considerou que esta intervenção estava relacionada com a questão também levantada pela Deputada Zélia Morais, nomeadamente quanto ao estado das bermas e valetas e ao corte de ervas necessário. Referiu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia deverá já ter tomado nota das artérias e locais assinalados. Acrescentou que o Município está também a realizar trabalhos de limpeza das faixas de gestão de combustível, sendo estas intervenções visíveis em vários locais, e que decorrem de acordo com o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. Informou que existem meios humanos afetos a estas ações de limpeza e desbaste, salientando, contudo, que o território é extenso e que nem sempre é possível executar todos os trabalhos em simultâneo. Registou, ainda assim, os apontamentos apresentados. Relativamente à proposta de aproveitamento do período de férias escolares para intervenções nos estabelecimentos de ensino, informou que, já no mês de julho,

será realizada uma intervenção de grande dimensão no telhado da EB1 de Portomar, que apresentava problemas relacionados com infiltrações, estando os trabalhos preparados para iniciar. Referiu ainda que irão à reunião de Câmara seguinte vários projetos para aprovação, destinados à realização de intervenções em EB1 e jardins de infância. Reafirmou que o objetivo do Município é intervir em todos os estabelecimentos de ensino do concelho, embora reconhecendo que algumas intervenções têm maior dimensão do que outras, como é o caso da substituição de telhados, comparativamente com intervenções de menor escala, como a substituição de uma caixilharia ou de uma janela. Explicou que obras de maior dimensão necessitam de projeto e que a sua execução será, por isso, mais demorada. Reiterou, contudo, que a intenção é abranger todos os estabelecimentos, garantindo melhores condições para o processo de ensino-aprendizagem. Quanto aos equipamentos de diversão nos recreios escolares, registou a questão apresentada e referiu que existem, provavelmente, escolas mais bem equipadas do que outras, sendo também mais evidente o estado de degradação em alguns locais. Informou que será efetuado um levantamento para avaliar as necessidades e identificar os equipamentos que deverão ser colocados ou substituídos. Esclareceu que a verba protocolada com o Agrupamento de Escolas de Mira, no valor de trinta mil euros, não se destina a este efeito, destinando-se a outro tipo de despesas que não podem ser utilizadas nesta área. Indicou que estas intervenções terão, por isso, de ser asseguradas diretamente pelo Município. Relativamente às três propostas que a bancada do CHEGA irá entregar à Mesa, informou que serão analisadas e terão a respetiva resposta posteriormente. Respondendo à intervenção da Deputada Zélia Morais, referiu que já tinha abordado anteriormente algumas questões levantadas pela Deputada Lurdes Mesquita, nomeadamente a problemática dos

resíduos. Considerou que foi uma intervenção pertinente sobre um problema que já tinha sido abordado nesta Assembleia. Relativamente às marchas populares, referiu que já tinham sido mencionadas anteriormente e destacou igualmente as Festas de São Tomé, informando que foi apresentado, na semana anterior, o cartaz do evento. Considerou que o programa apresentado é transversal a todas as idades e gostos musicais, salientando que, mais uma vez, as festas serão gratuitas para quem reside no concelho e para todos os visitantes. Manifestou a expectativa de que estejam reunidas as condições para a realização de uma grande festa em honra de São Tomé. Por fim, relativamente à intervenção sobre o Dia das Comunidades e os cursos de Português Língua de Acolhimento, solicitou autorização à Senhora Presidente para passar a palavra à Senhora Vereadora responsável pelos respetivos pelouros, para que esta pudesse responder. -----

----- A Senhora Presidente concedeu a palavra à Senhora Vereadora Sara Milheirão. -----

----- A Senhora Vereadora Sara Milheirão agradeceu à Senhora Presidente e cumprimentou todos os presentes. Agradeceu igualmente as palavras da Deputada Lurdes Mesquita. Relativamente aos pelouros da sua responsabilidade, informou que o curso de Português Língua de Acolhimento se encontra atualmente a decorrer em Mira, com duas ações integradas no âmbito do Plano Municipal de Integração de Migrantes: uma em horário diurno e outra em horário pós-laboral. Explicou que esta organização permite dar resposta tanto às pessoas que não trabalham e têm disponibilidade durante o horário laboral, como àquelas que estão inseridas no mercado de trabalho e apenas têm disponibilidade fora desse horário. Referiu, a título de exemplo, que o grupo do horário diurno é constituído maioritariamente por senhoras, que demonstram um

grande interesse em aprender a língua portuguesa para posteriormente poderem integrar o mercado de trabalho. Indicou que o grupo em horário pós-laboral é mais misto, sendo constituído por uma percentagem significativa de homens que já se encontram inseridos profissionalmente. Considerou que esta organização permite promover uma maior inclusão e dar uma resposta mais ajustada às necessidades da população migrante existente no Município. Informou que a turma diurna é constituída por dezassete formandos e a turma em horário noturno por catorze formandos, considerando que estes números demonstram a adesão da população migrante a esta iniciativa. Acrescentou que, apesar de os cursos serem recentes, os participantes já reconhecem o impacto positivo que esta aprendizagem poderá ter nas suas vidas. Relativamente ao Dia das Comunidades, a realizar durante as Festas de São Tomé, referiu que a população migrante terá um papel ativo nas atividades previstas ao longo do dia. Informou que o programa será mais diversificado relativamente ao ano anterior, tendo sido realizado um reforço da iniciativa, e manifestou a expectativa de que este seja um dia marcante para as pessoas que o Município acolhe em Mira. Terminou agradecendo. -----

----- A Senhora Presidente agradeceu e passou a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Mira, Carlos Costa. -----

----- O Presidente da Junta de Freguesia de Mira prestou um esclarecimento relativamente às ervas, referindo que aquele foi um ano muito atípico. Explicou que, para quem acompanha de perto estas situações, se os cortes tivessem sido efetuados mais cedo, já seria necessário voltar a realizá-los. Acrescentou que a realidade é que a freguesia iniciou os trabalhos na zona do Cabeço, Presa e Arneiro, encontrando-se a intervir em toda a zona sul e a entrar já no interior, nomeadamente no Ramalheiro. Informou ainda que também já foram efetuadas

limpezas em Carromeu. Referiu que se está a tentar dar resposta à situação, embora com alguma dificuldade, uma vez que o número de trabalhadores é reduzido e a erva cresce toda ao mesmo tempo, o que torna a situação difícil de controlar. Concluiu que era esse o esclarecimento que pretendia prestar. ----

----- A Senhora Presidente informou a Senhora Deputada Raquel Arribança que o tempo de intervenção já se encontrava esgotado, mas que, uma vez que tinha concedido mais algum tempo ao Senhor Presidente da Junta, esta poderia responder. -----

----- A Deputada Raquel Arribança esclareceu que a sua intervenção era simples, referindo ao Senhor Presidente Carlos que a sugestão da sua bancada consistia em que aquele trabalho fosse realizado ao longo do ano, uma vez que as ervas crescem durante todo o ano, considerando que essa seria uma melhor forma de proceder. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mira respondeu que, para que isso fosse possível, seria necessário dispor de um número muito maior de trabalhadores. -----

----- A Deputada Raquel Arribança retorquiu que, não havendo trabalhadores suficientes, seria necessário cativar mais pessoas para a realização desse trabalho. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mira respondeu que não existia orçamento suficiente para o efeito. -----

----- A Senhora Presidente agradeceu a intervenção e deu, de seguida, a palavra ao Deputado Mauro Seiça, do PS. -----

----- O Deputado Mauro Seiça cumprimentou a Senhora Presidente da Mesa, o Senhor Presidente da Câmara, o Executivo, os Senhores Vereadores, os Senhores Deputados, bem como todos os presentes. De seguida, referiu que se

têm verificado várias interrupções no abastecimento de água no concelho, tendo sido surpreendido, por diversas vezes, com a falta de água nas torneiras, algumas delas sem o necessário pré-aviso de interrupção. Acrescentou que, no dia anterior, o Município publicou um alerta na sua página de Facebook, considerando, contudo, que tal foi insuficiente, uma vez que o corte ocorreu nesse mesmo dia. Salientou ainda que, nos dias 7 e 8 desse mês, não foi efetuado qualquer aviso. Dirigindo-se ao Senhor Presidente, afirmou compreender que a rede necessita de intervenções urgentes, mas considerou muito grave a falta de comunicação, salientando que existe o dever de alertar atempadamente as populações. Por fim, solicitou esclarecimentos sobre a razão dessa situação e a justificação para a ausência de aviso prévio ou para a divulgação dos alertas apenas no próprio dia. -----

----- A Senhora Presidente deu, de seguida, a palavra à Deputada Clara Clemente, do PSD. -----

----- A Deputada Clara Clemente cumprimentou todos os presentes na Assembleia, bem como aqueles que acompanhavam a sessão por via online. De seguida, felicitou o Município pelo trabalho desenvolvido na reposição de areia na Praia do Poço da Cruz, considerando tratar-se de uma intervenção de grande relevância para a valorização daquele espaço balnear, executada com eficácia e concluída antes do início da época balnear. Salientou que tal permitiu que residentes e visitantes pudessem usufruir plenamente da praia desde o primeiro momento. Acrescentou que a intervenção resultou num aumento significativo da área útil do areal, melhorando as condições de conforto, segurança e utilização para os banhistas, contribuindo igualmente para uma melhor organização do espaço e para uma maior qualidade da experiência de quem frequenta a praia, reforçando a atratividade da Praia do Poço da Cruz enquanto importante zona

de lazer e fruição do concelho. Considerou, por isso, justo reconhecer o empenho e a capacidade de resposta demonstrados pelo Município nesta intervenção. Relativamente ao acesso ao paredão, referiu que, apesar das melhorias efetuadas, existe atualmente um desnível bastante acentuado, dificultando a circulação, sobretudo de pessoas com mobilidade reduzida, idosos, famílias com crianças e praticantes de atividades desportivas. Nesse sentido, sugeriu a instalação de um passadiço com escadas ou a implementação de uma solução alternativa que permita um acesso mais seguro e confortável ao paredão. No que respeita às instalações sanitárias, considerou pertinente avaliar a possibilidade de manter as casas de banho da Praia do Poço da Cruz em funcionamento durante todo o ano, atendendo à crescente utilização daquele espaço, nomeadamente para a prática de surf, aulas de surf e outras atividades desportivas. Entendeu que essa medida permitiria responder adequadamente às necessidades dos utilizadores regulares da praia e contribuiria para uma melhor qualidade dos serviços disponibilizados. Propôs igualmente que o passadiço atualmente instalado na Praia do Poço da Cruz passasse a ter carácter permanente, à semelhança do que já acontece na zona norte daquela praia. Considerou que essa solução garantiria o acesso à praia durante todo o ano e contribuiria para a proteção e preservação do sistema dunar, evitando a degradação provocada pela circulação constante de pessoas sobre a duna e o areal, conciliando a melhoria da acessibilidade com a valorização ambiental daquele espaço costeiro. Referiu que as sugestões apresentadas têm como objetivo complementar o trabalho já realizado pelo Município, melhorando a acessibilidade, o conforto dos utilizadores e a proteção ambiental da Praia do Poço da Cruz, reforçando a sua atratividade e utilização ao longo de todo o ano.

Por último, abordou a situação dos passadiços da Praia de Mira, em particular na zona do Bairro Norte, tema já referido pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Praia de Mira. Chamou a atenção para a necessidade de realizar trabalhos de manutenção, uma vez que alguns degraus e apoios apresentam sinais de desgaste e degradação, situação que pode comprometer o conforto e, sobretudo, a segurança dos utilizadores. Considerou importante proceder à reparação e ao reforço desses elementos, garantindo que os acessos à praia se mantêm em boas condições de utilização. Salientou ainda que, tratando-se de uma zona muito frequentada por residentes e visitantes, a realização destas pequenas intervenções preventivas permitirá evitar problemas futuros e contribuir para uma melhor experiência de quem utiliza aqueles acessos. -----

----- A Senhora Presidente agradeceu a intervenção e deu, de seguida, a palavra à Deputada Andreia Petornilho, do PS. -----

----- A Deputada Andreia Petornilho cumprimentou novamente todos os presentes. No seguimento da questão colocada na anterior sessão da Assembleia Municipal, solicitou um ponto de situação relativamente à anunciada aquisição, por via de oferta, do equipamento de radiologia destinado ao Centro de Saúde de Mira. Referiu que, de acordo com a informação transmitida, o equipamento proveniente da ULS de Coimbra corresponde a uma máquina da marca Philips, alegadamente abrangida por uma garantia de dez anos relativamente à substituição de componentes e peças, solicitando, em primeiro lugar, a confirmação ou não dessa informação. Acrescentou que pretendia ver esclarecidas outras questões, nomeadamente, caso se confirme a aquisição por via de oferta daquele equipamento, qual o ano de fabrico, qual a data de entrada em funcionamento e qual o número de anos de utilização efetiva do mesmo. Questionou ainda se já foi realizada alguma avaliação técnica independente que

atesta o estado de conservação, a fiabilidade e a adequação do equipamento às necessidades atuais da população. Considerando que a vida útil expectável para equipamentos desta natureza ronda, em regra, os dez a quinze anos, questionou quais os fundamentos que estiveram na base da opção por aquele equipamento, se existe alguma estimativa quanto ao período de vida útil remanescente e se existem garantias relativamente à utilização regular do mesmo. Relativamente à segunda questão, referiu tratar-se de um tema já amplamente abordado, relacionado com os resíduos, direcionando a sua intervenção, em particular, para os resíduos biodegradáveis. Mencionou que, por diversas vezes, é alegada a falta de civismo da população, mas que, na sequência de uma publicação efetuada no Facebook, com várias intervenções, considerou perceber que poderá não se tratar de falta de civismo, mas sim de um total desconhecimento por parte da população. Referiu que foi publicada uma fotografia de um cidadão a colocar biorresíduos num contentor, acompanhada da indicação de que deveria existir fiscalização, tendo surgido posteriormente a questão sobre onde devem ser colocados esses resíduos, nomeadamente aparas de ramos, folhas, relva, entre outros. Salientou que existe um desconhecimento generalizado da população sobre este assunto. Nesse sentido, apelou a que, antes de se apontar a falta de civismo ou outro tipo de acusações, fosse realizada uma campanha de sensibilização, sugerindo, nomeadamente, a criação de um vídeo informativo que esclareça a forma correta de tratar estes resíduos, bem como os contactos existentes e os locais onde os mesmos podem ser depositados diretamente. Acrescentou que teve também uma situação relacionada com a recolha de resíduos, nomeadamente de colchões, no início do ano, tendo efetuado mais de vinte tentativas para conseguir o respetivo agendamento, que acabou por ser realizado, mas sem que a recolha tivesse posteriormente ocorrido. Considerou

que poderá existir também alguma falha neste processo, sendo importante proceder à sua averiguação. Concluiu referindo que eram apenas estas as duas questões que pretendia colocar e agradeceu. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente à questão colocada pelo Deputado Mauro Seíça sobre as interrupções no abastecimento de água, referiu que algumas situações ocorreram sem aviso prévio, mas que tal apenas acontece quando é necessária uma intervenção urgente e não existe tempo útil para efetuar a comunicação. Nos restantes casos, a ABMG tem informado sempre quando se trata de cortes de abastecimento programados. Deu como exemplo uma intervenção recente na freguesia da Praia de Mira, que implicou trabalhos noturnos para reduzir o impacto na população e que foi realizada em tempo recorde, tendo sido devidamente comunicada. Referiu ainda que, relativamente a outras interrupções sem comunicação, apenas poderão estar em causa situações de reparação urgente, não tendo conhecimento de cortes não comunicados por parte da ABMG. Relativamente à intervenção da senhora deputada Clara Clemente, informou que a intervenção realizada no Poço da Cruz foi concretizada em tempo recorde, desde que foi anunciada pelas autoridades, nomeadamente pela senhora ministra do Ambiente, que esteve no território, e pelo senhor presidente da Agência Portuguesa do Ambiente e da ARH de Coimbra. Explicou que o Município solicitou assumir a execução dos trabalhos, por entender que, caso fossem realizados por outras entidades, não seriam concluídos antes do início da época balnear. A pretensão foi aceite e a intervenção está avaliada, nesta fase, em cerca de trezentos e cinquenta mil euros, embora a promessa inicial apontasse para um milhão de euros de investimento. Informou que o Município solicitou agora a realização da

intervenção junto ao Bairro Norte, mas que a mesma deverá ocorrer no final da época balnear e antes do início do inverno, considerando que o reforço do cordão dunar naquele local é muito problemático se não for efetuado nesse período. Referiu que o Município está atento à situação e irá pressionar para que os trabalhos decorram dessa forma, mantendo-se disponível para assumir a intervenção caso as entidades responsáveis não tenham capacidade para a executar. Relativamente aos passadiços em escada de acesso ao areal, informou que essa possibilidade está a ser considerada, uma vez que existe uma ravina provocada pela erosão marítima, com vários metros de altura, e pretende-se evitar a degradação da duna. Referiu também que está a ser ponderada a instalação de um WC de utilização durante todo o ano, tendo em conta a solicitação de uma escola de surf que desenvolve atividade naquele local e que permitiria igualmente a troca de roupa, o acesso a água doce e a utilização das instalações sanitárias. Quanto ao passadiço fixo junto à subida de acesso ao paredão no Poço da Cruz, informou que foi solicitada à Agência Portuguesa do Ambiente uma manifestação sobre a possibilidade da sua manutenção durante todo o ano, uma vez que poderá ficar soterrado, estando o Município a aguardar essa decisão. Relativamente aos passadiços do Bairro Norte, reiterou que os trabalhos deverão iniciar-se na semana seguinte, encontrando-se adjudicados a uma empresa com experiência neste tipo de reparações. Informou que já esteve no local para avaliar as quantidades de madeira necessárias e que serão também colocados alguns degraus de acesso, uma vez que a ausência de areia no local criou uma diferença de altura significativa no acesso ao areal. Relativamente à intervenção da senhora deputada Andreia Petornilho, informou não ter conhecimento dos pormenores técnicos solicitados, nomeadamente a marca do aparelho, o ano de fabrico, o tempo útil de vida e o estado de

conservação. Esclareceu que a instalação do equipamento resultou de uma decisão da ULS e que, apesar de o Município preferir a colocação de um aparelho novo, a responsabilidade pela escolha e instalação pertence àquela entidade. Manifestou, contudo, disponibilidade para tentar obter essa informação e posteriormente dar resposta às questões colocadas. Relativamente aos resíduos e à campanha de sensibilização em curso, informou que o Município tem colocado, por diversas vezes, autocolantes nos contentores de lixo com informação sobre os materiais que podem ou não ser depositados. Referiu ainda que foram atribuídos cem compostores domésticos de forma gratuita e que irá iniciar-se uma segunda fase de distribuição destes equipamentos aos particulares, incentivando a reciclagem doméstica de determinados materiais. Reconheceu que a informação poderá ainda não chegar a todos os munícipes e referiu publicamente que existe um centro de recolha junto aos armazéns da Câmara Municipal, na Presa, onde podem ser entregues diferentes tipos de resíduos separadamente. Explicou que o Município assegura o devido encaminhamento de cada tipo de material e informou que serão reforçadas as ações de divulgação, com o objetivo de chegar a mais pessoas e promover uma mudança de comportamentos. Terminou agradecendo. -----

----- A Senhora Presidente agradeceu e passou a palavra à Deputada Lurdes Mesquita. -----

----- A Deputada Lurdes Mesquita, após cumprimentar a Senhora Presidente, referiu que, uma vez que já tinha ocorrido uma troca de opiniões entre outros deputados, gostaria também de se dirigir à Deputada Andreia Petornilho, solicitando autorização para o fazer. Afirmou considerar positivo o facto de existirem opiniões diferentes, salientando que tal é próprio de uma democracia. Relativamente às declarações que proferiu sobre os resíduos, e conforme

anteriormente referido, mencionou que cada contentor dispõe de um autocolante com as respetivas regras. Esclareceu que as pessoas que observa a desrespeitar essas regras não são pessoas sem instrução, mas sim, em alguns casos, pessoas com formação superior. Referiu que a informação sobre as regras é disponibilizada, nomeadamente através das redes sociais, onde são habitualmente divulgados anúncios relativos ao Centro de Recolha Circular, corrigindo a designação anteriormente utilizada. Acrescentou que se referia a pessoas que observa a depositar garrafas de vidro e resíduos indiferenciados nos contentores, bem como a colocar resíduos junto aos mesmos. Por fim, mencionou que, no seu caso particular, teve uma experiência positiva com a recolha de monos, admitindo, contudo, que outras pessoas poderão ter tido experiências diferentes. -----

----- A Senhora Presidente propôs que se passasse à intervenção seguinte, dando a palavra ao Deputado João Cruz, do PSD. -----

----- O Deputado João Cruz iniciou a intervenção cumprimentando a senhora presidente da assembleia, o senhor presidente da câmara, os senhores vereadores, os senhores presidentes de junta, os colaboradores da câmara municipal e os senhores deputados, desejando boa tarde a todos. Em primeiro lugar, destacou a participação de Mira no terceiro Encontro Intermunicipal Sénior, que reuniu cerca de mil participantes dos municípios da região de Coimbra. Afirmou ser importante que os seniores tenham oportunidade para sair, conviver, conhecer outras realidades e continuar a participar ativamente na sociedade, sublinhando que o envelhecimento da população constitui atualmente um dos grandes desafios do país e que iniciativas como esta demonstram que existem respostas baseadas na proximidade, no convívio e na valorização das pessoas. Em segundo lugar, referiu que o concelho está prestes

a receber mais uma edição do Campeonato da Europa de Aquabike. Salientou que nem sempre é atribuída a devida importância ao facto de um concelho com a dimensão de Mira conseguir acolher uma competição desta natureza durante vários dias, contando com a presença de atletas, equipas técnicas, visitantes e comunicação social de vários países com os olhos postos no território. Considerou este acontecimento um exemplo de como o investimento na organização de grandes eventos gera retorno para a economia local, o comércio, a restauração, o alojamento e a promoção turística do concelho. Por fim, concluiu que Mira tem demonstrado capacidade para trabalhar em várias frentes em simultâneo — apoiar os mais jovens, valorizar os seniores, dinamizar a cultura, promover o desporto e afirmar-se cada vez mais como um destino turístico. Concluiu referindo que, apesar de se tratarem de realidades diferentes, todas contribuem para tornar o concelho mais atrativo, mais participado e com maior qualidade de vida para quem lá vive, deixando apenas esta nota e agradecendo a todos. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra ao deputado António Teixeira, do Partido Socialista. -----

----- O deputado António Teixeira, do Partido Socialista, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e quem acompanhava a sessão à distância. Seguidamente, abordou um assunto que afirmou pessoalmente o incomodar e revoltar, por não ser a primeira vez que o referia. Salientou que todos consideram o automóvel um bem indispensável no dia a dia e que os cidadãos conhecem o custo da manutenção mecânica. Nesse sentido, questionou o senhor presidente da câmara sobre a razão pela qual as suspensões e os pneus continuam a ser os primeiros indicadores de alerta ao entrar no território do concelho de Mira, evidenciando o desgaste sofrido pelos veículos e, consequentemente, pela

carteira dos munícipes. O deputado recordou a sua experiência pessoal como emigrante há mais de quarenta anos, altura em que a diferença das estradas ao chegar a Portugal era abismal e pela negativa. De seguida, enumerou vários exemplos de vias degradadas que abundam pelo concelho, destacando: A estrada Lagoa–Casal e a rua das Pedregueiras, na Lagoa; A ligação entre Lagoa e Mira; Na Praia de Mira — que sublinhou ser a "capital da bandeira azul" — apontou a indignidade das entradas, referindo a estrada circundante à rotunda do cemitério (onde se exhibe a bandeira azul do ano corrente), a avenida Manuel Milheirão e a avenida Cidade de Coimbra; Mais acima, referiu a avenida Infante Dom Henrique e a avenida Arrais Batista Cera, considerando que esta última necessita urgentemente de uma nova imagem. Mencionou também as vias do Bairro do Norte e respetivos passeios, sublinhando que todas estas intervenções contam com promessas antigas e, se a memória não o falhava, com empréstimos já realizados, mas sem concretização prática até ao momento. O deputado alertou ainda para a situação das pistas ciclo-pedonais, afirmando que os acidentes se acumulam, sobretudo na avenida Cidade de Coimbra. Relatou um caso recente em que uma ciclista, ao desviar-se de um peão que atravessou bruscamente a pista e de seguida de uns cabos, acabou por derrapar, cair e fraturar o braço. Acrescentou que, embora ainda não se tenha registado nenhum acidente muito grave decorrente da abertura de portas de carros estacionados para cima da pista, já se verificaram vários sustos, evitados apenas graças aos bons reflexos dos ciclistas. Concluiu referindo a urgência de tomar medidas, nomeadamente a colocação de sinalização no local com regras para a correta utilização da infraestrutura, e agradeceu a atenção. -----

----- A Senhora Presidente agradeceu e deu a palavra à deputada Sónia Braguez, do PSD. -----

----- A deputada Sónia Braguez (PSD) iniciou a sua intervenção cumprimentando a excelentíssima senhora presidente da assembleia municipal, o senhor presidente da câmara municipal de Mira, os senhores vereadores e os senhores deputados da assembleia municipal. A deputada destacou dois momentos promovidos recentemente pelo município de mira que considerou relevantes para a comunidade: Celebração do Dia Mundial da Criança, Referiu que o Jardim do Visconde acolheu centenas de crianças e famílias que participaram num conjunto diversificado de atividades educativas, desportivas, culturais e recreativas. Sublinhou que a iniciativa demonstrou a importância de criar oportunidades de convívio e participação para os mais jovens, contribuindo para o seu desenvolvimento e para o fortalecimento dos laços comunitários. Salientou igualmente o trabalho desenvolvido pelos funcionários municipais, pela CPCJ, pelas associações, instituições e demais entidades envolvidas na organização, cujo contributo considerou essencial para o sucesso do evento. Cerimónia de Reconhecimento Municipal: Destacou esta iniciativa como um meio para distinguir cidadãos, associações e agentes do concelho que se têm destacado nas áreas do desporto, da cultura e da intervenção comunitária. Afirmou que o reconhecimento público do mérito, da dedicação e dos resultados alcançados constitui um sinal de valorização do trabalho desenvolvido por muitas pessoas e entidades que contribuem para o dinamismo e projeção de Mira. A deputada concluiu referindo que estas duas iniciativas, embora distintas na sua natureza, colocam as pessoas no centro da ação municipal, quer através da promoção de atividades para as crianças e famílias, quer através da valorização daqueles que se destacam pelo seu percurso e contributo para a comunidade. Deixou uma palavra de reconhecimento a todos os participantes na organização dos eventos e de congratulação a todos os homenageados, terminando com agradecimentos.

----- A Senhora Presidente agradeceu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara. -----

----- O presidente da Câmara começou por agradecer a intervenção do Deputado João Cruz, referindo que o terceiro Encontro Sénior decorreu no início do mês de maio em Oliveira do Hospital, com a participação de cerca de cinquenta seniores do concelho. Lembrou que no ano anterior o evento teve lugar na Pampilhosa da Serra, sublinhando a importância destas atividades para este setor da população. Destacou que a autarquia colabora sempre para que os municípios se desloquem a outros territórios, salientando que o último encontro contou com mais de mil participantes de todos os dezanove municípios, o que demonstra a preocupação com a inclusão nesta fase da vida. Relativamente ao aquabike, classificou-o como um grande evento de âmbito internacional que conjuga a vertente turística com a desportiva. Indicou que estavam já inscritos mais de cento e dez pilotos para a etapa na Praia de Mira e que, havendo poucas provas a nível europeu e sendo uma delas em Portugal, mais especificamente na Barrinha, tal deve constituir motivo de orgulho. Enfatizou o impacto positivo na restauração, hotelaria, parques de campismo e alojamento local, bem como a hospitalidade da população local. Destacou ainda que o anfiteatro natural da Barrinha permite ao público estar próximo dos pilotos e das motas, e que os participantes apreciam vir a Mira devido ao calor e ao apoio do público. Em resposta à intervenção do deputado António Teixeira, reconheceu a existência de estradas que não se encontram nas melhores condições, apontando que algumas foram afetadas por cortes para fornecimento de energia ou intervenções nas águas pluviais e saneamento, cuja reposição do piso nem sempre fica idêntica ao original. Explicou que o asfaltamento completo em tapete foi realizado em muitas ruas na última intervenção, mas esclareceu que as

avenidas referidas pelo deputado não constavam do mapa previsto, razão pela qual não foram contempladas. Garantiu, contudo, que as avenidas Arrais Batista Cera, Infante D. Henrique e a rotunda do cemitério serão tidas em conta em oportunidade futura, reconhecendo os constrangimentos existentes. A este propósito, acrescentou que, relativamente ao trânsito ciclopedonal, poderá ser equacionada a alteração do sentido de marcha, permitindo que os ciclistas circulem no sentido contrário para maior visibilidade e segurança em relação aos automóveis estacionados. No que concerne à intervenção da deputada Sónia Braguez, afirmou que a comemoração do Dia Mundial da Criança resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal e a CPCJ, desempenhando esta última um papel fundamental na organização. Sublinhou que o evento proporciona atividades lúdicas para os mais novos e promove momentos especiais de diversão para as famílias, garantindo a continuidade desta parceria de sucesso no âmbito da ação social. Relativamente ao mérito desportivo e cultural, salientou que o evento decorreu neste mesmo espaço, para premiar a excelência desportiva, reconhecendo que a atribuição de prémios culturais é mais complexa por carecer de critérios quantitativos rigorosos, ao contrário do desporto. Afirmou que a autarquia tenta ser abrangente e prestar atenção redobrada aos eventos e agentes culturais, destacando como novidade deste ano a inclusão da língua gestual para assegurar a participação de atletas com esse condicionamento, reforçando assim a vertente da inclusão. -----

----- A Senhora Presidente agradeceu e deu a palavra ao deputado Pedro Morins, do PS. -----

----- O deputado Pedro Morins iniciou a sua intervenção com uma nota de humor, dirigindo-se à deputada Lurdes Mesquita, fazendo referência a uma antiga campanha pública para sugerir, em tom de analogia, que também se poderia

adotar o mote «não sejas Inácio» no âmbito da gestão de resíduos, questionando ainda o motivo de não se identificarem os graus de escolaridade e de não se começar a denunciar tais situações, considerando ser este um dever cívico que deve ser praticado. De seguida, retomando a intervenção, referiu que os parquímetros foram novamente ativados na Praia de Mira, solicitando que seja explicada a respetiva forma de exploração e quem detém a responsabilidade de fiscalização, uma vez que esta é a sua primeira experiência na condição de presidente. Abordou, posteriormente, a questão das reuniões realizadas e das respetivas ações efetivas, apontando semelhanças entre encontros recentes — nomeadamente sobre a creche e o lar de idosos em Lisboa e com a GNR — e a comunicação institucional, apontando que, embora exista uma promoção imediata nas redes sociais a partilhar preocupações, o resultado prático se traduz em zero ações efetivas. Questionou, neste sentido, quais são as ações concretas e o que está planeado para combater o uso abusivo de estradas de acesso exclusivo a residentes, bem como a resolução do estacionamento ilegal crónico que ocorre no Poço da Cruz e no campo do Touring, entre outros locais, locais esses que sofrem com as consequências ambientais do despejo selvagem e poluente de cassetes químicas. Alertou para a ocupação de passeios por veículos devido à falta de soluções estruturais, exemplificando com a Rua Doutor Manuel Estrela (rua onde cresceu), recentemente intervencionada no âmbito do projeto Eurovelo, mas que atualmente apresenta uma desorganização total, sem passeio, sem ciclovia, sem duas vias de circulação e sem estacionamento. Manifestou frustração pelo facto de a junta de freguesia ter apresentado propostas que se encontram em análise há alguns meses sem que sejam tomadas medidas. Sublinhou que os temas trazidos à reunião não surgem apenas da sua iniciativa, mas sim de munícipes que têm procurado a junta de

freguesia para que sejam tornados públicos, apontando como segundo tema preocupante a limpeza de terrenos em meio urbano. Denunciou a proliferação de roedores em plena Praia de Mira, considerando a situação prejudicial para o turismo e para os residentes. Relatou ainda um caso específico, situado a cerca de cem metros de uma escola, referente a um terreno com uma casa devoluta utilizada por toxicodependentes para consumo e tráfico, acumulando lixo e servindo de local de pernoita. Afirmou que, apesar de ter enviado um e-mail formal a reportar a situação e de ter colocado tudo em conhecimento das autoridades, decorridos alguns meses a situação permanece inalterada, questionando a utilidade de reportar outras cinco ou seis situações semelhantes. Nesse seguimento, questionou a câmara municipal sobre se dispõe ou não de serviços ou mecanismos legais que obriguem os proprietários a limpar e a vedar os seus terrenos, atuando em posse administrativa caso seja necessário, pois a segurança e a saúde dos habitantes da Praia de Mira não podem continuar em segundo plano. A terminar, perguntou se o município recebeu verbas de apoios destinados ao combate a tempestades, especificamente no seguimento da tempestade «Kristin». -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra ao Deputado José Camarinha, do PSD.

----- O Deputado José Camarinha, do PSD, iniciou a intervenção cumprimentando todos os presentes e destacando, a título prévio, a relevância do número número quarenta. Salientou que a Praia de Mira celebra o quadragésimo ano consecutivo com o galardão da bandeira azul, constituindo um recorde absoluto nacional desde a criação do programa em 1987, enquanto a Praia do Poço da Cruz celebra a vigésima bandeira azul consecutiva. Referiu que Portugal conta com trezentos e noventa e seis praias galardoadas em cem concelhos, sublinhando que Mira se distingue por esta continuidade e pelo

cumprimento rigoroso de centenas de requisitos financeiros, humanos e logísticos. Partilhando uma recordação pessoal da juventude enquanto membro duma equipa de observadores da associação Bandeira Azul, o deputado frisou que este feito extraordinário resulta de um trabalho silencioso e contínuo de vários executivos, colaboradores municipais, nadadores-salvadores, equipas de ambiente e munícipes. Destacou ainda que, pelo quarto ano consecutivo, a Praia de Mira arrecadou o prémio Cinco Estrelas Regiões, sendo a única praia distinguida na região de Coimbra, numa votação que envolveu cerca de meio milhão de consumidores. Ainda no âmbito turístico e cultural, o deputado regozijou-se com o regresso da "bola sempre azul" ao areal da Praia de Mira, uma homenagem à icónica bola Nivea que marcou gerações desde os anos sessenta. Concluiu afirmando que as praias de Praia de Mira e do Poço da Cruz são motores fundamentais da boa imagem do concelho no mundo, apelando à manutenção deste esforço estratégico a longo prazo, com foco na disciplina de ação para garantir o crescimento e o desenvolvimento contínuo de Mira. -----

----- A Senhora Presidente agradeceu e deu a palavra ao Senhor Presidente. ---

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por agradecer à Senhora Presidente e respondeu à intervenção do Senhor Pedro Morins sobre a questão dos lixos, referindo que está na altura de se poder exercer o direito de cidadania e de denúncia. Indicou que o município está a equacionar a aquisição e colocação estratégica de câmaras de vigilância em alguns pontos para ajudar a dissuadir determinados comportamentos, esclarecendo que o intuito não é penalizar, mas sim dissuadir. Relativamente às questões específicas sobre os parquímetros, esclareceu que a gestão e manutenção são efetuadas pela empresa Resoper, sendo cinquenta por cento das receitas para a referida empresa e os restantes cinquenta por cento para o município. Acrescentou que

a competência para fiscalizar em caso de incumprimento pertence às forças de segurança (GNR). Em resposta à intervenção sobre as publicações relativas a reuniões em Lisboa e à receção da GNR, o Senhor Presidente afirmou que não se trata de publicidade enganosa. Explicou que se deslocou a Lisboa para reunir com a Senhora Secretária de Estado, tendo sido informado de que em junho haveria a comunicação de resultados sobre os assuntos questionados, nomeadamente a creche da Praia de Mira. Referiu que, após conversações na semana anterior, se crê que a curto prazo, previsivelmente durante o mês de julho, surgirão respostas e anúncios de outros programas. No que diz respeito ao encontro com a GNR, referiu que o objetivo foi alertar para a falta de efetivos no Posto de Mira e questionar o funcionamento do posto da GNR na Praia de Mira durante o verão. Indicou que as respostas obtidas apontam para a abertura do posto apenas com um elemento para receção e comunicação, sem patrulha atribuída, mas com a garantia de reforço do patrulhamento em bicicleta no território municipal, transmitindo assim a preocupação do executivo com a segurança. Sobre a posse administrativa de terrenos por limpar, o Senhor Presidente esclareceu que constitui um último recurso para os municípios, uma vez que implica a substituição aos proprietários. Assinalou que, por vezes, os proprietários indicados não coincidem com os reais devido a heranças e partilhas, tornando complexa a identificação dos responsáveis. Sublinhou que existem vários relatos de terrenos a necessitar de limpeza, cujos trabalhos são onerosos, e que a existência de múltiplos proprietários gera muitas vezes escusas quanto à divisão de custos. Afirmou que os proprietários são devidamente notificados e que o procedimento cumpre prazos regulamentares, cuja falha acarreta o agravamento do problema. Relativamente à verba recebida na sequência da tempestade "KRISTIN", indicou que o município reportou

intervenções necessárias no valor aproximado de dois milhões de euros, tendo recebido uma transferência de cerca de meio milhão de euros para colmatar os problemas reportados em diversos setores e infraestruturas, incluindo açudes e barragens. Explicou que a verba não foi atribuída de forma específica a uma intervenção concreta, encontrando-se o município a aguardar esclarecimentos sobre a forma correta de a aplicar, mencionando a exemplo a reposição das areias do Poço da Cruz, caso seja obtida a devida autorização. Em resposta à intervenção do deputado José Camarinha, o Senhor Presidente reforçou a importância do prémio "Bandeira Azul", encarando-o como o reconhecimento do trabalho desenvolvido ao longo dos anos, e destacou também a atribuição do prémio "Cinco Estrelas". Salientou que o mérito deste último prémio pertence a todos, sendo votado pelas pessoas que visitam e utilizam as praias do concelho, constituindo o quinto galardão consecutivo para a Praia de Mira. Referiu que o vereador Bruno se deslocou para receber o prémio, sublinhando o carácter meritório e de distinção para o município. Por fim, no âmbito de respostas a outras intervenções sobre o estado de conservação de passadiços, escadas e trabalhos necessários, justificou que o hasteamento da "Bandeira Azul" ocorreu este ano mais cedo do que o habitual, no dia 8 de junho, em vez do final do mês. Esta antecipação gerou dificuldades de organização e na preparação atempada de todas as infraestruturas, a que se somou a escassez de assistentes operacionais em determinadas áreas, motivo pelo qual foram abertos concursos para a contratação de mais pessoal e mão de obra para a realização dos referidos trabalhos. -----

----- A Deputada Andreia Petornilho interveio para solicitar à senhora presidente a inscrição excecional dos deputados José Carlos e Rocha Diniz, tendo

justificado o pedido com a existência de dois minutos e meio disponíveis no tempo restante. -----

----- A Senhora Presidente chamou a atenção para a existência de mais dois deputados da mesma bancada com o pedido de palavra levantado, questionando quem iria intervir de seguida. -----

----- O Deputado Pedro Morins pediu esclarecimentos sobre a instalação dos parquímetros, afirmando ter testemunhado diretamente que a mesma foi executada pelos serviços municipais, utilizando a carrinha da junta de freguesia do Seixo, assim como a respetiva sinalização vertical. Questionou qual é o benefício de ter uma empresa a lucrar cinquenta por cento com os parquímetros, enquanto a junta de freguesia limpa o estacionamento e recebe apenas o valor estipulado na delegação de competências. Relativamente à GNR, referiu que as questões abordadas não se centraram no trânsito em geral, mas sim na circulação nas ruas dos Prazos Velhos, as quais funcionam como ciclovias, mas permitem o acesso exclusivo a residentes — matérias que lhe são familiares, que já partilhou anteriormente e que justificavam a presença do presidente da junta de freguesia num debate ou exposição com a GNR sobre a freguesia da Praia de Mira. Por fim, a respeito da limpeza de terrenos, indicou que iria proceder à respetiva identificação, solicitando brevidade e celeridade na atuação, tendo em conta que o prazo limite para a limpeza dos terrenos decorria, salvo erro, até ao dia trinta, estando-se a entrar plenamente no verão com terrenos por limpar na Praia de Mira. -----

----- A Senhora Presidente solicitou que o pedido de esclarecimento fosse mais sucinto. -----

----- O Deputado Pedro Morins afirmou manter dúvidas quanto aos pontos anteriormente abordados, acrescentando que teria terminado a sua intervenção

caso não tivesse sido interrompido. A este respeito, referiu que, no que se refere à tempestade “Kristin”, a verba de quinhentos mil euros continua por gastar devido à incerteza sobre o que deve ser repostado, segundo o seu entendimento.

----- A Senhora Presidente questionou a bancada se ainda iria intervir mais alguém, especificamente dirigindo-se à deputada Andreia Petornilho. -----

----- A senhora Deputada Andreia Petornilho interveio para se dirigir a José Carlos e ao Deputado José Rocha Diniz. -----

----- O Deputado José Neves começou por saudar os deputados das várias bancadas pela preocupação ambiental manifestada, destacando que o tema lhe é muito sensível. Lembrou a iniciativa positiva de 2010 do projeto "Limpar Portugal" em Mira, na qual esteve envolvido na organização e que uniu todos os quadrantes políticos, associativos, escolas, autarquias, cidadãos, forças de segurança e bombeiros em torno da proteção do território, das florestas e do futuro coletivo. O deputado referiu que, olhando para a realidade atual, persistem ou agravaram-se problemas graves na gestão de resíduos no concelho, apontando contentores frequentemente cheios, lixo depositado no exterior, separação incorreta, descargas ilegais em zonas florestais e a deposição de resíduos verdes em locais impróprios. Alertou que não se trata apenas de um problema ambiental, mas também de uma questão de qualidade de vida, saúde pública e imagem do concelho. Nesse sentido, o Partido Socialista propôs uma abordagem integrada e ambiciosa, sugerindo, em primeiro lugar, a promoção de uma nova grande ação concelhia de sensibilização ambiental inspirada no espírito de 2010 para mobilizar novamente toda a comunidade, incluindo escolas, associações, juntas de freguesia e cidadãos, para a limpeza e valorização do território. Manifestou total disponibilidade para participar e demonstrar como o processo foi feito na altura. Por fim, propôs a criação de uma

rede de pontos de deposição de resíduos verdes e entulhos, distribuídos estrategicamente pelo concelho, endereçando a questão à senhora presidente. Referiu que esta era uma questão em redor da qual todos se deviam unir, propondo a criação de uma rede de pontos de resíduos verdes e entulhos, uma vez que, nas aldeias mais longínquas, é difícil deslocar-se ao aterro ("Presa"). Defendeu também o reforço da frequência de recolhas de resíduos nas zonas mais críticas, a instalação de contentores mais adequados — eventualmente com sistemas inteligentes — a realização de campanhas contínuas de educação ambiental com início nas escolas e o reforço da fiscalização. Dirigindo-se posteriormente às senhoras e aos senhores deputados, ao senhor presidente e aos restantes membros do executivo, o deputado lembrou que Mira já demonstrara no passado a capacidade de se mobilizar e de liderar pelo exemplo. Propôs, assim, a recuperação desse espírito com recurso a soluções estruturais capazes de dar resposta aos desafios atuais, sublinhando que cuidar do ambiente não constitui uma opção, mas sim uma responsabilidade coletiva que exigia a união de todos. Concluiu a sua intervenção agradecendo à senhora presidente pelo tempo concedido. -----

----- A Senhora Presidente agradeceu a intervenção e inquiriu se o Senhor Presidente pretendia responder exclusivamente caso o tempo de palavra fosse cedido pelo Grupo Parlamentar do PSD. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu os esclarecimentos e referiu, relativamente à circulação na pista, que a autarquia está sempre aberta a propostas e colaboração, ponderando aplicar um sentido único caso se revele adequado, em articulação com a junta de freguesia e as autoridades para prevenir constrangimentos. Quanto à identificação de terrenos, solicitou que sejam indicados os respetivos proprietários, sempre que possível, para facilitar

o processo. Explicou que os parquímetros ficam armazenados durante o ano e são colocados antes da época balnear, esclarecendo que a utilização de uma carrinha sem os símbolos municipais se deveu a uma avaria nas viaturas próprias, tendo sido solicitada uma viatura emprestada para o transporte, enquanto a manutenção, a recolha de receitas e a distribuição de verbas são asseguradas pela empresa. Informou ainda que já foram efetuados investimentos com as verbas transferidas, nomeadamente na barragem do Casal de São Tomé, manifestando a expectativa de que estas intervenções fiquem salvaguardadas no âmbito do apuramento de prejuízos. Por fim, a respeito da intervenção do deputado José Carlos, considerou bem-vinda a iniciativa de limpeza, embora tenha assinalado a dificuldade habitual em mobilizar a população, exemplificando com a fraca adesão registada numa ação recente realizada antes do hastear da bandeira azul, apesar de a iniciativa ter sido amplamente divulgada. -----

----- A Senhora Presidente declarou encerrado o período antes da ordem do dia, passando-se de seguida para o período da ordem do dia. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **PONTO UM: Para conhecimento - Relatório do Senhor Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.** -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu à Senhora Presidente, referindo que o relatório apresentado e disponibilizado constituía um documento extenso, pelo que se colocava à disposição para prestar os esclarecimentos necessários. Acrescentou que se procurou tornar o documento mais homogéneo, tendo solicitado às chefias a elaboração de um calendário

único. Esclareceu que todos os reportes incluídos no relatório diziam respeito ao período até 31 de maio, com o objetivo de sincronizar as datas de comunicação dos trabalhos realizados. Ficou decidido que, a partir desse momento, os relatórios das assembleias seguintes abrangeriam o período compreendido entre o dia 1 de junho e a realização da assembleia subsequente, e assim sucessivamente, passando a respeitar sempre as datas mais utilizadas, conforme pretendido. Por fim, reiterou a disponibilidade para responder a quaisquer questões que fossem colocadas. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra a Deputada Raquel Arribança. -----

----- A Deputada Raquel Arribança começou por referir que, relativamente ao ponto em discussão, pretendia colocar uma questão acerca dos parquímetros, mas considerou-se esclarecida sobre o assunto. Em seguida, apontou que, na página vinte e sete, é referido duas vezes o mesmo valor com a mesma descrição, solicitando esclarecimentos sobre o respetivo significado. Na página cinquenta e seis, assinalou a menção duplicada do levantamento da necessidade de reparação do pavilhão, apresentando igualmente o mesmo valor em duplicado. Relativamente à página cinquenta e sete, colocou uma questão sobre quem será o responsável por elaborar o projeto de arqueologia e em que moldes o mesmo será executado. Por fim, assinalou que, na página oitenta e seis, o quadro refere incorretamente que o pavilhão municipal não está a ser utilizado em duas situações, quando o mesmo se encontra em funcionamento, constituindo este um reparo por parte da deputada, que questionou ainda quais foram as intervenções realizadas na piscina municipal, conforme mencionado no documento. -----

----- A Senhora Presidente anunciou que de seguida interviria o Deputado Mauro Seíça, em representação do Partido Socialista (PS). ----- O

Deputado Mauro Seíça, em representação do Partido Socialista, começou por cumprimentar os presentes e alertar que, apesar de solicitações anteriores, as alterações necessárias no relatório de atividades apresentado continuavam por verificar. Sublinhou que o documento continha 120 páginas, mas que a quantidade não significava necessariamente qualidade da informação prestada à Assembleia Municipal. Referiu que o documento descrevia centenas de tarefas administrativas, reuniões, ofícios, procedimentos, auditorias e movimentos documentais, faltando, contudo, aquilo que verdadeiramente interessava aos eleitos e aos cidadãos: uma avaliação política da ação do executivo e dos resultados obtidos. Defendeu que, mais do que saber quantos documentos foram registados ou quantas reuniões foram realizadas, importava perceber se o município estava hoje melhor, se os problemas estruturais do concelho estavam a ser resolvidos e se os recursos públicos estavam a produzir benefícios concretos para os munícipes. Chamou a atenção para o facto de a primeira parte do relatório ser praticamente dedicada ao sistema de gestão da qualidade. Afirmou que ninguém questionava a importância da certificação ISO ou da melhoria dos procedimentos internos e que, ao longo de várias páginas, se encontravam referências a constantes monitorizações, indicadores, objetivos estratégicos, análises SWOT, matrizes de risco, reuniões e auditorias; contudo, quando se procuravam indicadores concretos de desempenho, metas alcançadas ou benefícios efetivos para os munícipes, essa informação praticamente desaparecia. Apontou também motivos de preocupação na execução financeira, salientando que o próprio relatório reconhecia que, no final de maio de 2026, a despesa paga ascendia a cerca de 8,9 milhões de euros, enquanto a receita cobrada rondava cerca de 7,9 milhões de euros, originando um saldo negativo superior a 1 milhão de euros. Considerou ainda mais

preocupante o défice entre a receita liquidada e a despesa faturada do próprio exercício, superior em 1,15 milhões de euros, acompanhado por um aumento significativo dos compromissos assumidos, que cresceram cerca de 54% relativamente ao período homólogo, ultrapassando os 31 milhões de euros. Perante estes números, questionou como o executivo pretendia acomodar esta evolução da despesa, se existia risco de pressão financeira nos próximos exercícios e qual era o plano para assegurar a sustentabilidade financeira daqueles investimentos. Outra questão levantada prendeu-se com a forma como o relatório era elaborado, limitando-se em muitas áreas a enumerar tarefas rotineiras — tais como emissão de ofícios, reuniões, telefonemas, atualizações informáticas, movimentos documentais ou registos administrativos. Defendeu que, embora tudo isto fizesse parte do funcionamento normal da máquina municipal, uma assembleia municipal não existia para tomar conhecimento da rotina administrativa, mas sim para fiscalizar políticas públicas. Por isso, considerou desejável que cada divisão apresentasse indicadores objetivos, como o cumprimento de metas previstas, prazos médios de resposta, execução física das obras, níveis de satisfação dos munícipes, comparação com anos anteriores e o grau de concretização dos objetivos políticos definidos para o mandato. Afirmou que, sem esses elementos, se tornava difícil exercer uma fiscalização séria. Verificou também que em vários setores eram apresentados apenas volumes de atividade, sendo raramente identificados problemas, incumprimentos ou dificuldades, sublinhando que nenhum relatório sério de gestão pública se podia limitar a aspetos positivos e que a transparência exigia reconhecer aquilo que ainda faltava fazer. Finalmente, recordou que o relatório cobria os meses de abril e maio de 2026, sendo expectável encontrar uma análise clara da execução do plano e orçamento para 2026, do grau de

concretização das grandes opções do plano e do cumprimento dos compromissos assumidos perante os eleitores, leitura política essa que praticamente não existia. Em conclusão, o deputado entendeu que o relatório constituía um bom documento administrativo, mas continuava longe de ser o verdadeiro instrumento de prestação de contas perante a Assembleia Municipal. Expressou a expectativa de que, no futuro, o executivo apresentasse documentos mais orientados para os resultados, mais transparentes e mais úteis para o exercício da fiscalização democrática, sustentando que governar não era apenas realizar procedimentos, mas sim resolver problemas, cumprir compromissos e melhorar a vida das pessoas, devendo a assembleia concentrar a sua atenção nesses aspetos. Concluiu reafirmando que o futuro era hoje e apelando a que não se empurrasse com a barriga para amanhã a resolução dos problemas. -----

----- A Senhora Presidente anunciou o início da intervenção do deputado Luís Lourenço, do Partido Social Democrata (PSD). -----

----- O Deputado Luís Lourenço, do PSD, iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e os cidadãos que assistiam através das redes sociais. Em relação ao relatório de atividades, destacou dois aspetos inseridos no âmbito do serviço de educação, direcionados respetivamente aos seniores e às crianças. No que concerne aos seniores, congratulou-se com as atividades desenvolvidas no âmbito da universidade sénior que, para além do trabalho realizado em diversas áreas, têm proporcionado a participação em concursos, nomeadamente as "Idolíadas" e o campeonato virtual, bem como o terceiro encontro geracional "Sénior". Considerou estas realizações de elevado valor, porquanto permitem momentos de salutar convívio, a promoção do envelhecimento ativo, a manutenção de uma mente ativa, a quebra do

isolamento e, conseqüentemente, o cuidado da saúde mental daqueles que já cuidaram de nós, defendendo que tais atividades devem ser continuadas e, se possível, reforçadas. Por outro lado, fez um apontamento relativamente à resposta prestada às crianças, especificamente através do projeto "Realiza-te 3". Salientou que o município tem assegurado, nos últimos anos, a contratação de uma terapeuta da fala e de uma psicóloga para intervir junto das crianças do pré-escolar e do primeiro ciclo, o que demonstra uma preocupação com esta faixa etária e com o almejado sucesso escolar. Neste âmbito, deixou uma nota e colocou uma questão, referindo que, no seu entender pessoal e partilhado por outros presentes, esta medida tem constituído uma mais-valia na resposta educativa, questionando se existirá a possibilidade de contar novamente com a referida contratação de psicóloga e terapeuta da fala no próximo ano. -----

----- A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou a sua intervenção agradecendo à Senhora Presidente. Relativamente à intervenção da deputada Raquel, referiu que estava a ser apurado o que foi mencionado acerca das páginas vinte e sete e cinquenta e seis, onde constava o mesmo valor numa tabela, uma vez que no documento consultado tal não aparecia da mesma forma. Indicou que seria necessário verificar se se tratava do mesmo assunto e valor, dado que a consulta não correspondia ao que foi apontado, podendo haver divergências na paginação ou na tabela analisada. Enquanto a Senhora Vereadora procedia à verificação, passou a responder às questões colocadas pelo deputado Mauro Seica. Esclareceu que, conforme constava no documento, os compromissos estavam relacionados com o volume de investimento realizado, sendo este quase na totalidade cofinanciado. Passou, seguidamente, a ler excertos do documento, salientando que dos vinte e dois milhões e meio de

euros sensivelmente em compromissos por pagar, onze milhões e setecentos mil diziam respeito à aquisição de bens de capital, correspondendo à execução de um conjunto de investimentos estruturantes para o município, e cerca de cinco milhões de euros a despesas com o pessoal. Destacou como compromissos por pagar mais relevantes na aquisição de bens de capital as empreitadas de ampliação da Escola Secundária, no valor aproximado de cinco milhões e meio de euros, as construções de habitações na Videira Norte, com mais de três milhões e duzentos mil euros, e a ampliação da área de localização empresarial do Montalvo, cifrada em quase trezentos mil euros. Sobre a extensão do documento, que continha cento e vinte páginas, reconheceu que o modelo poderia não ser o melhor, assunto que já tinha sido debatido anteriormente. Lembrou que, na abertura do ponto, já havia referido o esforço para tornar o documento mais rigoroso, assegurando datas concisas entre todos os serviços, sem prejuízo de existirem sempre melhorias a implementar. Sublinhou que um relato constante e pormenorizado das intervenções exigia a indicação específica das ruas, dos metros ou quilómetros de passeio ou calçada executados e do mês em que ocorreram, sendo esse o caminho pretendido, embora um documento mais conciso tornasse difícil concentrar um relato tão exaustivo. Afirmou que, embora pudessem vir a alcançar um modelo ótimo de documento, a extensão atual dificultava esse cruzamento de dados, tendo registado os apontamentos recolhidos para procurar otimizar a forma de comunicação da atividade municipal. Em resposta à intervenção do deputado Luís Lourenço, congratulou o trabalho desenvolvido na área da educação, notando que o deputado, enquanto professor, se encontrava particularmente atento ao setor. Afirmou que o objetivo do município passava por assegurar, até ao ano de 2027, as condições necessárias para a prestação desse serviço, reconhecendo as dificuldades

pontuais sentidas na contratação de técnicos interessados na prestação de serviços nas áreas da psicologia e da terapia da fala, mas reiterando o empenho em garantir a continuidade da resposta no próximo ano e assegurar a sua vigência futura. Posteriormente, indicando que a Senhora Vereadora tinha conseguido localizar a tabela em questão, abordou a rubrica relativa ao «fornecimento contínuo de materiais de construção», que apresentava o mesmo título, mas valores diferentes. Esclareceu que se trataria, provavelmente, de empresas e materiais de construção distintos, cuja proximidade de valores motivara a dúvida suscitada, o mesmo sucedendo na outra página apontada. Relativamente ao levantamento de necessidades, assinalou a existência de duas entradas — uma referente ao «levantamento de necessidades de reparações no Pavilhão Municipal de Mira» e outra à «medição e levantamento de necessidades de reparações no Pavilhão Municipal» — explicando que tal terminologia se prendia com a elaboração de projeto, contando com o auxílio do Senhor Vice-Presidente. Concluiu a intervenção manifestando a expectativa de ter esclarecido todas as dúvidas e reiterando os agradecimentos à Senhora Presidente. -----

----- A Deputada Raquel Arribança começou por solicitar resposta relativa à questão sobre a arqueologia. De seguida, referiu que, embora a matéria relativa aos parquímetros já estivesse esclarecida, ponderou sobre a distribuição de participações: tendo a empresa e a Câmara Municipal uma quota de 50% cada, e sendo os parquímetros propriedade do município, questionou se a percentagem e o valor atribuídos à empresa não seriam demasiado elevados. —

----- O Senhor Presidente agradeceu à Senhora Presidente e explicou, relativamente aos parquímetros, que as condições acordadas e assinadas com a empresa foram as consideradas mais vantajosas para o município.

Acrescentou que os outros projetos auscultados não ofereciam percentagens equivalentes, constituindo este o melhor cenário possível, o qual deverá vigorar durante o prazo estabelecido no contrato, sem prejuízo de uma nova avaliação aquando da sua renovação. Relativamente à arqueologia, referiu que não compreendeu a questão colocada sobre a elaboração do projeto de recolha de documentos históricos junto da população. -----

----- A Deputada Raquel Arribança questionou quem seria a entidade responsável por executar o projeto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que existe um funcionário adstrito à área da arqueologia, cuja identidade confirmaria posteriormente para prestar a devida informação. -----

----- A Senhora Presidente deu continuidade aos trabalhos, seguindo-se a intervenção do deputado António Teixeira, do Partido Socialista (PS). -----

----- O Deputado António Teixeira, em representação do Partido Socialista, dirigiu-se ao senhor presidente para questionar diversos aspetos relacionados com a falta de manutenção e conservação no concelho, referindo os seguintes pontos: Passadiços e Praia, questionou como se explica que, decorrido cerca de um mês sobre o arranque da época balnear e após a visita de figuras governamentais para hastear as bandeiras azuis e elogiar a praia, os passadiços — em especial os da margem da Avenida da Barrinha, que irão acolher um grande evento — continuem num estado que põe em perigo os turistas, referindo que simples pregos não resolvem o problema da madeira. Praia Fluvial, perguntou por que razão a relva da praia fluvial (mencionada ironicamente como o "joker das últimas eleições") continua por cortar e sem tratamento, e apontou que as casas de banho permanecem sem papel e parcialmente avariadas há um ano, enquanto os chuveiros prometidos continuam por instalar. Varanda Verde

e Ilha, questionou o estado de degradação de um passeio em calçada na parte sul da Varanda Verde, contrapondo com o bom estado de limpeza da restante zona da Varanda Verde, e criticou o abandono e o desprezo a que votam a parte sul da mesma, a praia fluvial e a ilha. Apelou a uma resposta sobre a origem destas falhas, questionando se se devem a falta de tempo, falta de pessoal ou dificuldades financeiras, sublinhando que a beleza natural do concelho acaba por disfarçar a falta de manutenção e esmero. Deixou um desabafo histórico e cultural sobre os habitantes da Praia de Mira, afirmando que tradicionalmente estiveram de costas voltadas para a terra por concentrarem a sua atenção no mar, de onde retiram o sustento, concluindo com um agradecimento antecipado pelas explicações do senhor presidente. -----

----- A Senhora Presidente convidou a deputada Lurdes Mesquita, do PSD, a intervir. -----

----- A Deputada Lurdes Mesquita, do PSD, referiu que a análise da unidade de contabilidade, aprovisionamento e património permite reconhecer uma gestão municipal rigorosa, responsável e orientada para o investimento. Destacou que, de acordo com a página 40, figura 5, no final de maio de 2026, a receita cobrada atingiu cerca de 7,9 milhões de euros, o que representa um aumento de 4,9% face ao período homólogo de 2025, evidenciando capacidade de cobrança e acompanhamento da execução orçamental. Relativamente à despesa, apontou que a figura 2 evidencia a comparação com a receita cobrada, tendo o município pago cerca de 8,9 milhões de euros até maio de 2026, valor que reflete em grande medida a execução de investimentos importantes para o concelho. Acrescentou que as figuras 3 e 4 permitem acompanhar a evolução da despesa faturada e dos compromissos por pagar, sublinhando que, embora estes indicadores exijam um acompanhamento atento, uma parte muito significativa

desses compromissos corresponde a investimentos estruturantes, tais como a ampliação da Escola Secundária da Doutora Maria Cândida, a construção de habitações e a ampliação da Área de Localização Empresarial do Montalvo. Salientou ainda, com base nas páginas 51 e 52 (figuras 23, 24 e 25), que a despesa de capital paga ascendeu a cerca de 3,7 milhões de euros no final de maio de 2026, sendo que aproximadamente 89,82% deste montante corresponde à aquisição de bens de capital, traduzindo-se em investimento efetivo no concelho. No que concerne à análise do endividamento e da dívida a fornecedores (páginas 54, figuras 27 e 28), sublinhou que a dívida a fornecedores diminuiu cerca de 50 000 euros face a maio de 2025, demonstrando cumprimento, credibilidade e responsabilidade na relação com os fornecedores do município. Por fim, deu especial destaque à figura 29, relativa à evolução dos pagamentos em atraso, apontando que se trata de um dos dados mais importantes do relatório, uma vez que, no final de maio de 2026, o Município de Mira não registava qualquer pagamento em atraso, o que comprova o rigor financeiro, o cumprimento da lei e o respeito pelos dinheiros públicos. Concluiu afirmando que o relatório evidencia uma gestão transparente, equilibrada e comprometida com o desenvolvimento do concelho. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra à senhora deputada Andreia Petornilho do PS para proceder à sua intervenção. -----

----- A Deputada Andreia Petornilho, em representação do grupo parlamentar do Partido Socialista, colocou diversas questões relativas ao relatório de atividades. Solicitou esclarecimentos sobre a existência de uma significativa praga de ratazanas no centro de acolhimento animal e no respetivo abrigo, referidas na página 113 do relatório, questionando quais as ações já implementadas ou previstas para a sua resolução, se existe um plano de desratização em curso,

bem como a respetiva periodicidade e os resultados alcançados. Reportou, com base em informações transmitidas por utilizadores, página 112, no âmbito dos espaços verdes, ruído e recursos naturais, várias situações que comprometem a segurança dos cidadãos na pista pedonal, nomeadamente zonas com buracos, raízes de árvores à superfície, tábuas degradadas ou partidas e outros sinais de desgaste. Atendendo à elevada utilização por residentes e visitantes, solicitou o ponto de situação, a existência de um plano de intervenção e a respetiva calendarização. Abordou a temática da formação profissional dos trabalhadores do município, questionando se existe um plano formativo para o mandato, se o mesmo está a ser executado e quantos trabalhadores beneficiaram ou beneficiarão de formação. A deputada referiu que, constando na página 25 do relatório a indicação de 15 inscrições apresentadas como uma forte aposta na qualificação, considerou que tal número não se afigura coerente. -----

----- A Senhora Presidente propôs passar à intervenção do Senhor Presidente.

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, começou por agradecer à Senhora Presidente e referiu que a interpretação feita relativamente à manutenção, conforme já havia assumido anteriormente, nunca está totalmente concluída. Explicou que o clima, especialmente junto ao mar — tal como o Deputado António Teixeira mencionou — exige uma manutenção constante, obras de acompanhamento e a substituição de materiais, aspetos que muitas vezes o município não consegue acompanhar no ritmo desejável. Não obstante, o Presidente discordou da ideia de que "está tudo mal", sublinhando que o executivo municipal faz um esforço para adquirir materiais e assegurar as manutenções necessárias. Salientou ainda que este trabalho de acompanhamento permanente esbarra, por vezes, na escassez de assistentes operacionais com a formação e capacidade exigidas para determinados

serviços, apontando também as críticas recorrentes com que a autarquia se depara aquando da abertura de concursos para novas contratações. Destacou que é necessário gerir este equilíbrio e acolher os contributos dos senhores deputados, reservando o direito de contrapor quando não existir concordância. A este respeito, admitiu que existem zonas, como os passadiços — nomeadamente na freguesia da Praia de Mira — que se revelam esteticamente muito atrativas aquando da sua construção, mas que, se não beneficiarem de um acompanhamento contínuo, sofrem uma degradação rápida devido ao ambiente marítimo. O autarca garantiu que o município se manterá atento para promover melhorias, concentrando esforços nos locais identificados com carências de intervenção para evitar a repetição de críticas futuras. Relativamente à intervenção da Deputada Lurdes Mesquita, o Senhor Presidente abordou as questões atinentes à gestão financeira e aos problemas enfrentados, salientando a resposta positiva dada a essa matéria. A este propósito, destacou um aspeto considerado relevante relacionado com a Lei dos Compromissos, cuja alteração recente (consagrada na lei publicada a 1 de junho de 2026, com eficácia a 2 de junho) veio suprimir o prazo anterior de noventa dias após a data de vencimento da fatura para a realização de pagamentos por parte dos municípios, fixando-o agora estritamente em trinta dias após a emissão da fatura. O Presidente explicou que esta alteração pode gerar momentaneamente dificuldades para as entidades integradas em programas de pagamento previamente planeados, sublinhando que teria sido desejável um período de adaptação, bem como uma prévia difusão de informação por parte da DGAL e das empresas fornecedores de software (software houses). Indicou que, à data atual, o município ainda não dispõe do software adaptado a esta nova realidade jurídica, o que poderá acarretar constrangimentos temporários no cumprimento

da nova disposição legal. Por fim, no que concerne à intervenção da Deputada Andreia Petornilho e à página 113 relativa aos serviços veterinários, o Senhor Presidente esclareceu que, até ao momento, não existe qualquer registo ou comunicação oficial por parte da associação referente à necessidade de desratização naquele local. Acrescentou que a autarquia desenvolve programas regulares de desparasitação e desratização adjudicados a empresas especializadas, sublinhando que o serviço teria sido prontamente prestado caso tivesse sido formalmente solicitado. No que respeita à manutenção das pistas, o autarca reconheceu que a necessidade é transversal e não se cinge a um único troço, solicitando a indicação de localizações mais concretas para facilitar a respetiva intervenção. A título de exemplo, mencionou que as tempestades e o aumento substancial dos caudais nas linhas de água provocaram a descalçagem do piso sob um troço situado entre a Ermida e o Casal de São Tomé, com o conseqüente abatimento do alcatrão, impondo-se uma intervenção profunda e musculada. Concluiu reafirmando que o executivo municipal permanece atento a diversos pontos das pistas onde se reconhece a necessidade de atuação, comprometendo-se a concentrar esforços para sanar as referidas falhas. -----

----- A Senhora Presidente referiu que ainda existiam pedidos de esclarecimento sobre esse assunto por parte da Deputada Andreia Petornilho. -----

----- A Deputada Andreia Petornilho esclareceu que se referia ao centro de recolha animal e que, estando este incluído, a questão abrangia também o abrigo. Questionou se tinha havido algum relato acerca da praga de ratazanas, acrescentando que informaria quem de direito sobre o assunto. -----

----- A Senhora Presidente passou a palavra ao Deputado António Teixeira. ----

----- O Deputado António Teixeira começou por referir que o Senhor Presidente não respondeu às perguntas colocadas relativamente à praia fluvial.

Acrescentou que os deputados foram eleitos para denunciar o que está mal e para fiscalizar, sublinhando que foi para isso que o povo votou neles, concluindo com esta intervenção. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que o Deputado tem todo o direito de abordar os assuntos que entender, nomeadamente o que considerar que não está bem, acrescentando que a manutenção da praia fluvial e do jardim compete à respetiva concessão. -----

----- O Deputado António Teixeira começou por referir que a época balnear já tinha começado há cerca de três semanas, colocando um pedido de esclarecimento direto sobre a inércia da concessionária e questionando se o município permitiria que a situação se mantivesse caso aquela não interviesse. O deputado frisou que não se referia apenas à praia fluvial, mas também à sua envolvente, mencionando especificamente a ilha, a parte sul da varanda verde e a vala que se estende até à praia fluvial, considerando que o espaço se encontrava numa condição miserável e desordenada. Acrescentou ainda que esta situação gerava muitas queixas por parte da população, subscritas pelos eleitos enquanto porta-vozes do povo, e reiterou a questão central sobre se o município ficaria inativo perante um cenário que se prolongaria por todo o verão, sublinhando a importância particular de se tratar da Praia de Mira. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu à senhora presidente e referiu, dirigindo-se ao Deputado António, que o município iria intervir, pois não podia permitir que a imagem do espaço criado no ano anterior, considerado um ex-libris que se pretendia manter, ficasse de alguma forma degradado, havendo necessidade de atuar de outra forma. Acrescentou que o município nem podia nem queria substituir-se de imediato às obrigações inerentes à concessão, considerando que o diálogo e a conversação constituíam o melhor caminho para

a resolução do problema, embora, caso a situação não evoluísse conforme o pretendido, o executivo teria de a resolver por outros meios. Relativamente à ilha, apontada como a segunda fase da praia fluvial, explicou que a mesma não seria concretizada no presente ano, apontando como objetivo para o ano de 2027 abranger outra parte da praia fluvial, integrada numa nova concessão, de modo que a respetiva envolvente, incluindo os jardins excluídos da concessão, constituísse um espaço único, harmonioso e agradável, cuja concretização se pretendia assegurar para a época balnear seguinte. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra ao deputado José Carlos. -----

----- O Deputado José Carlos iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e analisando o relatório em apreço, classificando-o como um documento competente do ponto de vista técnico, mas insuficiente do ponto de vista político e estratégico. Salientou que o instrumento se centra no sistema de gestão da qualidade, com foco no controlo, na monitorização e na melhoria contínua (evidenciado em auditorias e indicadores de desempenho), sublinhando que organizar e controlar não equivale a governar. Apontou que, embora o relatório mencione objetivos estratégicos para o período de 2025 a 2029 e uma forte aposta no planeamento estratégico, apresenta essencialmente matrizes SWOT, indicadores de gestão interna e tarefas procedimentais, sem demonstrar visão para o concelho, prioridades políticas ou estratégias de desenvolvimento. Acrescentou que o próprio gabinete de planeamento estratégico se encontra reduzido a uma função administrativa. Referiu que a análise da figura 2 (página 37) revela um crescimento da receita em 4,9% e da despesa em 34,8%, resultando num défice superior a 1,1 milhões de euros (página 38), números que, na sua perspetiva, exigem uma explicação política ausente no documento. Afirmou que, não obstante o grande volume de atividade

administrativa, o relatório omite o impacto real dessa atividade na vida das pessoas e nos resultados obtidos para o concelho. Concluiu reiterando que o planeamento estratégico não se esgota no cumprimento de procedimentos formais da norma ISO 9001, mas consiste em definir um rumo, prioridades, orientar investimentos e preparar o futuro de Mira para o médio e longo prazo. Alertou que, na ausência de planeamento estratégico, existe apenas gestão do dia a dia, desperdício de recursos e um caminho sem rumo. -----

----- A Senhora Presidente declarou encerrado o tempo de intervenção atribuído ao Partido Socialista e passou a palavra ao Senhor Presidente. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu à Senhora Presidente, referindo que a interpretação do deputado José Carlos não merecia a sua concordância. Esclareceu que o documento em causa não consubstanciava um documento estratégico político — assumidamente não o sendo — razão pela qual não lhe poderiam ser exigidas medidas estratégicas para o futuro. Salientou que a capa do documento indicava tratar-se de um «relatório de atividades municipais», não constituindo um instrumento político destinado a apresentar estratégias ou ações futuras, mas sim o relatório referente ao período compreendido entre abril e junho, decorrido entre duas assembleias. Concluiu afirmando que aquela era a visão e interpretação do deputado, a qual diferia da sua própria, embora reconhecesse que o deputado tinha o pleno direito de se expressar dessa forma, constatando que, não tendo sido formulada nenhuma pergunta concreta, a intervenção consubstanciava apenas uma manifestação de interpretação do documento. -----

----- A Senhora Presidente declarou encerradas as intervenções, uma vez que não existiam mais inscrições por parte do Partido Social Democrata (PSD), encontrando-se o Partido Socialista (PS) sem tempo disponível. -----

----- A Deputada Andreia Petornilho referiu que, apesar da falta de tempo, a sua pergunta relativa à formação profissional não tinha sido respondida, nomeadamente qual o plano formativo e de que forma se chegou à conclusão das quinze inscrições, as quais demonstrariam uma forte aposta do município na qualificação dos trabalhadores, conforme salientou ao senhor presidente. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal reconheceu não ter divulgado a informação, apresentando desculpas por essa omissão. Esclareceu que o plano de formação se encontrava em elaboração, sendo habitualmente ajustado à oferta formativa disponibilizada pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), cuja divulgação ocorrera apenas no final de fevereiro. Referiu ainda que as inscrições decorriam de acordo com o interesse dos trabalhadores e a necessidade de assegurar o funcionamento dos serviços. Sublinhou que não era viável autorizar a participação simultânea de todos os funcionários, por forma a garantir os serviços mínimos. Por fim, salientou que a formação dos trabalhadores era determinante para melhorar a prestação do serviço à comunidade e a capacidade de resposta, sendo o processo desenvolvido em articulação com a CIM. -----

----- A Senhora Presidente declarou encerradas as intervenções relativas ao ponto um. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Ponto 1: Para conhecimento - Relatório do Senhor Presidente da Câmara e situação financeira da Autarquia, nos termos da alínea c) do n.º 2, do art.º 25.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação. -----

----- A Senhora Presidente, deu início à apreciação do ponto dois, dando a palavra ao Senhor Presidente. -----

----- PONTO DOIS: Para votação – Prestação de contas consolidadas do ano económico de 2025. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal agradeceu à Senhora Presidente, referindo que o assunto em análise correspondia ao ponto relativo à prestação de contas consolidadas. Lembrou que as contas do município já tinham sido discutidas na assembleia do passado mês de abril e explicou que a proposta agora submetida à Câmara Municipal dizia respeito a essa consolidação, referente ao ano de 2025. Salientou que não se tratava apenas das contas do município, mas sim de contas agregadas com as entidades onde o município detém participação, nomeadamente a ABMG e a AIBAP. Acrescentou que o documento havia sido fornecido e colocou-se à disposição para prestar os esclarecimentos necessários. -----

----- A primeira secretária, Telma Salvador, pediu desculpa pela ausência da Presidente e indicou que, para as inscrições relativas ao ponto, se encontrava inscrita a deputada Andreia Petornilho, questionando se havia mais inscrições. Acrescentou que, pelo PSD, interviria a deputada Lurdes Mesquita, tendo, de seguida, concedido a palavra à deputada Raquel Arribança. -----

----- A Deputada Raquel Arribança questionou se a verba referente ao atraso das tarifas dos resíduos sólidos urbanos, por parte da empresa ABMG, já tinha sido totalmente liquidada ao município. Questionou ainda quais são as obras ou projetos que se encontram tecnicamente bloqueados, de acordo com o documento relativo aos fundos comunitários e passivo, e respetiva previsão de desbloqueio. -----

----- A Senhora Presidente passou a palavra a Deputada Andreia Petornilho. ----

----- A Deputada Andreia Petornilho começou por intervir relativamente à prestação de contas consolidadas do ano económico de 2025, constatando que

o resultado líquido consolidado passou de um valor negativo de 1,18 milhões de euros em 2024 para um resultado positivo de cerca de 747 mil euros em 2025. Acrescentou que o ativo cresceu 7,6 milhões de euros, atingindo quase 144 milhões de euros, e que os depósitos bancários aumentaram de 2 para 3,7 milhões de euros, considerando que se tratava de saldos positivos que deviam ser reconhecidos. Todavia, assinalou que havia dados que mereciam reflexão. No que respeita ao aumento dos gastos com o pessoal num ano, referiu que estes custos cresceram cerca de 780 mil euros, ultrapassando os 6,6 milhões de euros. Salientou que, embora se soubesse que parte desta evolução decorria da transferência de competências e da valorização remuneratória dos trabalhadores, tratava-se de uma despesa estrutural permanente e contínua, questionando quanto deste aumento resultava de novas contratações e quanto resultava de atualizações salariais. Relativamente ao aumento de impostos e taxas cobrados aos munícipes, indicou que os rendimentos de impostos, contribuições e taxas aumentaram de 3,63 milhões para 4,59 milhões de euros (mais 966 mil euros), sendo identificadas no relatório como principais causas o IMI, as taxas de loteamento e obras e a taxa de gestão de resíduos. A este propósito, formulou as seguintes questões: quanto deste aumento resulta de maior atividade económica e quanto resulta do agravamento da carga suportada pelos munícipes? Por último, no que toca às comparticipações, referiu que, no final de 2025, o município tinha registado quase 10 milhões de euros de comparticipações aprovadas mas ainda não recebidas. Perante este cenário, questionou qual era o calendário previsível de recebimento dos montantes aprovados e não recebidos, bem como quais os riscos existentes de atraso ou reprogramação. -----

----- A Senhora Presidente questionou se o Senhor Presidente pretendia responder de imediato ou se, uma vez que estavam previstas apenas quatro intervenções, preferia passar a palavra à deputada Lurdes Mesquita. -----

----- A Deputada Lurdes Mesquita começou por referir que a prestação de contas consolidadas permitia olhar para o município como um todo e não apenas para a situação financeira de cada entidade isoladamente — o município, a AIBAP e a ABMG — avaliando também a solidez, a evolução patrimonial, a capacidade de investimento e a sustentabilidade financeira do universo autárquico no seu conjunto. Com base no relatório de gestão e prestação de contas consolidadas relativas ao ano económico de 2025, apresentado à Assembleia Municipal, afirmou ser possível assegurar que o município de Mira apresentava contas consolidadas robustas, equilibradas e reveladoras de uma evolução muito positiva face ao ano anterior. Destacou, desde logo, que o ativo do grupo municipal havia aumentado 5,56% face a 2024, passando a representar mais de 143 milhões de euros. Sublinhou que este crescimento traduzia a aposta do executivo municipal no reforço do património municipal e na execução de investimentos estruturantes para o concelho, dando como exemplo a ampliação da Escola Secundária Dr.^a Maria Cândida e a construção de habitações a custos acessíveis. A deputada apontou como o aspeto mais relevante das contas, a evolução dos resultados em 2025, ano em que o resultado líquido consolidado se situou em mais de 747 mil euros, representando uma melhoria expressiva face a 2024, período em que se registara um resultado líquido negativo superior a 1,18 milhões de euros (uma melhoria global de cerca de 1,93 milhões de euros de um ano para o outro). Explicou que esta evolução resultava do crescimento dos proveitos e da redução global dos gastos, demonstrando uma gestão rigorosa, criteriosa e eficiente dos recursos públicos. Relativamente ao

endividamento consolidado, sublinhou que este passara de 9,43 milhões de euros em 2024 para 9,28 milhões de euros em 2025, o que significava que, apesar do elevado esforço de investimento em curso, o município conseguira reduzir o endividamento consolidado em cerca de 150 mil euros. Deixou ainda notas específicas sobre as entidades do perímetro de consolidação: Relativamente à ABMG, reconheceu o papel essencial na gestão dos sistemas de investimento de água e saneamento, garantindo que o município continuaria a acompanhar a evolução da empresa de forma exigente, tendo como prioridade a melhoria da qualidade do serviço prestado às populações e a sustentabilidade da atividade. Relativamente à AIBAP, sublinhou o caminho de recuperação e consolidação alcançado desde que os executivos do Partido Social Democrata assumiram a liderança do município de Mira, destacando que, após um passado de dificuldades financeiras, a entidade apresentava uma situação equilibrada e prosseguia a trajetória de redução da dívida do empréstimo para a construção do edifício, a qual se fixava em cerca de 710 mil euros no final de 2025. Em suma, concluiu que as contas consolidadas de 2025 demonstravam três ideias fundamentais: primeiro, que o município de Mira continuava a investir e a reforçar o seu património; segundo, que esse investimento era acompanhado pela forte capacidade de captação de financiamento externo, reduzindo a pressão sobre os recursos próprios; e terceiro, que era possível investir, melhorar serviços, apoiar as coletividades do concelho e manter uma gestão financeira rigorosa, equilibrada e sustentável. Afirmou que os resultados não eram fruto do acaso, mas sim de uma estratégia assente no rigor, na disciplina financeira e numa visão clara de médio e longo prazo prosseguida pelo executivo municipal liderado por Artur Fresco, concluindo que o concelho de Mira estava hoje mais forte, equilibrado e preparado para o futuro. -----

----- A Senhora Presidente passou a palavra ao Deputado Mauro Seíça, do PS.

----- O Deputado Mauro Seíça referiu que não concordava com a leitura feita pela Deputada Lurdes, explicando que, na qualidade de Deputado da oposição, não iria colocar questões, uma vez que, no seu entender, já as tinha colocado demasiadas vezes, sem obter respostas concretas. Salientou, contudo, que não poderia deixar de denunciar, uma vez mais, as situações constantes do relatório. Referiu que o documento recebeu novamente um atestado de falta de fiabilidade por parte do auditor externo, uma vez que a certificação legal de contas não é limpa, apresentando três reservas graves e quatro alertas/ênfases que, no seu entendimento, põem em causa a transparência da gestão. Destacou a impossibilidade de garantir a existência dos bens da Câmara, considerando inaceitável a ausência de mecanismos que permitam conferir o património físico da autarquia. Apontou igualmente o descontrolo do inventário, referindo que o Município não utiliza um sistema de inventário permanente e que os bens adquiridos são registados de imediato como gasto, sem que seja possível aferir a sua efetiva utilização. Referiu ainda os ativos relativos à concessão de eletricidade, indicando que, segundo o auditor, a Câmara não aplicou as regras previstas e deixou fora do balanço ativos da concessão da EDP, no valor aproximado de dois milhões e meio de euros. Alertou também para o facto de ainda não ter sido possível confirmar a propriedade de 85 imóveis da Câmara, considerando preocupante que o Município ocupe e utilize prédios cuja propriedade legal não consegue comprovar. Relativamente à fiscalização, salientou que as normas de controlo interno da Câmara não são revistas desde 2016, tendo o auditor alertado para a existência de lacunas graves e para a obsolescência do sistema. Por fim, afirmou que estas situações já tinham sido denunciadas desde o anterior mandato, sem que tivessem sido tidas em conta,

e que o próprio auditor externo tinha deixado o alerta de que as contas não refletem a realidade. Considerou que a aprovação do relatório significaria validar uma situação em que não se sabe o que o Município possui, não se regista devidamente o património e são ignorados milhões de euros em ativos, defendendo, por isso, rigor e respeito pelo dinheiro de todos os mirenses. -----

----- A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Presidente. -----

----- O Senhor Presidente agradeceu à Senhora Presidente e, relativamente à intervenção da Deputada Raquel, esclareceu que as tarifas dos resíduos sólidos ainda não foram concluídas, uma vez que ainda falta a transferência da ABMG para o Município relativa ao último trimestre de 2025. Quanto aos projetos bloqueados, explicou que, no âmbito do fornecimento de água e saneamento, o Município não pode apresentar diretamente as candidaturas, tendo de o fazer por intermédio das entidades a que pertence ou de outras do mesmo género. Para a submissão das candidaturas, é necessário que os projetos estejam elaborados, sendo que, em alguns casos, tal ainda não aconteceu. Assim, esta situação está relacionada com projetos por fazer, elaborar ou submeter, verificando-se, por esse motivo, alguma suspensão dos prazos. Relativamente à questão colocada pela Deputada Andreia Petornilho, informou que não era possível responder, de forma específica, qual o montante resultante das novas contratações e qual o resultado líquido decorrente do aumento das atualizações salariais, uma vez que se trata de um cálculo que necessita de algum tempo, não sendo possível, naquele momento, dar uma resposta direta. De seguida, solicitou autorização à Senhora Presidente para dar a palavra ao técnico, Doutor João Rocha, para responder às restantes questões colocadas, nomeadamente sobre a contabilização dos fundos comunitários no balanço do documento. Por fim, referiu que o Deputado Mauro Seíça tinha uma leitura diferente da Deputada

Lurdes Mesquita, considerando que é precisamente essa diversidade de interpretações que caracteriza a democracia e a forma de interpretar os documentos e aquilo que neles está escrito. Acrescentou que uns olham para o copo meio vazio e outros para o copo meio cheio, tratando-se, na realidade, de interpretações distintas. Concluiu, reiterando que, não tendo sido colocadas questões específicas, e caso a Senhora Presidente o permitisse, o Doutor João Rocha poderia responder a algumas das questões apresentadas. -----

----- A Senhora Presidente solicitou ao Senhor Doutor João Rocha que se dirigisse ao púlpito. -----

----- O Chefe de Divisão João Rocha cumprimentou os presentes e abordou, em primeiro lugar, a questão da contabilização obrigatória dos fundos comunitários, explicando que esta pode ser difícil de interpretar na leitura de um balanço, sobretudo na parte do passivo. Esclareceu que, atendendo ao elevado volume de fundos comunitários atualmente em execução, nomeadamente no âmbito do PRR, a contabilização obriga a que, no momento da assinatura de um termo de aceitação para a execução de uma obra financiada por fundos comunitários, seja registado no passivo o montante correspondente ao financiamento. No caso do Município, esse valor ascende a 12,7 milhões de euros. Sublinhou, contudo, que se trata de um passivo que não é exigível em termos de pagamento monetário. Explicou ainda que, apesar de o passivo apresentar um valor de 17 milhões de euros, retirando os 12,7 milhões de euros correspondentes aos fundos comunitários, o valor seria de aproximadamente 5 milhões de euros. Do lado do ativo, referiu igualmente a existência de 9 milhões de euros relativos a devedores por transferências não reembolsáveis, correspondentes a fundos comunitários já contratualizados, mas que ainda não foram recebidos. Abordou, de seguida, a questão específica da contabilização da concessão dos ativos da EDP, referindo

que a própria Comissão de Normalização Contabilística emitiu, no ano anterior, uma orientação segundo a qual poderão não estar reunidos todos os elementos necessários para proceder à sua contabilização. Informou que o Município ainda não conseguiu efetuar esse reconhecimento, considerando a Comissão de Normalização Contabilística que os dados disponibilizados pela EDP são insuficientes. Salientou que esta questão se encontra devidamente registada nas notas e que não se trata de um assunto pacífico. Referiu que, de acordo com instâncias superiores, não estão reunidas as condições necessárias para o reconhecimento desses ativos de concessão, considerando o processo muito difícil, designadamente porque existem diferenças significativas nos critérios aplicáveis. Como exemplo, indicou que a EDP considera, em determinados casos, vidas úteis de 25 anos, enquanto, se esses ativos fossem transpostos para o sistema de contabilidade do Município, as vidas úteis seriam de 10 anos, não havendo, assim, correspondência entre os critérios. Por fim, esclareceu que os auditores reconhecem esses ativos por força das regras aplicáveis, acrescentando que tinha conhecimento de municípios que chegaram a reconhecer os ativos e, posteriormente, deixaram de dar continuidade anual aos respetivos reconhecimentos e desreconhecimentos da EDP, tendo simplesmente voltado a desreconhecê-los. -----

----- A Senhora Presidente informou que aguardariam apenas pelo regresso do Senhor Presidente e, de seguida, convidou o Deputado Mauro Seíça a intervir. -

----- O Deputado Mauro Seíça referiu que, após reflexão, considerava importante colocar algumas questões relativas ao património. Solicitou que fosse indicada uma data concreta para a conclusão do registo dos 85 imóveis que ainda se encontram por registar, salientando que o número anteriormente referido era de 120 imóveis. Relativamente à implementação do inventário permanente, referiu

que há dois anos e meio colocava a mesma questão, recebendo sucessivamente respostas no sentido de que a situação seria resolvida e que seria tomada nota da mesma. Sublinhou que pretendia saber se o momento de concretização seria, efetivamente, o presente. O Deputado Mauro Seça afirmou que pretendia obter uma resposta concreta e cabal a estas questões, uma vez que as colocava há dois anos e meio. Explicou que tinha inicialmente optado por não as colocar, mas que tinha alterado a sua posição, considerando que as questões deveriam ser colocadas e que deveria existir um compromisso por parte do Executivo relativamente a uma matéria que considerava de extrema importância para a gestão do Município. -----

----- A Senhora Presidente deu, de seguida, a palavra ao Senhor Presidente para a sua intervenção. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara agradeceu à Senhora Presidente e, relativamente à questão do património e do número de imóveis, reconheceu que o Deputado Mauro Seça já tinha abordado este assunto por diversas vezes. Referiu que gostaria de poder afirmar que todos os imóveis se encontravam registados, salientando, contudo, que se verificou uma redução significativa, de 120 para 80 imóveis, o que considerou já ser um resultado positivo, atendendo a que se trata de um processo complexo e moroso, que implica o cumprimento de diversos procedimentos. Informou que os técnicos do BUPi poderiam apoiar o Município neste processo, tendo terminado recentemente uma formação específica nesta área. Explicou que o registo dos imóveis tem vindo a ser realizado, dando prioridade às propriedades rústicas do Município, prevendo-se, posteriormente, o avanço para os imóveis urbanos já identificados. Salientou que ainda existe uma parte significativa de imóveis por regularizar, resultante de um trabalho que deveria ter sido realizado de forma continuada ao longo de muitos

anos e que não foi concretizado. Referiu, por isso, que o Município tem vindo, gradualmente, a assegurar a sua concretização. Por fim, afirmou que gostaria de poder indicar que o processo estaria concluído no prazo de um ano, mas não tinha a certeza de que tal fosse possível, uma vez que a conclusão do processo não dependia exclusivamente dos serviços municipais, estando condicionada por diversos outros fatores e pelas dificuldades que surgem em cada caso. Assim, reconheceu não ser possível, naquele momento, indicar uma data concreta para a conclusão do processo. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra à Deputada Andreia Petornilho. -----

----- A Deputada Andreia Petornilho questionou se tinha sido respondida a questão relativa ao aumento dos impostos e das taxas cobradas, solicitando que fosse partilhado quanto desse aumento resultava de uma maior atividade económica e quanto correspondia ao agravamento da carga suportada pelos munícipes. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que, de acordo com as informações de que dispunham, não era possível dar, naquele momento, uma resposta à questão colocada. -----

----- O Deputado Mauro Seíça, relativamente ao inventário permanente, salientou que também não tinha sido indicada qualquer data para a sua implementação, questionando se o processo se prolongaria, eventualmente, durante todo o mandato. Solicitou, assim, que o Executivo assumisse um compromisso até ao final do mandato, tanto relativamente à regularização do património como à implementação do inventário permanente, questionando se este seria efetivamente implementado e, em caso afirmativo, de que forma. -----

----- A Senhora Presidente da Câmara Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara agradeceu à Senhora Presidente e referiu que o Executivo estava a desenvolver o trabalho que considerava necessário para concluir os processos de registo, reconhecendo, contudo, a existência de diversas dificuldades, nomeadamente relacionadas com os registos e com as conservatórias. Salientou que se tratava de uma situação que se prolongava há várias décadas, não tendo sido criada no atual mandato, uma vez que se tratava de um processo que se foi acumulando progressivamente ao longo dos anos. Por fim, afirmou acreditar que, até ao final do mandato, seria possível concluir estes processos. -----

----- A Senhora Presidente informou que estavam reunidas as condições para passar à votação do ponto 2, relativo à prestação de contas consolidadas do ano económico de 2025. Submetido o ponto à votação, questionou quem votava contra e quem se abstinha. -----

----- A Assembleia Municipal deliberou, aprovar por maioria, com os votos de abstenção das bancadas do PS e do Chega e os votos a favor da bancada do PSD, o ponto dois: Para votação – Prestação de contas consolidadas do ano económico de 2025. -----

----- Declaração de voto: Tomou a palavra o deputado Vasco Mingatos do PSD: *“Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores e Senhoras Vereadores, Senhores e Senhoras Deputados Municipais, a bancada do Partido Social Democrata vota favoravelmente a prestação de contas consolidadas do ano económico de dois mil e vinte e cinco. Esta prestação de contas permite uma visão mais completa da situação económica, financeira e patrimonial do grupo autárquico, integrando as entidades participadas pelo Município, nomeadamente a AIBAP e a ABMG. Da análise dos documentos, destacamos como pontos fortes o resultado líquido*

consolidado positivo, uma melhoria bastante significativa face ao ano anterior, a robustez do património líquido, o reforço do ativo, a melhoria da liquidez e a manutenção de uma situação financeira equilibrada. Destacamos também a capacidade do Município para captar financiamento externo, nomeadamente através dos fundos comunitários e programas de apoio ao investimento, o que é essencial para concretizar projetos estruturantes sem comprometer a sustentabilidade financeira municipal. Naturalmente, e numa perspetiva de melhoria contínua e cultura de exigência, há aspetos que devem continuar a merecer a atenção. Referimo-nos, em particular, à implementação plena do inventário permanente, à consolidação da contabilidade de gestão, ao reforço do controlo interno e ao acompanhamento muito próximo dos compromissos e riscos associados às entidades participadas. Mas estes pontos de melhoria não diminuem a leitura globalmente positiva das contas apresentadas. Pelo contrário, mostram que existe caminho feito, mas também consciência de que deve continuar a ser aperfeiçoado. Para a bancada do Partido Social Democrata, estas contas demonstram uma gestão responsável, equilibrada e orientada para o investimento, para a transparência e para o desenvolvimento do concelho de Mira. Por estas razões, a bancada do Partido Social Democrata declara o seu voto favorável à prestação de contas consolidadas do ano económico de dois mil e vinte e cinco. Muito obrigado.” -----

----- A Senhora Presidente agradeceu e informou que se passaria, então, ao ponto três, para votação: aprovação da segunda revisão orçamental e da segunda revisão às GOP do ano de 2026. De seguida, deu a palavra ao Senhor Presidente. -----

----- **PONTO TRÊS: Para votação - Aprovação da 2.ª Revisão Orçamental e 2.ª Revisão às GOPs do ano 2026.** -----

----- O Senhor Presidente da Câmara agradeceu à Senhora Presidente e, relativamente à segunda revisão orçamental e à segunda revisão das Grandes Opções do Plano para 2026, destacou, na parte da despesa, a criação de uma nova GOP denominada «Eficiência Energética em Edifícios Municipais», destinada à execução de obras de eficiência energética, nomeadamente em edifícios que apresentam maiores necessidades, entre os quais o próprio edifício da Câmara Municipal. Referiu, igualmente, a criação de uma nova GOP relativa à reabilitação da rede hidrográfica, inerente à qual se encontra o controlo de espécies invasoras na bacia hidrográfica do Mira, nomeadamente jacintos, erva-pinheiro, entre outras. Indicou que se pretende também melhorar e realizar obras nos açudes, proceder ao corte e remoção de material vegetal nos leitos e nas margens, à remoção de sedimentos acumulados nos leitos, à reposição da galeria ripícola, à consolidação de taludes e ao controlo e remoção de espécies invasoras. Mencionou ainda a criação de uma nova GOP denominada «Sinal Azul», destinada à melhoria da seletividade nas artes de pesca, para enquadrar uma verba destinada à candidatura do Município de Mira ao Mar 2030. Explicou que se pretende valorizar a arte xávega, nomeadamente através da aquisição de equipamentos de dissuasão acústica, os chamados pingers, para afastar das redes os golfinhos e outros cetáceos, bem como de equipamentos de manuseamento em caso de captura desses cetáceos, equipamentos de registo digital dessas capturas e equipamentos de segurança. Referiu também o desenvolvimento de uma marca coletiva da arte xávega na Praia de Mira e a aquisição de equipamentos de conservação, manuseamento e transporte do pescado. Por fim, referiu a criação de uma nova GOP na área dos juros de locações financeiras, nomeadamente para a aquisição de veículos, concluindo que estes pontos correspondem essencialmente às intervenções anunciadas,

integradas na revisão orçamental e, naturalmente, nas Grandes Opções do Plano. Agradeceu à Senhora Presidente. -----

----- A Senhora Presidente perguntou se havia intervenções, dando a palavra à Deputada Raquel, do CHEGA. -----

----- A Deputada Raquel Arribança questionou, relativamente ao projeto «Sinal Azul – Melhoria da Seletividade das Artes de Pesca», que prevê 70.000 euros para equipamentos e 30.000 euros para o desenvolvimento da marca coletiva da arte xávega, de que forma será gerida esta verba e qual será o envolvimento direto das comunidades piscatórias locais na criação da referida marca. Questionou ainda os valores constantes das tabelas, nomeadamente de um euro, menos oito euros e mais dois euros, solicitando esclarecimento sobre o seu significado e sobre quem financia esses valores, considerando tratar-se de montantes irrisórios. Agradeceu. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra ao Deputado José Carlos, do PS. -----

----- O Deputado José Neves cumprimentou as duas Mesas, os Senhores Deputados e os Mirense e, relativamente aos pontos em discussão sobre a revisão orçamental e as GOP, começou por abordar a questão da eficiência energética nos edifícios municipais. Recordou que, na última Assembleia, aquando da aprovação da adesão ao novo contrato de fornecimento de eletricidade, no valor estimado de 1.600.000 euros, a bancada do Partido Socialista manifestou preocupação pela ausência de uma estratégia estruturada para a melhoria da eficiência energética e para a redução da dependência de um fornecimento tão oneroso. Considerou positivo que essa preocupação pareça ter sido acolhida, uma vez que a proposta apresentada, que visa a elaboração de um estudo e a realização de obras para melhorar a eficiência energética nos edifícios municipais, vai no sentido correto e merece o

reconhecimento da bancada. Questionou, contudo, por que razão o projeto se limita apenas aos edifícios municipais, considerando que a eficiência energética abrange igualmente a iluminação pública, os equipamentos e outras infraestruturas que representam uma parte significativa da despesa energética global do Município. Entendeu que limitar a intervenção aos edifícios constitui uma abordagem curta face à dimensão do desafio. Manifestou também alguma estranheza relativamente à distribuição das verbas previstas, designadamente perante um estudo com um custo na ordem dos 30.000 euros e uma dotação para obras de apenas 20.000 euros. Solicitou esclarecimento sobre o que está englobado nesses valores e sobre se está prevista uma dotação adicional para a execução das intervenções após a conclusão do estudo, de forma a evitar o risco de se realizar um diagnóstico sem garantir a capacidade de concretizar as medidas dele resultantes. Questionou, por fim, se o estudo e as intervenções previstas se inserem numa estratégia mais ampla de redução da dependência energética da rede, defendendo uma estratégia municipal integrada de eficiência energética, que vá além dos edifícios, identifique todos os pontos de consumo, estabeleça prioridades e defina metas claras de redução de custos e de consumo. Considerou que, mais do que responder a um problema imediato, importa planear o futuro com ambição, coerência e visão estratégica, reconhecendo este passo como positivo, mas entendendo-o apenas como um primeiro passo para uma estratégia global consistente e orientada para resultados. Relativamente à GOP associada à reabilitação da rede hidrográfica, referiu compreender que se trata de uma candidatura Centro 2030 e questionou concretamente que equipamentos se prevê adquirir, no montante de 175.000 euros, bem como quais as obras ou reabilitações previstas, no montante de 150.000 euros, no âmbito da candidatura. Colocou ainda uma questão de fundo,

procurando saber se o projeto se insere numa estratégia mais ampla, de médio e longo prazo, para o controlo das espécies invasoras e para a gestão e valorização da rede hidrográfica do concelho, ou se se trata de uma intervenção pontual associada a uma oportunidade de financiamento, sem continuidade garantida. Sublinhou que o controlo das espécies invasoras tem de ser realizado anualmente e acompanhado de forma contínua, defendendo uma estratégia estruturada, com objetivos claros, calendarização e compromissos de continuidade, que permita não apenas intervir no presente, mas garantir resultados sustentáveis no futuro. Quanto ao projeto «Sinal Azul», considerou tratar-se de uma iniciativa relevante, destinada a melhorar a seletividade das artes de pesca e a contribuir para a proteção dos golfinhos e de outros cetáceos. Reconheceu que a defesa da biodiversidade marinha é uma responsabilidade coletiva e, nesse sentido, valorizou as medidas previstas, designadamente a aquisição de equipamentos de manuseamento, transporte e conservação do pescado, bem como a intenção de criar uma marca associada à arte xávega da Praia de Mira. Enquanto Deputado do Partido Socialista, manifestou, contudo, uma preocupação fundamental, defendendo que a arte xávega não pode ser tratada como um elemento isolado ou como uma simples compensação pontual associada a um objetivo ambiental. Considerou que a arte xávega é património, identidade e história viva do concelho, exigindo, por isso, uma abordagem estratégica, integrada e de longo prazo. Referiu os desafios atualmente enfrentados por esta atividade, nomeadamente a dificuldade de renovação geracional, a sua desvalorização económica, a precariedade salarial e as deficientes condições de trabalho dos pescadores, a falta de infraestruturas adequadas e a insuficiente integração numa visão global de desenvolvimento do concelho. Alertou para o risco de desaparecimento de uma das maiores riquezas

de Mira, salientando que, com essa perda, se perderia não apenas uma atividade económica, mas também um elemento distintivo da identidade do concelho, um ativo turístico diferenciador e uma oportunidade de desenvolvimento económico e cultural. Questionou o Senhor Presidente sobre quais foram, nos últimos três anos, os apoios financeiros, materiais ou logísticos concedidos pelo Município às entidades ligadas à arte xávega da Praia de Mira, quais as entidades que beneficiaram desses apoios, os respetivos montantes e enquadramentos, bem como que apoios foram atribuídos diretamente a companhias ou aos seus proprietários e quais foram atribuídos através de outras entidades. Questionou ainda qual o modelo de acompanhamento e prestação de contas adotado pelo Município. Defendeu que a arte xávega possui um valor que ultrapassa largamente o peixe que fornece, assumindo importância na afirmação da marca Mira, na atração de visitantes, no reforço do turismo e na valorização da comunidade. Nesse sentido, defendeu uma verdadeira valorização da arte xávega, integrada numa estratégia municipal global de desenvolvimento sustentável, que reconheça formalmente este património, envolva pescadores, associações, escolas e o setor do turismo, promova o investimento em infraestruturas e condições de trabalho, valorize esta prática enquanto produto turístico e cultural estruturante e assegure apoio continuado à comunidade da arte xávega. Concluiu afirmando que a oposição do Partido Socialista é construtiva, reconhecendo o mérito do projeto apresentado, mas alertando para o risco de se fazer pouco, de forma isolada e com uma visão de curto prazo. Considerou que Mira, os seus pescadores e a sua identidade merecem uma estratégia de maior ambição, coerência e visão de futuro, compreendendo a integração da salvaguarda dos golfinhos no projeto e o aproveitamento dessa

oportunidade para valorizar a arte xávega, mas salientando que esta deve ser tratada de forma mais global. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra à Deputada Lurdes Mesquita, do PSD.

----- A Deputada Lurdes Mesquita, do PSD, referiu que a proposta em apreciação respeita à segunda revisão orçamental e à segunda revisão das Grandes Opções do Plano de 2026, submetidas nos termos das competências da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal. Considerou que esta revisão não constitui apenas um ajustamento contabilístico, traduzindo a necessidade de adaptar o orçamento municipal a novas prioridades e a candidaturas suscetíveis de trazer benefícios concretos para o concelho. Destacou como ponto forte a criação da GOP «Eficiência Energética em Edifícios Municipais», considerando positiva esta aposta, por poder permitir reduzir consumos energéticos, diminuir encargos futuros e melhorar o conforto e a funcionalidade dos edifícios municipais. Salientou igualmente a criação da GOP relativa à reabilitação da rede hidrográfica e ao controlo de espécies invasoras na bacia hidrográfica do Mira, considerando tratar-se de uma intervenção relevante para a proteção ambiental, a prevenção de cheias, a recuperação de margens, a remoção de sedimentos, a consolidação de taludes e o controlo de espécies invasoras. Considerou também positivo o projeto «Sinal Azul – Melhoria da Seletividade das Artes de Pesca», entendendo que esta medida valoriza a arte xávega, enquanto tradição identitária da Praia de Mira, numa perspetiva moderna, com maior segurança, sustentabilidade, proteção dos cetáceos, registo digital de capturas e criação de uma marca coletiva da arte xávega da Praia de Mira. Referiu ainda a adaptação de encargos relativos à aquisição de veículos e a criação da GOP «Juros de Locação Financeira». Defendeu que, na fase de execução, os projetos devem ser acompanhados por informação cada vez mais detalhada, permitindo

conhecer melhor os edifícios municipais a intervencionar no âmbito da eficiência energética, as poupanças previstas, o calendário das intervenções na rede hidrográfica e os resultados esperados do projeto «Sinal Azul» junto dos pescadores, das companhias e da economia local. Considerou igualmente importante que a Assembleia Municipal seja informada sobre a evolução das candidaturas associadas às novas GOP, designadamente quanto à sua aprovação, taxa de financiamento, prazos de execução, encargos para o Município e resultados alcançados. Entendeu que esta informação permitirá acompanhar melhor a concretização dos projetos e valorizar o trabalho desenvolvido pelo Executivo. Referiu ainda que os encargos previstos para os anos seguintes, identificados no anexo I, devem continuar a ser acompanhados com rigor, considerando o planeamento plurianual uma opção adequada, por permitir preparar investimentos estruturantes com maior previsibilidade. Por fim, declarou que a bancada do Partido Social Democrata faz uma apreciação claramente favorável da proposta e manifestou o seu apoio à segunda revisão orçamental e à segunda revisão das Grandes Opções do Plano de 2026. Reconheceu a importância das apostas na eficiência energética, na proteção ambiental, na valorização da rede hidrográfica, na defesa e promoção da arte xávega e na modernização da frota municipal, considerando que estas opções revelam visão estratégica, capacidade de adaptação às oportunidades de financiamento e compromisso com o desenvolvimento sustentável do concelho de Mira. Concluiu informando que, por entender que a proposta responde a prioridades relevantes para Mira e para os seus munícipes, a bancada do Partido Social Democrata votaria favoravelmente. -----

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente. -----

----- O Senhor Presidente agradeceu à Senhora Presidente e informou que, relativamente às questões colocadas, iria solicitar também ao Senhor Vice-Presidente que prestasse alguns esclarecimentos. Em resposta à questão colocada pela Deputada Raquel, esclareceu que a verba será gerida em conjunto com os técnicos municipais e que será auscultada a comunidade piscatória, considerando que os seus elementos possuem o saber-fazer e conhecem, na prática, onde deverá ser aplicada uma maior verba, designadamente na aquisição dos diferentes materiais. Referiu ainda que, para a realização deste tipo de investimento, foram ouvidas as pessoas ligadas à arte xávega. Relativamente à questão dos valores constantes da tabela, nomeadamente o valor de um euro, explicou que as rubricas têm de ficar abertas e, por isso, necessitam de ter inscrito algum montante. Esclareceu que se trata de rubricas às quais o Município pretende submeter candidaturas e que, não estando ainda definidos os montantes que serão aprovados, é necessário manter a rubrica aberta. Assim, o valor inscrito poderá ser de um euro, dois euros ou outro montante, não sendo relevante nesta fase. Acrescentou que, enquanto a candidatura não estiver aprovada, não é possível inscrever qualquer valor na coluna do financiamento definido, tratando-se de uma questão meramente técnica. Relativamente à intervenção do Deputado José Neves, manifestou alguma crítica à posição assumida pelo Partido Socialista, dando como exemplo situações em que, após o Município executar intervenções anteriormente identificadas como necessárias, é afirmado que estas resultaram de alertas daquele partido. Referiu, nesse contexto, a necessidade de asfaltamento das estradas, a conclusão do inventário e, agora, a valorização da arte xávega e a eficiência energética dos edifícios municipais. Quanto à arte xávega, afirmou que o Município tem vindo a valorizá-la ao longo dos anos, através da atribuição

anual de apoio financeiro e da realização de obras, nomeadamente na reparação da lota e dos edifícios existentes no local, considerando que estas intervenções constituem também formas de valorização da atividade. Concluiu salientando a dificuldade de equilibrar todas as obras e necessidades existentes no concelho, referindo, a título de exemplo, a necessidade de reparação dos passadiços, e afirmou que, quando estes forem reparados, poderá igualmente ser apontado que o Partido Socialista já tinha alertado para essa necessidade. Com a anuência da Senhora Presidente, informou que passaria a palavra ao Senhor Vice-Presidente. -----

----- O Senhor Vice-Presidente agradeceu ao Senhor Presidente e cumprimentou a Senhora Presidente da Mesa, os restantes membros do Executivo, os Deputados, os técnicos e todos os que acompanhavam a sessão. Acrescentou que a análise da presente revisão orçamental resulta de um princípio de rigor e transparência do Executivo Municipal. Explicou que seria possível não discriminar todas estas opções no orçamento municipal, não sendo, nesse caso, possível questionar e conhecer os diferentes projetos. Considerou que a opção tomada foi trazer os projetos à Assembleia Municipal devidamente pormenorizados, permitindo que fiquem refletidos de forma transparente no orçamento municipal. Relativamente à eficiência energética, esclareceu que os pontos em análise decorrem, na sua maioria, de candidaturas no âmbito do 2030 e do Mar 2030. Referiu que o Município pretende intervir em vários equipamentos municipais e explicou que a razão pela qual a intervenção se limita aos equipamentos municipais resulta do facto de o aviso em concreto se destinar a infraestruturas municipais. Informou que o Município pretende avançar rapidamente com a requalificação dos Paços do Concelho e do Tribunal de Mira, entre outros equipamentos, estando já a trabalhar nos dois projetos referidos. No

que respeita aos recursos hídricos, informou que o Município se encontra em fase final de preparação de uma candidatura próxima dos 2.000.000 de euros, contemplando diversas intervenções, nomeadamente a intervenção e limpeza de várias linhas de água, incluindo a Lagoa e a Barrinha da Praia de Mira, com uma forte componente de controlo de espécies invasoras. Referiu que o resultado atualmente visível na Barrinha da Praia de Mira relativamente ao controlo dos jacintos é muito positivo, salientando, contudo, que se trata de um trabalho contínuo e que nunca estará concluído. Agradeceu, neste âmbito, à equipa municipal e à Comunidade Intermunicipal, considerando que existem projetos realizados em parceria que são importantes. Relativamente à aquisição de equipamentos, esclareceu que um dos equipamentos a submeter no âmbito da candidatura será uma nova giratória, destinada a auxiliar na prossecução dos objetivos definidos. Quanto à arte xávega, manifestou discordância relativamente à visão apresentada pelo Deputado José Neves, defendendo que o atual Executivo é um dos que mais tem apoiado esta atividade e que está a delinear uma estratégia para a sua valorização. Destacou, desde logo, o processo em curso de classificação da arte xávega como património imaterial, considerando-o igualmente uma medida de valorização desta atividade. Referiu ainda a realização anual de protocolos de apoio, no valor, segundo indicou, de cerca de 2.500 euros por companhia, bem como o investimento de mais de 400.000 euros na lota e nos armazéns de apoio, considerando este investimento um sinal do forte apoio prestado à arte xávega. Concluiu salientando que o Município tem vindo a realizar intervenções em diversas áreas, nomeadamente na saúde, na educação e na habitação, considerando igualmente importantes os eixos agora em discussão. Afirmou que, quando se diz que Mira merece mais,

entende que é precisamente isso que o Executivo Municipal está a fazer diariamente. -----

----- A Senhora Presidente passou a palavra ao Deputado Pedro Morins, do PS.

----- O Deputado Pedro Morins, do PS, referiu que pretendia colocar apenas duas questões relativamente à eficiência energética. Tendo já percebido que um dos edifícios a intervencionar será a Câmara Municipal, questionou quais serão os restantes edifícios abrangidos e se estes já se encontram identificados. Questionou, em particular, se o Clube Náutico, nomeadamente a questão relacionada com a ausência de água, poderá ser abrangido por esta intervenção. Relativamente à reabilitação da rede hidrográfica, questionou se, no âmbito das intervenções previstas, designadamente a requalificação de taludes, existem já estradas, ciclovias ou margens identificadas como prioritárias, dando como exemplo a zona de Prazos Velhos e a respetiva ciclovia. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra ao Deputado António Teixeira, do PS.

----- O Deputado António Teixeira, do PS, referiu que o seu colega José já havia abordado a questão, mas que, por se tratar de um tema que lhe diz particularmente respeito, se sentia obrigado a deixar um alerta relativamente à arte xávega. Manifestou concordância com os elementos constantes da candidatura, mas afirmou continuar a não verificar qualquer preocupação ou medida dirigida ao essencial para a sobrevivência daquela que considera ser a principal atração turística do concelho. Defendeu a adoção de medidas financeiras destinadas a incentivar, em especial, os jovens a ingressar e a permanecer na profissão ligada à arte xávega. Sublinhou que o maior problema não se verifica durante o período de atividade, mas durante o defeso, período em que os pescadores necessitam de dispor de um rendimento digno que lhes permita assegurar a sua sobrevivência. Considerou que, não dispondo desse

rendimento, os pescadores acabam por optar por outras oportunidades profissionais que lhes surgem, alertando para o facto de, sem pescadores, esta atividade poder vir a desaparecer. Salientou que o desaparecimento da arte xávega representaria um forte impacto no turismo do concelho, uma vez que constitui um dos principais elementos de promoção de Mira em feiras de turismo e em reportagens sobre o concelho. Concluiu reforçando a necessidade urgente de serem tomadas medidas que assegurem a continuidade da arte xávega, de modo a evitar que, no futuro, o Município se arrependa de não ter atuado atempadamente. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra à Deputada Andreia Petornilho, do PS.

----- A Deputada Andreia Petornilho, do PS, referiu que a sua intervenção se prendia com uma consideração acerca da documentação disponibilizada. Reconheceu a importância dos objetivos enunciados nas áreas da eficiência energética, da valorização ambiental da bacia hidrográfica do Mira e do apoio à atividade piscatória tradicional, através da valorização da arte xávega. Considerou, contudo, que a documentação disponibilizada não permite uma avaliação suficientemente esclarecida e rigorosa sobre diversos aspetos essenciais da revisão orçamental proposta. Salientou que não são apresentados de forma clara e detalhada os montantes de financiamento externo associados às candidaturas referidas, a componente financeira efetivamente suportada pelo Município, os cronogramas de execução previstos, os locais concretos de intervenção nem os critérios técnicos e financeiros que sustentam algumas das opções agora inscritas no orçamento. Entendeu que uma revisão orçamental desta natureza deve permitir aos membros da Assembleia Municipal conhecer não apenas os valores a inscrever, mas também o respetivo enquadramento técnico, financeiro e estratégico, garantindo a transparência necessária e

proporcionando condições para uma apreciação e votação plenamente informadas, conscientes e inequívocas. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara, relativamente às questões colocadas, informou que, com a anuência da Senhora Presidente, passaria novamente a palavra ao Senhor Vice-Presidente para prestar alguns esclarecimentos. Referiu, contudo, concordar com a intervenção do Deputado António Teixeira, considerando necessário criar incentivos para que os mais jovens se dediquem à arte xávega. Reconheceu que esta é uma questão difícil e que, ao longo dos anos, foram desaparecendo companhas, referindo que chegaram a existir cerca de dez e que atualmente existem apenas duas. Alertou que, quando os atuais elementos deixarem de exercer a atividade, se não forem criados incentivos e condições atrativas para que os mais jovens se dediquem à arte xávega, poderá ocorrer um desfecho que ninguém deseja. Considerou, por isso, necessário encontrar o melhor sistema para valorizar a atividade, como já está a ser feito, mas também para incentivar a adesão de novos elementos. Admitiu que esses incentivos poderão passar por apoios monetários, mas salientou que a questão também se prende com aquilo a que muitos jovens atualmente atribuem valor, que nem sempre passa pela manutenção das tradições e da cultura, tornando difícil a sua captação para a atividade. Com a anuência da Senhora Presidente, informou que passaria a palavra ao Senhor Vice-Presidente. -----

----- O Senhor Vice-Presidente agradeceu ao Senhor Presidente e, relativamente às questões colocadas, começou por abordar a situação dos taludes de Prazos Velhos. Referiu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia tinha conhecimento do e-mail enviado à ARH, solicitando autorização para a intervenção, uma vez que a gestão da Barrinha é da competência daquela

entidade. Explicou que o Município se disponibilizou para, a expensas próprias, recuperar todos aqueles taludes, tendo enviado o referido e-mail há cerca de um mês, sem que, apesar das insistências, tivesse obtido resposta até àquela data. Salientou que, através da candidatura ou a expensas do Município, pretende realizar a requalificação dos taludes, sobretudo tendo em consideração a proximidade de um evento. Relativamente à questão da eficiência energética e do Clube Náutico, informou que já tinha analisado a matéria juntamente com o Vereador Bruno Maduro, estando a ser estudado o caminho a seguir. Explicou que o Município pretende analisar a possibilidade de investir naquela infraestrutura municipal, que se encontra cedida a uma associação, tratando-se, desde logo, de uma questão jurídica que está a ser objeto de análise, nomeadamente para apurar se o Município pode intervir na infraestrutura através de uma candidatura de eficiência energética ou de outro aviso atualmente aberto, destinado à requalificação de infraestruturas desportivas. Referiu que o Município está atento a esta matéria e que existe sintonia com a preocupação manifestada pela Junta de Freguesia. Quanto à arte xávega, concordou que poderão ser tomadas diversas medidas de apoio, nomeadamente na área dos recursos humanos, mas salientou que não poderá ser afirmado que nenhuma medida foi tomada pelo Município no apoio à arte xávega. -----

----- A Senhora Presidente perguntou se havia mais alguma intervenção. Perante a resposta afirmativa, questionou a Deputada Andreia Petornilho sobre a ordem das intervenções, referindo os Deputados José Neves e António Teixeira. -----

----- O Deputado António Teixeira referiu que tem conhecimento de que já foram atribuídos subsídios, pelo menos no ano anterior, mas salientou que estes são destinados ao armador e não diretamente aos pescadores. Questionou se o Município acompanha a forma como esses apoios são utilizados e se o armador

assumiu, perante o Município, o compromisso de apoiar os pescadores. Defendeu que os apoios devem ser dirigidos diretamente aos pescadores e não apenas ao armador, considerando necessária a criação de uma medida de apoio que lhes assegure um rendimento, sobretudo durante o defeso e não durante o período de atividade da arte xávega. Salientou que esse rendimento deve ser atribuído diretamente aos pescadores, defendendo que, caso contrário, estes procurarão outras oportunidades profissionais, como tem vindo a acontecer. Alertou que a ausência de medidas de apoio poderá conduzir ao desaparecimento da atividade e, conseqüentemente, à perda de uma parte fundamental da identidade do concelho de Mira. Referiu que outras tradições do concelho, como as casas gandraesas e os palheiros de Mira, já desapareceram ou se encontram em risco, considerando que a arte xávega não pode seguir o mesmo caminho, por constituir uma das principais referências da Praia de Mira e do concelho. Salientou ainda a importância da arte xávega para o turismo, referindo que muitas pessoas se deslocam à Praia de Mira especificamente para assistir à chegada das redes, e considerou que o Município, através da área do turismo, deve tomar medidas para preservar esta atividade, alertando para a gravidade das consequências que o seu desaparecimento teria. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra ao Deputado José Neves. -----

----- O Deputado José Neves referiu que, relativamente à afirmação do Senhor Presidente de que considerava que o Partido Socialista tinha vindo a alertar para a necessidade de um plano de eficiência energética, na Assembleia Municipal anterior tinha colocado precisamente a questão sobre a existência desse plano, tendo-lhe sido respondido que o mesmo não existia. Assim, saudou a existência atual de um projeto, plano ou trabalho nesse sentido, reiterando que, na Assembleia anterior, não existia ou não tinha sido indicado que existisse.

Relativamente à arte xávega, esclareceu que também tinha saudado as medidas que estavam a ser desenvolvidas, mas considerava que eram insuficientes, sobretudo pelas questões relacionadas com a dificuldade de renovação geracional, a desvalorização económica da atividade, a precariedade salarial e as deficientes condições de trabalho dos pescadores. Salientou que, embora o apoio aos armadores seja importante, são os pescadores que enfrentam maiores dificuldades durante o inverno, sentindo necessidade de procurar outros trabalhos e, conseqüentemente, de abandonar a arte xávega. Considerou que as dificuldades de renovação geracional das companhas estão também relacionadas com a falta de rentabilidade da atividade. Defendeu, por isso, a necessidade de criar incentivos que permitam atrair e manter os pescadores na atividade, alertando para o risco de desaparecimento da arte xávega. Recordou que chegaram a existir dez companhas e que atualmente existem apenas duas, questionando quantas existirão daqui a três ou quatro anos, caso não seja adotada uma estratégia global. Concluiu reafirmando que saúda o trabalho que está a ser desenvolvido pelo Município, mas considera que é necessário fazer mais e adotar uma estratégia global para assegurar a continuidade da arte xávega. -----

----- A Senhora Presidente agradeceu e informou que o tempo tinha terminado, dando de seguida a palavra ao Deputado João Cruz. -----

----- O Deputado João Cruz referiu que pretendia dar continuidade à intervenção do Deputado António Teixeira, considerando que o problema do declínio da arte xávega está, em parte, relacionado com o recrutamento de novos pescadores. Salientou que as tradições já não são o que eram, que existem poucos pescadores e que cerca de 90% dos que atualmente trabalham na atividade são reformados, sendo muito reduzido o número de jovens que aderem à profissão.

Manifestou compreensão pela preocupação apresentada e considerou que a solução poderá passar sobretudo por uma intervenção do Estado, entendendo que uma intervenção direta da Câmara Municipal poderá não ser viável ou possível. Defendeu, contudo, que a Câmara Municipal poderá intervir junto da Secretaria-Geral das Pescas, no sentido de consolidar uma solução para esta atividade. Considerou que a arte xávega constitui um património que não pode ser perdido e que deve ser preservado, alertando para o facto de a comunidade piscatória da Praia de Mira estar atualmente a definhar. Referiu ainda que, caso existissem mais companhas, haveria necessidade de mais pessoas para assegurar a atividade, salientando que esta é atualmente sustentada, em grande medida, por pescadores reformados, que, devido ao desgaste da profissão, se reformam por volta dos 55 anos e encontram nesta atividade uma possibilidade de complementar a sua reforma. Concluiu considerando que esta é uma situação que deve preocupar a Câmara Municipal e que deverá ser devidamente encaminhada para as entidades competentes. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente. -----

----- O Senhor Presidente referiu que, não havendo perguntas específicas, acompanhava a reflexão apresentada por todos, considerando que se trata de um problema transversal. Considerou válidas as sugestões apresentadas e enquadrou a dificuldade de recrutamento de mão de obra no contexto de uma necessidade que se verifica em vários setores de atividade em todo o país. Salientou que o Município está preocupado com a situação da arte xávega, que no passado constituiu uma atividade económica essencial à sobrevivência de muitas famílias, proporcionando-lhes rendimento, e que atualmente assume também uma importante vertente turística. Considerou, contudo, que a resolução do problema deverá envolver outras instâncias, uma vez que a Câmara

Municipal, por si só, não consegue financiar ou assegurar subsídios que permitam aos pescadores dependerem durante o restante ano de apoios municipais para, posteriormente, exercerem a atividade piscatória durante a época própria. Concluiu reconhecendo que se trata de um problema de maior dimensão e afirmou que o Município permanecerá atento e acompanhará a situação, com o objetivo de não deixar desaparecer esta tradição. -----

----- A Senhora Presidente informou que estavam reunidas as condições para se proceder à votação do ponto 3, segunda revisão orçamental e da segunda revisão às Grandes Opções do Plano do ano de 2026. Submetida a proposta à votação, questionou quem votava contra e quem se abstinha. -----

----- **A Assembleia Municipal deliberou, aprovar, por maioria, com as abstenções das bancadas do PS e do CHEGA e os votos a favor da bancada do PSD, o Ponto 3: Para votação - Aprovação da 2.ª Revisão Orçamental e 2.ª Revisão às GOPs do ano 2026.** -----

----- Declaração de voto: Tomou a palavra o Deputado José Diniz: *“Senhora Presidente, uma declaração de voto, por favor. Dá-me licença? Então, a declaração de voto é a seguinte: porque é que eu me abstive? É que, realmente, este ponto tem variados pontos e algumas das coisas nós votávamos, ou eu, pelo menos, votava a favor, mas outras não posso votar, porque também não está bem explicado. Por exemplo, a parte energética: como? Com quê? Com as novas tecnologias? Não, nada está explicado. A parte da arte xávega, aliás, muito bem, muito bem equacionada pelo Deputado João Cruz, para além do nosso camarada António Teixeira, é um problema para os pescadores. É um problema para os pescadores e é um problema que eles ainda hoje têm profundamente. É uma coisa de que eles falam todos os dias, todos os dias falam nisto, de modo que eu não podia votar a favor.”* -----

----- A Senhora Presidente informou que, antes de passar ao ponto seguinte, havia uma correção a efetuar: onde se lê «para votação», deve ler-se «para conhecimento», uma vez que, conforme consta do conteúdo dos documentos, o ponto se destina apenas a conhecimento. De seguida, apresentou o Relatório Anual de Avaliação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas relativo ao ano de 2025 e deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- PONTO QUATRO: Para conhecimento – Relatório anual de avaliação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do ano de 2025. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara agradeceu e referiu que se trata de um documento extenso, com cerca de 100 páginas, de carácter obrigatório. Explicou que o documento teve por base um relatório preliminar, que havia sido discutido em outubro do ano anterior e que, entretanto, foi finalizado. Referiu que o relatório contém uma análise dos grupos de maior risco, avaliando a probabilidade de maior incidência em determinados aspetos e identificando as medidas a adotar para corrigir essas situações. Explicou que o documento se encontra estruturado através das respetivas justificações, da enumeração de tabelas e da identificação dos riscos e das medidas de prevenção, tendo como objetivo evitar a ocorrência das situações indesejadas relacionadas com os riscos identificados. Salientou ainda que a graduação do risco constitui um fator importante, uma vez que existem riscos de diferentes níveis consoante os setores de funcionamento do Município, sendo as tabelas apresentadas igualmente úteis para uma melhor compreensão dessa matéria. -----

----- A Senhora Presidente perguntou se havia intervenções e, perante a resposta afirmativa, deu a palavra à Deputada Raquel. -----

----- A Deputada Raquel Arribança questionou, relativamente ao plano de atividades e à tabela de monitorização contínua, o facto de a auditoria interna às áreas de maior risco se encontrar ainda em execução. Questionou como pode o Município apresentar um relatório anual definitivo quando permanecem por concluir ações consideradas essenciais, nomeadamente nas áreas mais críticas. Questionou igualmente a eficácia real do canal de denúncias, uma vez que o relatório identifica as áreas do urbanismo, da contratação pública e do Executivo como apresentando níveis de criticidade elevados e muito elevados relativamente à exposição a conflitos de interesses. Nesse contexto, questionou se a inexistência de denúncias traduz uma integridade efetiva ou se poderá significar, pelo contrário, que existem outras razões para a ausência de denúncias. Por fim, relativamente ao mesmo relatório, questionou o modelo de coordenação, referindo que esta se encontra centralizada no Senhor Presidente e na Diretora Técnica Superior, Doutora Sónia Alcaide. Questionou quem assegura a fiscalização e a monitorização no terreno e no acompanhamento diário. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra à Deputada Andreia Petornilho. -----

----- A Deputada Andreia Petornilho, relativamente ao ponto quatro, referente ao Relatório Anual de Avaliação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, começou por salientar, à semelhança de uma questão levantada na Assembleia de 30 de abril, que o relatório foi disponibilizado após o prazo previsto no Regime Geral de Prevenção da Corrupção, que determina que o relatório anual de avaliação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas deve ser elaborado e aprovado até ao final do mês de abril do ano seguinte. Relativamente ao conteúdo do relatório, considerou que, à semelhança de documentos anteriormente apresentados, este

se revela excessivamente genérico e desprovido de métricas objetivas que permitam uma avaliação rigorosa da execução das medidas previstas. Referiu que continuam a não ser disponibilizados dados concretos, quantificáveis, comparáveis e mensuráveis, indispensáveis para aferir resultados, avaliar a eficiência e a eficácia das ações implementadas e exercer de forma responsável a função fiscalizadora da Assembleia Municipal. Defendeu que a fiscalização democrática exige informação objetiva, sustentada em indicadores claros e verificáveis, e não apenas descrições genéricas ou apreciações qualitativas. Questionou ainda a classificação de diversas áreas como apresentando risco elevado ou muito elevado, considerando que o relatório não explicita de forma suficientemente clara os critérios utilizados para chegar a essas classificações. Solicitou, por isso, que futuros relatórios adotem uma política de reporte assente em dados objetivos, indicadores de desempenho e métricas quantificadas, permitindo uma análise transparente, rigorosa e fundamentada das atividades desenvolvidas e dos resultados alcançados. Referiu como exemplo algumas medidas apresentadas no relatório, como a segregação de funções, o controlo documental, a digitalização, a supervisão hierárquica e as auditorias, considerando-as igualmente genéricas. Questionou como funcionam, na prática, essas medidas e salientou que, na maioria dos casos, não são apresentados indicadores concretos que permitam avaliar a sua eficácia, nem metas definidas ou comparações com anos anteriores. Questionou também a referência a uma evolução positiva ou a um reforço progressivo do controlo interno, solicitando a evidência que sustenta essa conclusão. Referiu não ter encontrado respostas relativamente ao número de auditorias realizadas, ao número de ações de formação, ao número de incumprimentos detetados ou à percentagem de medidas concluídas. Questionou ainda em que critérios se baseia a avaliação da

maturidade organizacional e qual a evolução verificada entre a situação anterior e a situação atual. A Deputada apontou igualmente que os anexos não se encontram devidamente identificados, defendendo que deveriam estar numerados, por exemplo, como «Anexo I», «Anexo II» e «Anexo III», acompanhados de uma breve identificação. Relativamente ao canal de denúncias, retomou a questão já colocada pela Deputada Raquel, referindo que não conseguiu perceber onde se encontra o referido canal nem se se trata de um canal interno, externo ou simultaneamente interno e externo. Considerou que esta falta de clareza poderá contribuir para a inexistência de denúncias registadas e afirmou que o número zero de denúncias não constitui, para si, um fator tranquilizador, reforçando as suas dúvidas, e eventualmente as da Assembleia, quanto à confiança e à credibilidade do sistema implementado. Por fim, questionou a referência, na página 37, a uma reclamação registada em 2024 na Unidade de Desporto e Juventude, solicitando esclarecimento sobre o seu conteúdo e sobre a forma como foi resolvida. Relativamente às medidas preventivas apresentadas na página 26, solicitou igualmente exemplos concretos sobre a forma como são aplicadas, designadamente no que respeita a procedimentos de dupla verificação. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra ao Deputado José Camarinha. -----

----- O Deputado José Camarinha dirigiu-se aos presentes e a todos os que acompanhavam a sessão em casa, manifestando o apoio da bancada do Partido Social Democrata ao Relatório Anual de Avaliação do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas de 2025. Considerou que se trata de uma matéria essencial para a qualidade da governação local, salientando que a transparência, a integridade, a imparcialidade, o controlo interno e a prevenção da corrupção constituem pilares fundamentais de uma Administração Pública

moderna, responsável e merecedora da confiança dos cidadãos. Considerou que o relatório demonstra que o Executivo está atento a estas exigências e tem vindo a desenvolver um trabalho consistente de identificação, monitorização e prevenção dos riscos associados à atividade municipal. Destacou como pontos fortes o cumprimento das obrigações legais, a existência de uma metodologia de análise de riscos, a identificação das áreas mais sensíveis, a participação das várias unidades orgânicas, a existência de um canal de denúncias, a aposta na formação e a preocupação com a melhoria do sistema de controlo interno. Considerou igualmente positivo que o relatório identifique as áreas de maior exposição ao risco, nomeadamente o urbanismo, as obras municipais, a contratação pública, os recursos humanos, a informática, as taxas e licenças, a contabilidade e a tesouraria, áreas que, pela sua natureza, exigem procedimentos rigorosos, decisões devidamente fundamentadas, rastreabilidade e supervisão permanente. Afirmou que a bancada do Partido Social Democrata valoriza o caminho que está a ser percorrido, considerando que prevenir riscos e proteger o interesse público significa também defender os trabalhadores, os decisores, os munícipes e a própria instituição municipal. Referiu, contudo, que existem aspetos que devem continuar a ser melhorados, salientando a necessidade de uma maior uniformização das matrizes de risco, de indicadores quantitativos mais claros, do reforço das auditorias internas, de uma maior automatização dos procedimentos e da consolidação da monitorização das medidas preventivas. Considerou igualmente importante continuar a divulgar o canal de denúncias, garantindo que trabalhadores, munícipes e entidades externas conheçam a sua existência e confiem na sua utilização. Defendeu ainda o reforço da formação, sobretudo nas áreas de maior risco, com conteúdos práticos e adaptados às funções de cada serviço. Salientou a importância da

avaliação da satisfação dos utentes, considerando que um Município transparente e moderno deve conhecer a experiência dos cidadãos, os tempos de resposta, as dificuldades sentidas e as melhorias necessárias nos serviços. Concluiu que estes aspetos a melhorar não diminuem o mérito do trabalho realizado, antes demonstram a existência de consciência institucional relativamente ao caminho a percorrer e vontade de aperfeiçoar procedimentos. Em síntese, fez uma apreciação claramente favorável do relatório, considerando-o um instrumento importante de prevenção, transparência e boa governação. Sublinhou que a prevenção da corrupção não se esgota na aprovação de planos ou relatórios, concretizando-se diariamente através da ética pública, de decisões transparentes, de um controlo efetivo, de formação contínua e de responsabilização. Afirmou ser esse o caminho defendido pelo Partido Social Democrata para o Município de Mira, no sentido de uma Administração cada vez mais rigorosa, transparente, eficiente e próxima dos cidadãos. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. ----

----- O Senhor Presidente da Câmara, relativamente às intervenções realizadas, referiu que algumas das questões colocadas são de natureza técnica e, por esse motivo, solicitou à Doutora Sónia que prestasse os respetivos esclarecimentos. De forma genérica, explicou que os riscos e os fatores de risco se encontram devidamente identificados. Em resposta à Deputada Raquel, esclareceu que, na página 40, existem documentos cujo estado de execução surge como «executado», enquanto nas páginas seguintes aparecem alguns como «em execução», salientando que nem todos se encontram nessa situação e que alguns estão já concluídos, podendo essa informação ser verificada no documento. Relativamente ao canal de denúncias, informou que este se encontra disponível nos serviços online da página do Município, através do

percurso «Cidadania e Direito à Informação» e, posteriormente, do separador «Formulário Denúncias». Explicou que o formulário é completamente anónimo, permitindo a qualquer pessoa apresentar uma denúncia ou comunicar uma situação com que se tenha deparado, sem qualquer tipo de represália. Esclareceu ainda que os riscos, fatores de risco e grupos de risco estão identificados com base em critérios específicos e que não são definidos discricionariamente pelo Município. Explicou, a título de exemplo, que o Executivo, por tomar decisões, está mais sujeito a determinados riscos, tal como as funções que envolvem recebimentos em dinheiro. Acrescentou que existem outras funções em que esses fatores de risco não se verificam, sem que isso implique qualquer desvalorização dos trabalhadores. Deu como exemplo um assistente operacional na área da limpeza, cuja função, pela sua natureza, não se encontra associada a fatores de risco suscetíveis de influência por agentes externos. Concluiu solicitando, com a anuência da Senhora Presidente, que a Doutora Sónia Alcaide prestasse alguns esclarecimentos de natureza técnica. –

----- A Senhora Presidente solicitou à Técnica Superior, Doutora Sónia Alcaide, que se dirigisse à Mesa para prestar os esclarecimentos. -----

----- A Técnica Superior Sónia Alcaide cumprimentou os presentes e pediu desculpa por não ter conseguido registar todas as questões colocadas, disponibilizando-se para responder posteriormente às que não tivesse conseguido abordar. Relativamente à graduação do risco, explicou que existe uma fórmula para determinar se este é classificado como médio, moderado, elevado ou muito elevado. Esclareceu que os riscos são identificados em função das unidades e dos serviços e que, posteriormente, é calculada a probabilidade de ocorrência e a intensidade do risco, resultando daí a classificação final de cada risco identificado. Referiu que todo este processo é parametrizado por

serviço, permitindo classificar cada um dos riscos identificados. Quanto ao canal de denúncias e ao processo de verificação, esclareceu que não existe apenas uma dupla verificação, sendo a verificação e a monitorização realizadas de forma constante. O processo começa pelos chefes dos serviços ou das unidades, que fazem diariamente a monitorização das situações reportadas. Acrescentou que existem responsáveis diretamente ligados aos serviços de prevenção da corrupção e que o responsável pela qualidade também procede à verificação do que se encontra implementado, de acordo com as respetivas matrizes. Relativamente às fases de execução, explicou que algumas medidas se encontram executadas e outras ainda em execução, dando como exemplos o inventário e algumas ações de formação. Salientou que se trata de serviços dinâmicos, que nunca estão totalmente concluídos, existindo sempre melhorias a realizar. Considerou que não existe uma solução estática e uniforme para todas as situações, uma vez que podem surgir ocorrências pouco comuns que exigem formas de tratamento específicas. Explicou que a monitorização é realizada através de reuniões de chefias, reuniões especificamente destinadas a esta matéria e reuniões individuais com os chefes de departamento. Por fim, esclareceu que todo este procedimento decorre de legislação de âmbito nacional e que, no contexto da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, os procedimentos e modos de atuação estão alinhados, sendo seguidas orientações comuns pelos diferentes municípios. -----

----- A Deputada Andreia Petornilho referiu que não ficou esclarecida relativamente à avaliação da maturidade organizacional, questionando como se pode concluir que existe uma maior maturidade organizacional face a 2024 sem que seja apresentada uma comparação entre a situação existente nesse ano e a verificada em 2025. Questionou ainda de que forma é possível aferir, através

da documentação apresentada, que determinada medida ou ação se encontra efetivamente concluída. -----

----- A Técnica Superior Sónia Alcaide explicou que, aquando da implementação e criação do MAC, não existia qualquer tipo de fiscalização nem critérios devidamente definidos para a atuação nesta área. Referiu que, entretanto, foram introduzidas alterações, realizadas melhorias e estabelecidas regras que foram sendo reforçadas ao longo dos anos e que o Município teve de cumprir. Considerou, por isso, que a maturidade organizacional em 2020, 2021 ou 2022 não é a mesma que existe atualmente, uma vez que os critérios e as obrigações também foram sendo alterados. Concluiu que se verificou, assim, uma melhoria contínua de ano para ano. -----

----- A Deputada Andreia Petornilho esclareceu que, para ser possível compreender a evolução da maturidade organizacional, deveriam ser apresentados dados concretos que permitissem comparar a situação existente em 2024 com a verificada posteriormente, identificando de forma objetiva a evolução alcançada. Reiterou que a questão colocada se prende com a necessidade de existência de métricas que permitam aferir efetivamente essa evolução, considerando que a simples afirmação de que existe uma maior maturidade organizacional não permite, por si só, avaliar ou comprovar essa mesma evolução. -----

----- A Técnica Superior Sónia Alcaide reconheceu que não foi realizada a comparação entre o relatório inicial e o momento atual, considerando que essa constitui uma falha. Referiu que existem relatórios publicados anualmente, mas que não foi efetuado o estudo comparativo entre os diferentes momentos. Concordou com a observação apresentada e afirmou que terá essa questão em consideração no futuro. -----

----- A Senhora Presidente questionou se havia mais alguma questão, não havendo prosseguiu com a sessão. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do ponto quatro: Relatório anual de avaliação do Plano De Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do ano de 2025. -----

----- A Senhora Presidente apresentou o ponto cinco, para conhecimento, relativo à apreciação das contas do exercício de 2025 da Associação da Incubadora de Beira Atlântico Parque, dando de seguida a palavra ao Senhor Presidente. -----

----- PONTO CINCO: Para conhecimento - Apreciação das contas do exercício de 2025 da Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque. -----

----- O Senhor Presidente agradeceu à Senhora Presidente e referiu que se tratava da apreciação das contas de 2025 da AIBAP. Salientou que a AIBAP apresentava, felizmente, uma situação financeira estável, sendo que a Câmara detinha mais de 90% do capital. Referiu que este tipo de resultado positivo se tinha mantido constante ao longo dos últimos anos. Explicou que a AIBAP tinha essencialmente como fontes de rendimento as rendas das salas que se encontravam alugadas ou arrendadas a empresas, constituindo esta a sua principal fonte de receita e de financiamento. Considerou que o resultado positivo constituía um bom indicador e concluiu que se tratava da apreciação das contas de 2025, que obrigatoriamente tinha de ser submetida à Assembleia, sendo esse o motivo da sua apresentação. -----

----- A Senhora Presidente questionou quem pretendia intervir e deu a palavra à Deputada Andreia Petornilho. -----

----- A Deputada Andreia Petornilho, relativamente ao ponto 5, referente às contas do exercício de 2025 da Associação da Incubadora do Beiro Atlântico Parque, começou por fazer um breve enquadramento histórico da incubadora de

empresas de Mira, salientando que esta tinha um percurso longo, marcado por algumas dificuldades, incluindo um período de pressão financeira, com um passivo elevado e uma situação económica exigente. Referiu que esta situação apenas tinha sido ultrapassada através de um processo de reestruturação e renegociação, que permitira reduzir encargos e recuperar a sustentabilidade da entidade. Recordou, contudo, que a incubadora era uma entidade na qual o Município de Mira detinha uma posição dominante, correspondente a 90,07% do seu capital, com um valor contabilizado de cerca de 1,5 milhões de euros. Considerou, por isso, que se tratava de uma estrutura profundamente dependente do Município, que deveria ser acompanhada com transparência, rigor e sentido de responsabilidade. A Deputada começou por questionar a própria caracterização da incubadora, considerando que esta não resultava de forma suficientemente clara, e perguntou se se tratava efetivamente de uma incubadora de empresas, de um prolongamento da atividade municipal, de um espaço de arrendamento de escritórios ou se assumia todas essas funções. Referiu ainda que, na leitura do relatório, lhe tinham surgido algumas questões, nomeadamente sobre quais eram, atualmente, as entidades e empresas instaladas no edifício, quais os valores das rendas, utilização ou comparticipação pagos por cada entidade, quantos postos de trabalho diretos representavam, quantas empresas se encontravam efetivamente em processo de incubação e qual era a taxa de ocupação real do edifício. Questionou também qual era o número de empresas que já tinham passado pela incubadora e quantas permaneciam em atividade, bem como qual era o retorno económico concreto que esta estrutura gerava para o concelho de Mira. Concluiu considerando que, sendo uma entidade que beneficiava de investimento público, a incubadora

deveria apresentar métricas objetivas e transparentes, de forma a permitir uma perceção clara dos números. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra ao Deputado Mauro Seíça. -----

----- O Deputado Mauro Seíça referiu que estava em análise a prestação de contas da AIBAP e considerou que, à primeira vista, o Executivo poderia tentar transmitir a ideia de que a situação era positiva, pelo facto de a entidade apresentar um lucro de 82 mil euros. Contudo, salientou que, através da análise das contas, era possível perceber que esse resultado representava uma pequena parcela face aos problemas acumulados. Enquanto Deputado Municipal, considerou ser seu dever alertar para três pontos que demonstravam uma fragilidade extrema da associação, da qual o Município detinha cerca de 90%. Em primeiro lugar, referiu os prejuízos acumulados, que se aproximavam de meio milhão de euros, salientando que o lucro apresentado mal chegava para cobrir uma pequena parte das perdas acumuladas ao longo dos anos, comparando a situação à tentativa de esvaziar um barco furado com uma colher de café. Em segundo lugar, destacou a situação da tesouraria, considerando alarmante o facto de, no final de 2025, a associação dispor de apenas 4.974 euros em dinheiro e depósitos bancários, quando no ano anterior dispunha de 31 mil euros. Considerou a situação particularmente grave tendo em conta que a dívida total aos bancos ultrapassava os 710 mil euros. Referiu ainda os rácios de liquidez, afirmando que a associação dispunha de apenas três cêntimos de dinheiro imediato por cada euro de dívida a pagar a curto prazo, considerando que qualquer empresa privada nestas condições estaria em risco imediato de encerrar. Em terceiro lugar, questionou a utilidade pública da estrutura nos moldes atuais, referindo que, em 2025, a AIBAP tinha suportado mais de 44 mil euros em juros e encargos bancários, enquanto as despesas com pessoal

tinham sido de 26 mil euros. Salientou, assim, que a associação gastava quase o dobro em juros bancários do que em pessoal, referindo que a incubadora tinha apenas um funcionário e que parecia existir apenas para servir de intermediário entre o Município e a banca. Concluiu afirmando que a AIBAP não era, naquele momento, uma incubadora de sucesso, mas uma estrutura de gestão de dívida bancária, com apenas cerca de 5 mil euros em caixa e meio milhão de euros de prejuízos acumulados. Questionou qual era o plano de sobrevivência da entidade e quanto mais dinheiro dos munícipes de Mira teria de ser injetado para manter uma estrutura que considerava viver no limite da sobrevivência financeira. Por fim, afirmou que eram exigidas mais do que contas aprovadas pelo revisor, sendo necessária uma estratégia política que retirasse a AIBAP do sufoco financeiro e a colocasse efetivamente ao serviço da economia de Mira. –

----- A Senhora Presidente questionou se a bancada do PSD pretendia intervir e, não havendo intervenção, deu a palavra ao Senhor Presidente. -----

----- O Senhor Presidente agradeceu à Senhora Presidente e, relativamente às questões colocadas pela Deputada Andreia Petornilho, referiu que tinha conseguido apontar algumas, mas não todas. Quanto às empresas atualmente sediadas no edifício, aos valores pagos, ao número de funcionários, ao número de empresas que já tinham passado pela AIBAP e às restantes questões colocadas, esclareceu que não conseguia responder naquele momento, à exceção da questão relativa ao número de funcionários, indicando que a AIBAP tinha atualmente um funcionário, a quem era pago o vencimento mensalmente. Solicitou que lhe fossem feitas chegar todas as questões colocadas, manifestando disponibilidade para posteriormente apresentar as respetivas respostas. Relativamente à questão inicial sobre o objeto da AIBAP, explicou que este correspondia à conjugação das várias funções referidas pela Deputada

Andreia Petornilho, sendo que, atualmente, o principal objetivo seria a incubação de empresas, embora esta função tivesse uma expressão muito reduzida. Reiterou que, conforme tinha referido na apresentação do ponto, a AIBAP sobrevivia essencialmente do arrendamento das salas, cujas rendas permitiam o seu financiamento. Acrescentou que a AIBAP reunia um pouco de todas as funções mencionadas pela Deputada Andreia Petornilho, incluindo ainda uma sala de coworking, que não tinha sido referida. Explicou que esta sala dispunha de muitos postos de trabalho devidamente equipados, sala de reuniões e uma área de lazer, estando preparada para utilização durante um dia, uma semana, um mês ou dois meses. Considerou, por isso, que a sala de coworking constituía também uma mais-valia disponibilizada pela AIBAP. Relativamente à intervenção do Deputado Mauro Seíça, afirmou que, se dependesse do Partido Socialista, o edifício já teria caído. Recordou que, quando o PSD entrou na Câmara Municipal, em 2013, o edifício tinha mais de um metro de água na cave, mobiliário a boiar, sinais de vandalismo, janelas partidas e encontrava-se completamente vandalizado. Considerou que a diferença entre o estado do edifício nessa altura e o seu estado atual era evidente para quem o observasse. Reconheceu que a recuperação e manutenção do edifício tinham custos, referindo que a Câmara suportava anualmente rendas avultadas pelos serviços que ali estavam sediados. Esclareceu ainda que a dívida da AIBAP era superior ao valor indicado pelo Deputado Mauro Seíça, ascendendo a 710 mil euros, salientando, contudo, que já tinha sido muito superior, tendo chegado a atingir o dobro desse valor. Recordou que, em 2013, a AIBAP tinha sido salva da insolvência, tendo sido essa a situação encontrada quando o atual Executivo assumiu funções. Explicou que, nessa altura, existiam duas opções: deixar que o equipamento fosse para os bancos, que depois fariam dele o que

entendessem, ou o Município resgatar e reabilitar o equipamento. Referiu que a opção tomada tinha sido a segunda, por quem então se encontrava à frente do Município, e que o atual Executivo lhe estava a dar continuidade. Reconheceu que a AIBAP constituía um encargo muito significativo para o Município, afirmando que, mensalmente, tinha sido feito um esforço para resolver a situação. Sublinhou, contudo, que, enquanto o atual Executivo permanecesse em funções, esse continuaria a ser o caminho, com o objetivo de, no final, a dívida estar completamente paga. Concluiu afirmando que o edifício constituiria uma mais-valia não apenas para a Câmara Municipal, mas para o Município de Mira e para as empresas ali sediadas. -----

----- A Senhora Presidente deu novamente a palavra ao Deputado Mauro Seiça.

----- O Deputado Mauro Seiça referiu que o Senhor Presidente tinha afirmado que a requalificação da incubadora tinha sido uma opção política, salientando que o Partido Socialista não poderia ser responsabilizado por uma opção que tinha sido exclusivamente do atual Executivo. Esclareceu que a questão colocada se prendia com a situação atual da AIBAP. Questionou quais eram as soluções que o Executivo propunha para retirar a incubadora da situação económico-financeira em que se encontrava, sublinhando que eram necessárias soluções concretas e não justificações relativas à situação encontrada há treze anos ou a uma opção política tomada exclusivamente pelo atual Executivo. Por fim, solicitou que fosse esclarecido quanto dinheiro os munícipes de Mira ainda teriam de injetar no edifício. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente. -----

----- O Senhor Presidente confirmou que a requalificação tinha sido uma opção exclusivamente do atual Executivo. Referiu que, caso o Partido Socialista não tivesse deixado o edifício na situação em que se encontrava, o caminho poderia

ter sido diferente, considerando que tinha sido uma opção de quem estava na governação na altura deixar chegar o edifício àquele estado. Reiterou que, perante um edifício completamente abandonado, existiam dois caminhos possíveis e que o Executivo tinha optado pelo que já tinha referido anteriormente. Sublinhou que se tratava de uma decisão política, independentemente de o Deputado Mauro Seiza concordar ou não com a mesma. Relativamente ao montante que ainda seria necessário investir para garantir a sobrevivência da empresa, do edifício e da associação, referiu que a dívida existente era de 710 mil euros e afirmou que, quando esta estivesse completamente paga, o Executivo ficaria descansado. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra ao Deputado José Camarinha. -----

----- O Deputado José Camarinha referiu que procurava sempre abordar estas questões da forma mais positiva possível. Explicou que, para quem não o conhecesse, considerava que deveria partir de uma perspetiva positiva relativamente às pessoas e às instituições, procurando sempre contribuir para as ajudar. Sublinhou que o tempo era muito maior do que as pessoas que por ele passavam e que as organizações permaneciam. Recordou que, no local onde atualmente se encontravam, existia anteriormente um edifício que tinha sido construído com dinheiro dos municípios e com apoios europeus, mas que se tinha transformado numa ruína, acabando por não servir para nada. Salientou que, posteriormente, esse edifício tinha desaparecido e que, no seu lugar, existia atualmente uma estrutura que estava a ser utilizada. Relativamente ao edifício da AIBAP, recordou ter estado no local quando a garagem se encontrava debaixo de água, com o mobiliário deteriorado, assistindo ao risco de o dinheiro dos municípios se perder e de permanecer ali um edifício degradado. Referiu que, posteriormente, tinha visto o edifício recuperado, com uma estratégia de

gestão da dívida e em funcionamento, com serviços e todas as condições necessárias. Concluiu questionando o Deputado Mauro Seíça sobre o que preferiam objetivamente para o edifício e para a AIBAP. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra ao Deputado Pedro Morins. -----

----- O Deputado Pedro Morins referiu que, à semelhança do que um colega seu tinha afirmado, não iria apresentar nenhum requerimento, acrescentando que nem sequer estava previsto intervir naquele ponto. Salientou que o sentimento referido também era recíproco, comparando-o ao que, segundo afirmou, o atual Executivo tinha relativamente ao Partido Socialista no que dizia respeito às piscinas municipais. Acrescentou que, há treze anos, as piscinas municipais não se encontravam abandonadas, tal como também acontecia com o pavilhão, os passadiços e o jardim central da Praia de Mira. Concluiu afirmando que se tratava, portanto, de um sentimento recíproco, sendo essa a única questão que pretendia acrescentar. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara referiu não ter nada a acrescentar, limitando-se a enumerar os serviços municipais que se encontravam sediados na AIBAP e a salientar a sua importância, questionando onde estariam instalados caso não funcionassem naquele edifício, tendo em conta as dificuldades e limitações de espaço existentes no Município. -----

Identificou como serviços aí sediados a CPCJ, o Gabinete de Inserção Profissional, o CLDS, o Gabinete de Ação Social, o Cuidin, dois serviços da Educação, o Gabinete de Apoio ao Imigrante e a Universidade Sénior. Concluiu agradecendo à Senhora Presidente. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra ao Deputado Mauro Seíça. -----

----- O Deputado Mauro Seiza referiu que pretendia responder diretamente ao Deputado Camarinha, esclarecendo que a sua questão relativamente à incubadora prendia-se efetivamente com a estratégia do Executivo para retirar a incubadora da situação difícil em que se encontrava. Esclareceu que não pretendia responsabilizar o Partido Socialista pelo estado do edifício, salientando que também o edifício onde atualmente se encontravam tinha resultado de uma opção de um Executivo do PSD, que tinha decidido alterar o que estava feito. Reiterou que a questão colocada relativamente à incubadora consistia em saber qual era a estratégia do Executivo para retirar a entidade daquela situação, ou se esta iria continuar naquele contexto até que fosse paga a dívida de 710 mil euros, valor que, segundo afirmou, já tinha mencionado na sua intervenção. Salientou que as situações transcendiam as pessoas, uma vez que estas passavam e as instituições permaneciam. Afirmou ser favorável a construir e não a destruir, explicando que os alertas que fazia tinham precisamente esse propósito: contribuir para que a situação tomasse um bom rumo e evitar que se mantivesse num estado de indefinição, em que se colocasse sucessivamente a possibilidade de o edifício cair ou de ser necessário injetar mais 20, 30, 700 mil ou um milhão de euros. Concluiu reiterando que era essa a questão que colocava ao Executivo que apoiava. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra à Deputada Lurdes Mesquita. -----

----- A Senhora Deputada Lurdes Mesquita afirmou que, certamente, todos os presentes estavam de boa-fé e pretendiam o melhor para a situação. Referiu que todos desejariam que aquele edifício gerasse receitas e que não fosse necessário continuar a injetar dinheiro na sua manutenção. Considerou, contudo, surreal a comparação entre o estado de degradação que o edifício tinha atingido

e as piscinas municipais ou o pavilhão, concluindo que era apenas essa a questão que pretendia salientar. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra ao Deputado José Carlos. -----

----- O Deputado José Carlos cumprimentou todos os presentes e, relativamente ao ponto em discussão, referiu considerar que, perante um problema, a visão deste Executivo passava por investir e injetar dinheiro para manter o edifício ou qualquer outra estrutura em funcionamento. Explicou que a sua visão era diferente, razão pela qual insistia na importância do planeamento, da visão de longo prazo e da definição de uma estratégia. Referiu compreender que o Executivo procurasse, no imediato, resolver os problemas que surgiam, mas considerou igualmente importante responder à questão de saber de que forma se pretendia alcançar uma solução e qual era a estratégia para o fazer. Salientou que não estava em causa criticar o facto de o edifício servir a comunidade, considerando, pelo contrário, que este poderia servir melhor e, sobretudo, servir melhor os interesses das empresas, nomeadamente através da incubação de empresas, contribuindo para a criação de postos de trabalho e para a geração de impostos. Considerou, contudo, que a questão de fundo era uma questão de visão, designadamente sobre a forma de alcançar os objetivos definidos e, sobretudo, de garantir a sustentabilidade. Defendeu que, para uma estrutura funcionar, não teria obrigatoriamente de depender de subsídios ou de injeções de capital por parte da Câmara Municipal, podendo surgir ideias que permitissem tornar o negócio sustentável. Concluiu que o melhor caminho seria criar condições de sustentabilidade, tanto neste caso como no anteriormente abordado, relativo à arte xávega, evitando criar estruturas dependentes de subsídios ou da Câmara Municipal. -----

----- A Senhora Presidente questionou o Senhor Presidente se pretendia acrescentar alguma coisa antes de passarem ao ponto seguinte. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara dirigiu-se afirmou que, caso os Senhores Deputados não tivessem compreendido qual era a estratégia, voltaria a explicá-la. Reiterou que, enquanto o atual Executivo permanecesse em funções, assumiria os custos necessários para manter o edifício funcional, aumentar o número de empresas nele instaladas e proporcionar-lhe a sustentabilidade de que necessitava. Acrescentou que, até ser alcançada essa sustentabilidade, existia um encargo que o Executivo tinha assumido deliberadamente e que, enquanto a dívida existisse, continuaria a ser suportado.-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do ponto cinco: Para conhecimento - Apreciação das contas do exercício de 2025 da Associação da Incubadora do Beira Atlântico Parque. -----

----- A Senhora Presidente considerou que estavam reunidas as condições para passarem ao ponto seguinte e anunciou o ponto 6, para conhecimento e apreciação das contas do exercício de 2025 das Águas do Baixo Mondego e Gândara. De seguida, deu a palavra ao Senhor Presidente. -----

----- PONTO SEIS: Para conhecimento - Apreciação das contas do exercício de 2025 da Águas do Baixo Mondego e Gândara, EIM, SA. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara agradeceu à Senhora Presidente e referiu que se tratava da outra empresa relativamente à qual tinham de proceder à apreciação das contas, neste caso referentes ao exercício de 2025. Explicou que, ao contrário da AIBAP, a ABMG tinha apresentado um resultado negativo em 2025, considerando necessário interpretar esse resultado como um indicador de alguns setores problemáticos que deveriam ser resolvidos e onde se verificavam resultados menos favoráveis. Referiu que se tratava de uma

empresa relativamente recente, cujos resultados tinham oscilado entre valores positivos e negativos ao longo dos seus seis anos de existência. Salientou que, desta vez, tinha sido apresentado um resultado negativo, embora não fosse o pretendido, acrescentando que o Município tinha de assumir a sua quota-parte nesse resultado, uma vez que a ABMG integrava três municípios, correspondendo a Mira um terço desse compromisso. Concluiu referindo que tinha sido assumida essa quota-parte e que era esse o resultado apresentado para apreciação das contas relativas ao exercício de 2025. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra à Deputada Raquel. -----

----- A Deputada Raquel Arribança, relativamente ao relatório em apreciação, referiu que este indicava que, em 2025, a execução do saneamento deveria ter atingido 84%, mas que se tinha ficado pelos 56%. Questionou o Município sobre quando previa avançar com a execução da parte ainda em falta. Referiu ainda que o relatório destacava como ponto positivo o facto de Mira ter conseguido reduzir em 50% a compra de água à INOVA e questionou o motivo pelo qual o Município adquiria água àquela entidade. Concluiu, agradecendo. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra ao Deputado José Rocha Diniz. -----

----- O Deputado José Rocha Diniz, referindo ser a primeira vez que intervinha naquela reunião, começou por apresentar os seus cumprimentos à Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal, ao Senhor Presidente do Município e a todos os presentes. Deu os parabéns à Dra. Madalena Santos por ter conseguido reduzir consideravelmente o número de pontos da reunião e aproveitou para alertar e incentivar a comissão do regimento a apresentar uma proposta que estabelecesse o início das sessões, considerando que estas não deveriam apenas ter um horário para terminar às 22 horas. Referiu, em tom crítico, que esperava que a sua intervenção servisse

de alerta para a comissão do regimento, na qual também estavam incluídos os seus camaradas. De seguida, dirigiu-se diretamente ao Deputado José Camarinha, fazendo uma declaração de defesa da honra relativamente à referência aos 40 anos da Praia de Mira. Salientou que a Praia de Mira existia muito antes desse período e afirmou ser o mais velho dos presentes, acrescentando que todos tinham consciência de que o tempo começava quando cada pessoa nascia. Recordou que, muito antes da existência da Bandeira Azul, a Praia de Mira era um ponto de concentração das elites da Universidade de Coimbra, incluindo grandes professores, mestres e escritores. Referiu os nomes de Carlos de Oliveira e Miguel Torga, que frequentavam o local, bem como de jornalistas, mencionando Tal Monteiro como alguém que tinha conhecido na Praia de Mira. Considerou que a Bandeira Azul apenas existia por uma razão e admitiu ter algumas dúvidas sobre essa questão. Referiu que a Praia de Mira, felizmente, nunca tinha tido um grande desenvolvimento industrial, especialmente de indústrias poluidoras. Recordou ainda que a população da Praia de Mira tinha conseguido resolver alguns problemas e o facto de, na época em que não existia saneamento, os resíduos serem encaminhados para a Barrinha. Após um pedido de desculpa à Senhora presidente e a indicação de que estava a enquadrar a intervenção para abordar o ponto em discussão, referiu que a ABMG tinha apresentado o seu relatório para conhecimento da Assembleia, o qual tinha sido bem recebido e do qual tinha tomado conhecimento. Contudo, considerou que merecia um breve comentário. Afirmou que se poderia considerar tratar-se do habitual neste tipo de empresas intermunicipais e que o relatório poderia até ter tido origem em relatórios anteriores, caracterizando-o como um documento cheio de otimismo, mas que dificilmente passaria pelo crivo das críticas dos residentes a quem servia.

Relativamente à qualidade da água, referiu que continuava a existir uma enorme desconfiança por parte da população quanto à água que corria nas torneiras. Salientou que essa desconfiança era agravada pelo facto de ter tomado conhecimento de que a água disponibilizada naquele momento na Assembleia não era água da torneira da ABMG, mas sim água que tinha sido trazida de outra entidade, eventualmente da Luso. Reconheceu não ser técnico relativamente àquele produto essencial à vida das pessoas e, por isso, não se considerou qualificado para contestar as afirmações apresentadas relativamente à qualidade da água distribuída. Contudo, considerou existir uma forma de demonstrar que a desconfiança estava presente em todos os setores da sociedade, incluindo na própria Assembleia, questionando que, se existisse confiança na qualidade da água da torneira, não estariam a consumir água engarrafada naquele momento. Referiu que uma grande parte da população utilizava soluções para purificar a água antes de a beber ou recorria a água engarrafada, considerando que esta realidade seria mais comum em países do terceiro mundo. Afirmou não acreditar que a população de Mira fosse masoquista ao ponto de gastar dinheiro desnecessariamente e considerou esta situação uma prova, pelo menos, da existência de desconfiança por parte de uma grande parte da população local. Acrescentou que a ABMG ainda não tinha conseguido explicar devidamente o peso da estrutura empresarial criada, que aparecia refletido na fatura. Reconheceu que a empresa tinha permitido concentrar meios técnicos e humanos e criar uma gestão alegadamente mais profissionalizada, considerando esse aspeto positivo, uma vez que esse era precisamente o objetivo da sua criação e a razão pela qual tinha sido constituída, para resolver a situação anterior, que, segundo lhe tinha sido transmitido, era ainda pior. Referiu que Mira, tal como se tinha verificado também naquela reunião, estava

cheia de questões históricas, tanto do lado do Executivo como do lado da oposição. Salientou que, atualmente, aquilo que a população via e sentia, e que estava na origem de algumas das queixas que lhe chegavam, sobretudo por parte das pessoas mais desfavorecidas, era que estas pagavam pouco pela água, mas pagavam muito pela empresa. Considerou particularmente sensível o facto de serem observados diariamente veículos da empresa a circular pelas localidades sem objetivos claros. Esclareceu que não colocava em causa a existência da empresa, mas sim a falta de fiscalização relativamente a algumas situações, nomeadamente aos passeios junto à beira-mar. Concluiu afirmando que a água não era um serviço qualquer, mas um bem essencial, e que o sucesso da empresa não deveria ser medido apenas pelos balanços financeiros ou pelos relatórios de atividade, mas, sobretudo, pela confiança que conseguisse gerar na população. Sugeriu, por isso, ao Senhor Presidente que uma consulta popular poderia valer mais do que relatórios contabilísticos, manifestando a sua vontade de que fosse realizada uma consulta à população para aferir qual era o seu grau de confiança na água e se esta era efetivamente consumida. Por fim, referiu que, em muitos outros países que não eram considerados países europeus ou do primeiro mundo, tinha bebido água da torneira. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra à Deputada Andreia Petornilho. -----

----- A Deputada Andreia Petornilho, indo também ao encontro do que tinha sido referido pelo seu colega José Rocha Diniz, considerou que a ABMG prestava um serviço essencial às populações e que, através do relatório, era possível verificar um crescimento das receitas. Contudo, referiu que, na leitura do relatório, lhe tinham surgido algumas questões. Salientou que, apesar do aumento da faturação e das receitas de saneamento, a empresa tinha encerrado o exercício com um prejuízo superior a 146 mil euros, invertendo, conforme já tinha sido

referido pelo Senhor Presidente, o resultado positivo do ano anterior. Referiu ainda o aumento dos fornecimentos e serviços externos, que tinham crescido cerca de 11%, ultrapassando o valor orçamentado, e questionou como tinha sido possível passar de um resultado líquido positivo em 2024 para um prejuízo de 146 mil euros em 2025. Questionou também quais tinham sido os principais fatores que tinham levado os fornecimentos e serviços externos a ultrapassar os 500 mil euros. Por fim, salientou que a liquidez geral tinha diminuído de 61% para 45% e questionou quais as medidas previstas para reforçar a tesouraria da empresa. Nesse contexto, perguntou ainda se existiria necessidade de futuras revisões tarifárias para garantir o equilíbrio económico da empresa. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra ao Deputado Mauro Seíça. -----

----- O Deputado Mauro Seíça fez uma reflexão sobre o atual estado da ABMG, considerando que esta se tinha tornado uma entidade consumidora de recursos públicos, com resultados que considerava inaceitáveis para Mira. Referiu que a análise das contas e do desempenho de 2025 revelava quatro aspetos que não podiam ser ignorados. Em primeiro lugar, destacou a gestão financeira, salientando que a empresa tinha apresentado um prejuízo líquido de 146 mil euros, apesar de ter sido prevista uma situação de equilíbrio. Referiu ainda que a liquidez geral tinha descido para cerca de 44%, considerando que tal significava que a empresa não dispunha de recursos imediatos para cobrir sequer metade das suas dívidas de curto prazo, enquanto o endividamento bancário já ultrapassava os 7,8 milhões de euros. Em segundo lugar, apontou o desperdício de água, referindo que cerca de 48% da água que entrava no sistema se perdia ou não era faturada, considerando esta situação um problema ambiental e financeiro. Acrescentou que também tinha falhado a meta de levar o saneamento a 84% da população, uma vez que a cobertura se situava apenas

nos 56%. Em terceiro lugar, considerou que Mira era o parente pobre da parceria, salientando que o Município tinha investido cerca de 2 milhões de euros e que, apesar disso, o mapa de investimentos em curso para Mira, no final de 2025, apresentava um valor de zero. Comparou esta situação com a distribuição de materiais, referindo que o armazém de Montemor o Velho tinha consumido 69% dos materiais da empresa, enquanto o de Mira tinha ficado pelos 15%. Considerou, assim, que Mira pagava as contas, mas que as obras eram realizadas nos outros concelhos. Em quarto lugar, apontou falhas de transparência e ética, questionando como era possível uma empresa pública não cumprir uma obrigação legal de avaliação do seu plano de prevenção de riscos de corrupção. Referiu que o Fiscal Único confirmava que o relatório anual não tinha sido elaborado e que o plano para a igualdade tinha sido adiado para 2026. Questionou o Senhor Presidente sobre se não o incomodava ou inquietava, numa época em que se falava de sustentabilidade e de boa gestão dos recursos, o facto de quase metade da água que circulava nos canos de abastecimento se perder. Questionou ainda para onde ia essa água, se eram conhecidas as localizações dos tubos rotos e o que se sabia concretamente sobre a situação, considerando urgente a reparação das fugas. Por fim, questionou se, sendo o Município de Mira proprietário de um terço da empresa, esta iria efetivamente realizar um investimento significativo no território. Concluiu questionando se essa era a solução apresentada para Mira, comparando os 710 mil euros associados à AIBAP com o montante que viria a ser necessário relativamente à ABMG. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente. -----

----- O Senhor Presidente agradeceu à Senhora Presidente e, relativamente às intervenções realizadas, começou por abordar a questão da execução do

saneamento. Referiu que gostaria de poder afirmar que, tendo sido prevista uma cobertura de 84%, esta tinha sido efetivamente alcançada, mas reconheceu que as previsões nem sempre se concretizavam, considerando que se tinha verificado uma derrapagem significativa. Respondendo à Deputada Raquel, relativamente à questão de quando seria concluído o saneamento, afirmou que gostaria que tal acontecesse de imediato, uma vez que a cobertura existente no Município era manifestamente insuficiente. Explicou que algumas partes da população estavam servidas parcialmente e outras totalmente, mas que existiam aldeias sem qualquer cobertura de saneamento, situação que considerou preocupante face ao século em que se encontravam. Referiu que estavam previstas algumas obras, nomeadamente os projetos para a conclusão de Valeirinha e Presa, bem como projetos para Carapelhos e Lagoa. Acrescentou que estava a ser elaborado um estudo para a parte sul do concelho, considerada preocupante devido à sua orografia. Com a construção da ETAR das Cochadas, estava a ser equacionada a possibilidade de encaminhar para aquela infraestrutura os efluentes provenientes das zonas das Cavadas, Corujeira, Colmeal, entre outras. Explicou que seria necessário aguardar pelos estudos em curso para determinar a melhor solução. Referiu que uma das possibilidades passava pela construção de pequenas estações elevatórias, caso não fosse possível encaminhar os efluentes para a ETAR, sendo o estudo que definiria o procedimento a adotar antes de se avançar para a execução das obras. Concluiu, relativamente à conclusão do saneamento, que gostaria de poder dizer que seria para o dia seguinte, mas que, para além das intervenções previstas em Presa, Valeirinha, Carapelhos e Lagoa, não conseguia indicar uma data. Relativamente à redução da compra de água à INOVA, explicou que esta constituía uma meta, mas que, no seu entendimento, não era a questão mais

importante. Referiu que o Município já adquiria uma quantidade significativa de água ao concelho vizinho de Cantanhede, mas que o valor despendido nessa aquisição não era significativo, devido aos investimentos realizados nas captações da Lagoa e na nova captação da Presa, que tinham permitido colmatar essa necessidade. Esclareceu que uma parte do concelho nascente continuava a ser abastecida pela INOVA, nomeadamente através dos reservatórios de Carromeu e Leitões, enquanto o restante concelho era abastecido pelas captações de Mira, Presa, Praia e Lagoa e pelos investimentos aí realizados. Referiu que, nos outros dois municípios e no plano de execução definido, existia uma aposta forte na água, enquanto ele próprio tinha procurado privilegiar os investimentos na área do saneamento, precisamente devido à insuficiente taxa de cobertura, que rondava os 60%. Relativamente à qualidade da água, reconheceu que existia necessidade de investimento. Referiu que consumia, por vezes, água da torneira e que nunca lhe tinha acontecido nada, afirmando querer acreditar e acreditar que, do ponto de vista científico, a água era totalmente potável. Reconheceu a necessidade inequívoca de investimento na substituição de condutas e na construção de infraestruturas para tratamento de águas residuais, salientando que se tratava de investimentos de grande dimensão, para os quais o Município, por si só, não tinha capacidade financeira. Reiterou que o agrupamento dos municípios permitia ganhar dimensão e que, através de uma empresa como a ABMG ou de outro sistema semelhante, seria possível ganhar escala, apresentar candidaturas e resolver alguns dos problemas existentes. Recordou que, alguns anos antes, o Município de Mira apresentava cerca de um milhão de euros de prejuízo anual com água e saneamento. Comparou essa situação com a atual, salientando que o resultado negativo de 146 mil euros representava apenas um terço desse montante.

Referiu ainda que, no ano anterior, o resultado não tinha sido negativo, mas positivo, embora não fosse um resultado elevado. Considerou que estavam identificadas as principais fragilidades que contribuíam para o resultado negativo, destacando as perdas de água nas redes e o preço da energia, que suportava todo o sistema, incluindo as estações elevatórias. Referiu que o preço da energia tinha aumentado exponencialmente. Acrescentou que existiam ainda despesas com pessoal e viaturas, mas considerou que estas eram necessárias para garantir a realização das obras no terreno. Concluiu que estavam identificados os três principais eixos problemáticos que geravam despesa na ABMG. Relativamente à intervenção do Deputado Mauro Seíça, afirmou que a forma como este tinha abordado a ABMG não o surpreendia, mas que o surpreendia ter utilizado, no ponto anterior, relativamente à AIBAP, uma abordagem semelhante. Considerou compreensível que, relativamente a uma empresa com resultados negativos, fossem feitas críticas e observações, mas afirmou não compreender a mesma abordagem relativamente ao ponto anterior. Respondendo ainda a algumas questões colocadas, nomeadamente pela Deputada Andreia Petornilho, explicou que o resultado do ano anterior tinha sido influenciado por uma compensação atribuída pelos municípios devido às perdas de água. Referiu que existia um sistema imperfeito que permitia a infiltração de águas pluviais nas condutas de saneamento, sendo estas posteriormente contabilizadas e pagas como águas residuais sujeitas a tratamento. Explicou que esta infiltração não era mensurável com exatidão, mas que ocorria, acrescentando que o facto de, por vezes, as sarjetas não apresentarem cheiro a saneamento demonstrava que existiam situações que não estavam corretas. Referiu que, no ano anterior, os municípios tinham efetuado um acerto e calculado determinados volumes de águas pluviais que se infiltrariam na rede,

compensando a ABMG por esse valor. Contudo, o Município de Mira tinha optado, naquele ano, por não proceder a essa compensação, de forma a verificar qual seria o resultado efetivo da empresa. Considerou que o resultado negativo apresentado demonstrava que esta poderia ser uma das razões que o fundamentavam. Por fim, relativamente à possibilidade de revisão tarifária, afirmou que esta seria inevitável. Considerou que, se a empresa não fosse sustentável e apresentasse resultados desta natureza, apenas através de uma atualização tarifária, que implicaria que os munícipes suportassem um aumento na fatura, seria possível alcançar resultados diferentes, conjugando essa medida com o combate às perdas de água anteriormente referidas. Concluiu afirmando considerar que tinha respondido, de forma transversal, às questões que lhe tinham sido colocadas. -----

----- A Senhora Presidente informou que existia um pedido de intervenção do Deputado José Camarinha. -----

----- O Deputado José Camarinha referiu que pretendia apenas salientar alguns pontos e, dirigindo-se ao Deputado José Rocha Diniz, afirmou que discordava em absoluto da sua intervenção. Manifestou, contudo, a sua simpatia pelo Deputado e considerou que este revelava uma grande densidade, esclarecendo que a sua intervenção não se destinava apenas a ele, mas a todos os presentes. Afirmou preferir, de forma clara e inequívoca, a pressão positiva exercida pela Bandeira Azul e por tudo o que lhe estava associado. Esclareceu que não se tratava de 40 anos, mas de 40 Bandeiras Azuis, que considerava merecidas, e afirmou preferir a pressão positiva que estas exerciam sobre a qualidade da água da Barrinha, recordando que, no passado, esta era utilizada para descongelar frangos antes de serem levados para a grelha, situação da qual afirmou não ter saudades. Referiu também não sentir saudades dos notáveis que visitavam

Portugal há cerca de 50 anos para se deleitarem com a pobreza do país. Relativamente à ABMG, afirmou que esta tinha sido criada através da comparação de modelos e com base nos resultados obtidos. Considerou preferível suportar resultados intermitentes entre positivos e negativos, desde que estes fossem marginais, do que suportar uma despesa superior a um milhão de euros por ano com a rede de distribuição de água. Concluiu afirmando que nada mais tinha a acrescentar e agradeceu. -----

----- O Deputado José Rocha Diniz pediu desculpa e solicitou autorização para responder ao Deputado, afirmando que não estava a compreender a relação entre as questões abordadas. Questionou o que tinha uma questão com a outra, esclarecendo que não tinha falado da água da Barrinha nem da ABMG. Referiu que, relativamente à ABMG, já tinha preparado a sua intervenção e que apenas tinha intervindo porque o Senhor Deputado tinha feito referência ao período de há 40 ou 42 anos, período que afirmou ter acompanhado com todo o interesse.

----- A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Deputado Luís Lourenço. –

----- O Deputado Luís Lourenço referiu que, sob pena de ser redundante relativamente a algumas questões já abordadas, não queria deixar de fazer uma pequena intervenção e reflexão sobre o setor da exploração de água e do saneamento. Considerou que se vivia o presente, mas que era necessário perspetivar o futuro, sem, contudo, deixar de ter em consideração o passado, que classificou como crítico. Lamentou que tivessem sido perdidas oportunidades e financiamentos e que um serviço essencial não tivesse sido encarado como uma oportunidade durante muitos anos, com exceção da distribuição de água ao domicílio na parte este e sul do concelho. Referiu que, nos últimos anos, na sua perspetiva, a qualidade da água tinha melhorado. Recordou que, anteriormente, por vezes, a água era considerada imprópria para

consumo, começando logo pelo seu aspeto, situação que afirmou já não verificar há bastante tempo na zona onde residia, exceto pontualmente, quando eram realizadas intervenções na rede. Considerou, por isso, que tinha ocorrido alguma melhoria nos últimos anos, também por ação da ABMG. Afirmou estar preocupado com a empresa, uma vez que era esta que prestava o serviço e da qual dependia uma melhoria da qualidade dos serviços. Destacou, nesse sentido, a necessidade de substituir condutas obsoletas, considerando que algumas, por serem construídas em fibrocimento, constituíam mais do que um problema de obsolescência, representando um problema de saúde pública. Questionou, contudo, por que razão não tinham sido aproveitados, em devido tempo, os financiamentos disponíveis para este setor, considerando que essa questão não tinha sido devidamente colocada. Referiu ainda que outro dos problemas que contribuía para que a empresa se tornasse parcialmente insustentável era a perda de água, considerando que esta resultava precisamente da falta de investimento realizado anteriormente. Relativamente à adesão do Município à ABMG, referiu que muito se tinha falado e escrito sobre essa decisão e questionou se tinha sido a melhor solução. Considerou que, embora não fosse possível afirmar com certeza que tinha sido a melhor opção, também não teria sido viável manter a situação anterior. Questionou, assim, se a adoção desta solução ou de outra alternativa teria permitido alcançar melhores resultados, considerando que ninguém poderia garantir essa realidade. Defendeu que era necessário trabalhar com a realidade existente e procurar melhorá-la, salientando que a crítica pela crítica não resolveria os problemas. Considerou necessário investir, procurar soluções e procurar financiamentos atualmente disponíveis, de forma a conseguir melhorar a situação. Lamentou que, no passado, tivessem sido desperdiçadas oportunidades, salientando que

outros municípios tinham conseguido aproveitar esses recursos e que existiam municípios com boa qualidade da água e níveis de cobertura de saneamento próximos dos 100%. Concluiu afirmando que, infelizmente, o Município de Mira tinha ficado para trás. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra ao Deputado António Teixeira. -----

----- O Deputado António Teixeira referiu que pretendia responder ao Senhor Deputado José Camarinha, salientando que, apesar de ter gostado de o ouvir anteriormente, considerava que, desta vez, tinha estado mal. Afirmou ter ficado particularmente incomodado com a declaração de que não havia saudades da Praia de Mira de há 40 anos. Recordou ser natural da Praia de Mira e pertencer àquela época. Relacionando a intervenção com o tema da água em discussão, referiu que, naquele período, bebia água da Barrinha e das fontes e bombas provenientes de furos, sem qualquer problema. Recordou ainda que a floresta envolvente da Barrinha era arborizada e que a praia fluvial da Barrinha, antes da configuração atual, tinha três ou quatro vezes mais pessoas a tomar banho na água do que atualmente, quando apenas uma pequena parte era utilizada, por várias razões. Concluiu questionando o Deputado José Camarinha sobre se tinha ponderado devidamente o que tinha afirmado relativamente à ausência de saudades da Praia de Mira de há 40 anos, salientando que tinha ouvido essa afirmação e que considerava que todos os presentes também a tinham ouvido. -

----- A Senhora Presidente questionou se o ponto estava concluído e, de seguida, deu a palavra ao Deputado Mauro Seiça. -----

---- Deputado Mauro Seiça referiu que, efetivamente, não tinha sido respondido a nenhuma das questões que tinha colocado. Questionou se o Município sabia ou tinha conhecimento, naquele momento, da localização das fugas de água e, tendo em conta que até então não tinha havido investimento em Mira, questionou

quanto tinha sido pago e quando seria realizado o investimento. Questionou ainda se o Senhor Presidente se comprometia, tendo referido as obras da Presa, Valeirinha, Carapelhos e Lagoa, a indicar quando, efetivamente, as obras estariam no terreno e concluídas. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente. -----

----- O Senhor Presidente agradeceu à Senhora Presidente e referiu que, na página 22 do relatório, estavam identificados vários trabalhos realizados, nomeadamente na Rua da Gândara, em Portomar, na Rua do Jarró, na Presa, na Rua das Covas, nos Carapelhos, na Rua Doutor Manuel Estrela, em Vila Maria, na Rua Central, na Valeirinha, na Travessa do Centenário, na Rua dos Lavradores, no Cabeço, na Travessa Quinta das Aleixas, em Mira, na Rua da Quinta, no Beco do Chãozinho, no Largo 5 de Outubro e na Rua Central Sul, na Lagoa. Salientou, por isso, que não se poderia afirmar que nada tinha sido realizado, uma vez que os documentos enviados elencavam os trabalhos efetuados e os respetivos metros executados em cada uma das artérias, embora não tivesse apresentado esses valores de forma exaustiva. Relativamente à questão de quando seriam executadas outras intervenções de saneamento e efetuada a substituição das condutas, reiterou que já tinha respondido anteriormente. Referiu que existiam candidaturas submetidas com forte probabilidade de serem aprovadas, sendo que algumas das intervenções já estavam aprovadas e destinadas a execução, enquanto outras se encontravam em estudo para determinar qual o melhor sistema a implementar. Deu como exemplo os Carapelhos, onde o método de implementação do saneamento seria através de vácuo, uma vez que, em termos de cota, o território não apresentava inclinação suficiente para permitir o funcionamento por gravidade. Explicou que, por esse motivo, era necessário realizar estudos específicos para determinadas

povoações. Relativamente às perdas de água na rede, referiu que, se existisse conhecimento exato dos locais onde ocorriam as fugas, seria muito mais fácil proceder às respetivas reparações. Considerou que a solução passava também, de forma genérica e transversal, pela substituição das condutas, de modo a evitar que as perdas voltassem a ocorrer. Contudo, explicou que as fugas apenas eram facilmente identificadas quando a água chegava à superfície, sendo muito difícil detetar aquelas que se infiltravam no subsolo. Referiu que existiam perdas que não eram detetáveis diretamente, sendo apenas possível verificar que a quantidade de água tratada e produzida nos depósitos e introduzida na rede não correspondia à quantidade posteriormente registada e faturada em metros cúbicos. -----

----- A Senhora Presidente questionou se o ponto estava concluído e, de seguida, deu a palavra ao Deputado Mauro Seíça. -----

----- O Deputado Mauro Seíça esclareceu que a sua questão se prendia com uma situação específica. Referiu ter conhecimento de que eram colocados vários contadores no início das ruas e que, posteriormente, era feita uma comparação entre o consumo registado e o consumo das habitações, estabelecimentos comerciais e restantes utilizadores. Questionou se, através deste procedimento, era possível detetar efetivamente a existência de fugas numa determinada rua e se era possível medir, por exemplo, se na Praia de Mira existia uma perda de 10%, 12%, 15% ou 70%, e se, em Mira, a perda era de 10%, ressaltando que se tratavam apenas de exemplos e que desconhecia os valores concretos. Referiu ter conhecimento de que, nomeadamente no Miravillas, tinha sido colocado um contador no início de cada rua, permitindo medir o consumo e posteriormente compará-lo com os contadores domésticos. Questionou se esse sistema existia apenas no Miravillas, se estava implementado apenas na Praia

de Mira ou se já abrangia o restante Município e, caso contrário, de que forma era feita essa medição. -----

----- A Senhora Presidente deu a palavra ao Senhor Presidente. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o método referido era efetivamente um bom método, permitindo, pelo menos, reduzir a área de pesquisa e identificar, aproximadamente, a localização das perdas. Contudo, referiu que este método não estava implementado em todo o Município, pelo que não era possível, através dele, chegar à identificação das perdas correspondentes aos 50% referidos. -----

----- O Deputado Mauro Seiça questionou para quando estava prevista a implementação do referido método. -----

----- A Senhora Presidente informou que o tempo tinha terminado e pediu desculpa, dando por encerrada a intervenção. -----

----- **A Assembleia Municipal tomou conhecimento do ponto seis: Para conhecimento - Apreciação das contas do exercício de 2025 da Águas do Baixo Mondego e Gândara, EIM, SA.** -----

----- A Senhora Presidente anunciou que passariam ao último ponto da ordem de trabalhos, para conhecimento, relativo à tomada de conhecimento da assunção de compromissos plurianuais, e deu a palavra ao Senhor Presidente. -----

----- **PONTO SETE: Para conhecimento - Tomada de conhecimento - Assunção de compromissos plurianuais.** -----

----- O Senhor Presidente da Câmara referiu que se tratava da assunção de compromissos plurianuais relativos à lavagem e ao tratamento de têxteis, nomeadamente para o Parque de Campismo da Praia de Mira, onde existia uma empresa, seleccionada através de concurso público, que prestava esse serviço. Explicou que a empresa procedia à recolha de lençóis, toalhas e demais roupa,

efetuava a respetiva limpeza e tratamento e, posteriormente, procedia à sua reposição. Esclareceu que, por se tratar de uma despesa que abrangia mais do que um ano, a respetiva aprovação era necessária, uma vez que estavam em causa compromissos que ultrapassavam o período de um ano e que, por isso, assumiam natureza plurianual. -----

----- A Senhora Presidente questionou se havia intervenções e, de seguida, deu a palavra à Deputada Raquel. -----

---- A Senhora Deputada Raquel Arribança referiu que pretendia questionar que tipo de têxteis estavam abrangidos, mas que essa questão já tinha sido esclarecida. Referiu ainda que pretendia questionar se o valor superior a 36 mil euros abrangia toda a época alta de 2026 e o período de 2026 a 2028, questão que também já tinha sido esclarecida. Questionou, então, por que razão, tratando-se de um serviço de lavagem e tratamento de têxteis, o Município não adquiria os equipamentos de lavandaria necessários para realizar o serviço internamente, recorrendo aos assistentes operacionais da autarquia, considerando que dessa forma poderia poupar cerca de 37 mil euros de dinheiro público. -----

----- A Senhora Presidente questionou se havia alguém da bancada do PS ou do PSD que pretendesse intervir e, não havendo, perguntou ao Senhor Presidente se pretendia responder. -----

----- O Senhor Presidente referiu que existiam algumas contratações de serviços que o Município entendia proporcionarem uma boa resposta e que considerava não ter capacidade para assegurar com os seus próprios meios. Explicou que os custos associados à aquisição da maquinaria, acrescidos dos custos com os assistentes operacionais que teriam de ser afetos a este tipo de serviço, ultrapassariam significativamente, num investimento inicial, o valor em causa.

Referiu que o sistema atualmente adotado tinha proporcionado uma boa resposta por parte da empresa contratada e, por esse motivo, o Município pretendia manter este modelo, pelo menos por enquanto. -----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento do ponto sete: Para conhecimento - Tomada de conhecimento - Assunção de compromissos plurianuais. -----

----- Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente submeteu à votação a aprovação da ata em minuta, questionando quem votava contra e quem se abstinha, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

De seguida, relativamente ao que tinha sido anteriormente referido pelo Deputado José Rocha Diniz sobre o trabalho da Comissão do regimento, agradeceu, em seu nome, o apoio prestado pelas Deputadas Raquel Arribança, Andreia Petornilho e Telma Salvador. Referiu que tinham sido realizadas várias reuniões no âmbito da revisão do regimento, que ainda se encontrava em aberto, uma vez que as bancadas ainda tinham oportunidade de apresentar os seus contributos. Manifestou, contudo, a intenção de concluir o processo o mais brevemente possível. Acrescentou que estavam sempre disponíveis para proceder às correções necessárias, mas que pretendiam apresentar um documento que pudesse prosseguir para além do atual mandato e constituir um documento aplicável também aos mandatos seguintes. Concluiu agradecendo o empenho e o trabalho de todos e questionou o Senhor Presidente sobre se pretendia acrescentar alguma coisa. -----

----- O Senhor Presidente agradeceu e referiu que se tinha esquecido, antes do final, de fazer o convite para a Motonáutica, que se realizará já no primeiro fim de semana de julho. Conforme já tinha sido referido, tudo indica que será uma grande prova, com muitos pilotos e competição ao mais alto nível. Convidou,

ainda, todos os presentes para as Festas de São Tomé, que decorrerão de 22 a 26 do próximo mês. Informou, igualmente, que a próxima Assembleia Ordinária de Calendário será realizada em setembro, mas que, caso existam assuntos em desenvolvimento que o justifiquem, poderá ser equacionada a realização de uma Assembleia Extraordinária, eventualmente no final de julho ou no princípio de agosto. Por fim, desejou boas férias a todos aqueles que irão gozar esse período.

----- A Senhora Presidente agradeceu, desejou boa noite a todos os presentes e deu por encerrada a sessão. -----

-----**ENCERRAMENTO:** -----

-----E, não havendo mais nada a tratar, pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal foi declarada encerrada a sessão, sendo 21:22 h, tendo sido aprovada, por unanimidade, a minuta da respetiva ata, nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

A Presidente da Mesa

(Madalena Isabel Colaço dos Santos, Dra.)

1.ª Secretária

(Telma Milene Magueta Salvador, Dra.)